

**UNIVERSIDAD POLITÉCNICA SALESIANA
ECUADOR**

**UNIDAD DE ESTUDIOS DE POSGRADOS
STRICTO SENSU EN EDUCACIÓN
MENCIÓN EN GESTIÓN EDUCATIVA**

Mestrado

**Impacto da Implantação da Política Afirmativa de Cotas para
Afro descendentes na Faculdade Salesiana Dom Bosco**

Autora: Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva

Orientador: Dr. Luis Alberto Herrera Montero

Co-orientador: Dr. Evandro Ghedin

QUITO – EC

2011

Arlete Oliveira Conceição Anchieta da Silva

**Impacto da Política Afirmativa de Cotas para Afro descendentes na
Faculdade Salesiana Dom Bosco - Manaus**

Dissertação apresentada a UNIDAD DE ESTUDIOS DE POSGRADOS STRICTO SENSU EN EDUCACIÓN MENCIÓN EN GESTIÓN EDUCATIVA UNIVERSIDAD POLITÉCNICA SALESIANA ECUADOR, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Gestão Educativa.

Orientador: Prof^o.Dr. Luis Alberto Herrera Montero

Co-orientador: Prof^o. Dr. Evandro Ghedin

QUITO - EC

2011

TERMO DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação em Área de Concentração em Gestão Educativa, defendida e aprovada em ____________, pela banca examinadora constituída por:

QUITO - EC

2011

DEDICATÓRIA

A todos que crêem que um mundo
melhor é possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me cercado
de pessoas tão especiais.

EPÍGRAFE

“Não

Não tenho caminho novo

o que eu tenho de novo

é o jeito de caminhar...

Aprendi,

O caminho me ensinou,

a caminhar cantando,

como convém a mim

e aos que vão comigo,

pois já não vou mais sozinho”.

(Thiago de Mello)

RESUMO

O processo de discussão sobre a diversidade étnico-racial que vem ocorrendo em todo o mundo, tem se dado no Brasil em vários setores da sociedade. Neste estudo é realizado resgate histórico da situação do afro descendente, desde os diversos momentos nos quais lhes foi interdito (por lei) o direito à escolaridade, o nível dos desequilíbrios sócio econômicos que atinge esta parcela da população, até as atuais políticas públicas de caráter afirmativo que visam fazer frente ao preconceito e racismo presentes ainda hoje na sociedade. A dimensão sócio-educativa é priorizada na análise realizada. A Educação é considerada como um dos instrumentos de transformação social, e o ensino superior é apontado como possibilidade de ascensão social, oportunizando reforço à auto-identificação e elevação de auto-estima das chamadas minorias que se encontram excluídas socialmente. O afro descendente e seu acesso ao ensino superior é a problemática central do estudo. Dentre as políticas públicas de ação afirmativa, no âmbito da Educação destaca-se o Programa Universidade para todos-PROUNI, criado em 10/09/2004 por medida provisória nº 213 e institucionalizado pela lei nº 11.096/2005, destinado a oferta de bolsas de estudo em faculdades particulares, para pessoas sem diploma superior, com baixa renda, egressos de escola pública e com reserva de vagas para afro descendentes e indígenas. O programa privilegia a formação de profissionais que possam servir a seus iguais como incentivo e motivo de auto-afirmação. Para que isto ocorra é necessário que as instituições de ensino que implantarem o PROUNI, estejam disponíveis, assim como os gestores preparados para acompanhar seu desenvolvimento. Em síntese a pesquisa levantou o impacto no âmbito da organização da universidade (nos seus aspectos positivos e dificuldades) na implantação e acompanhamento do programa em uma instituição de ensino superior-IES da cidade de Manaus-AM. O impacto no âmbito da organização da universidade foi analisado sob a ótica da gestora do programa, dos gestores da IES e dos acadêmicos bolsistas envolvidos. Foram utilizados como instrumentos de pesquisa, entrevistas, reuniões, contatos informais e pesquisa documental, além de pesquisa bibliográfica sobre o tema. O processo de análise de dados interrelacionou elementos colhidos via diferentes fontes de informações, garantindo uma perspectiva mais ampla da realidade estudada. Os resultados conseguidos apontam para uma coincidência entre alguns dos objetivos da IES e do PROUNI, demonstram a necessidade de maior conhecimento sobre o programa. O impacto de maior relevância que a pesquisa destacou foi o que ao introduzir as cotas para afro descendentes, a IES fez com que a problemática desta população ganhasse visibilidade, tendo que ser enfrentada, admitindo-se todos os bloqueios e preconceitos naturalizados pela sociedade.

Palavras chave: Afro descendente. Políticas Afirmativas. Ensino Superior.

ABSTRACT

The process of discussion on the ethnic-racial diversity that has been occurring throughout the world, has occurred in Brazil in various sectors of society. This study is conducted historical review of the situation of african descent, from the several moments in which they were forbidden (by law) the right to education, the level of socio-economic imbalances affecting this portion of the population by the current policies of character so that aim to tackle prejudice and racism still present in society today. Education is seen as an instrument of social transformation, and higher education appointed as a possibility for social mobility, providing opportunities for strengthening the self-identification and increased self-esteem of so-called social minorities who are excluded. The african descendent and their access to higher education is the central problem of the study. Among the public policies of affirmative action under the Education stands out the Program University for All - PROUNI, created on 10/09/2004 by a provisional measure No. 213 and institutionalized by law 11. 096/2005, to offer scholarships at private colleges, for people without advanced degrees, with low-income public school students and to reserve places for african descent and indigenous peoples. The program focuses on training professionals who can serve their peers as an incentive and motive of self-assertion. For this to happen it is necessary that the educational institutions that deploy PROUNI, are available, as are managers prepared to follow its development. To sum up the impact of the research (in its positive aspects and difficulties) occurred in the implementation and monitoring of the program at an institution of higher education-IES from Manaus - AM, from the perspective of managing the program, managers and the IES fellows of the academics involved. We used interviews, meetings, informal contacts and desk research as well as literature on the subject. The process of data analysis interrelate the various sources of information providing a broader perspective of the reality studied. The results obtained indicate a coincidence between some of the goals of IES and PROUNI demonstrate the need for more knowledge about the program. The impact of greater importance that the search highlighted what was to introduce quotas for african descent, the IES has made the problems of this population gain visibility and had to be addressed, assuming all locks and prejudices naturalized by society.

Keywords: African descendent; Affirmative policies; Higher education

RESUMEN

El proceso de discusión sobre la composición étnica-racial lo que está sucediendo en todo el mundo, se ha dado en Brasil en diversos sectores de la sociedad. Este estudio se lleva a cabo reseña histórica de la situación de ascendencia africana, ya que diversos momentos en los que se les prohibió (por la ley) el derecho a la educación, el nivel de los desequilíbrios factores socio-económica que afecta a esta porción de la población, hasta las actuales políticas de carácter afirmativo diseñado para hacer frente a los prejuicios y el racismo presente en la sociedad contemporánea. El socio-educativo es prioridad en el análisis realizado. La educación es considerada como instrumento de transformación social, y La educación superior es blanco de agresiones como un posible aumento oportunidades sociales, que prevé la mejora de la auto-identificación y Alta autoestima de las minorías llamada que son socialmente excluidos. Los descendientes de africanos y SUS el acceso a la educación superior es el problema central de la estudio. Entre las políticas públicas de acción afirmativa, en el marco del Programa de Educación destacan la Universidad para todos los PROUNI, creado 10/09/2004 por medida Provisional N ° 213 e institucionalizado por la Ley N ° 11.096/2005, para ofrecer becas em universidades privadas, para las personas sin cualificación superior con estudiantes de bajos recursos de escuelas públicas y para reservar lugares para afrodescendientes y pueblos indígenas. El programa se centra en la formación de profesionales puede servir como un incentivo para sus compañeros y por qué autoafirmación. Para que esto suceda es necesario que las instituciones de enseñanza que despliegan PROUNI, se disponibles, al igual que los gerentes preparados para seguir su desarrollo. En resumen, la investigación planteó el impacto dentro de la organización universidad (en sus aspectos positivos y las dificultades) la aplicación y el seguimiento del programa en un institución de educación superior-IES de la ciudad de Manaus- AM. El impacto en la organización de la universidad se analizó desde la perspectiva de la gestión del programa, el gerentes IES y académicos universitarios que se dedican. Se utilizaron como instrumentos de investigación, entrevistas, reuniones, contactos informales y la investigación documental, así como la literatura sobre el tema. El proceso de análisis de elementos de datos relacionados recogidos a través de diferentes fuentes de información, asegurandouna perspectiva más amplia de la realidad estudiada. La resultados obtenidos apuntan a una coincidência entre algunos de los objetivos de los IES y PROUNI mostrar la necesidad de más conocimientos sobre el programa. La impacto de la mayor importancia que el estudio se puso de relieve La que mediante La introducción de cuotas de ascendência africana, El IES causado los problemas de este aumento de población visibilidad y tuvo que hacer frente, admitiendo todos los bloqueos y los prejuicios por La naturalización la sociedad.

Palabras claves: Descendiente de África; Política Afirmativa, la Educación Superior

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1- Rota da entrada dos escravos no Brasil – pág. 34

Figura 2- Estrutura Organizacional FSDB – pág. 51

Figura 3- Indicadores Sociais – pág. 56

Figura 4- Abordagens na pesquisa – Quadro conceitual – pág. 81

Quadro 1- Educação nos diferentes momentos da sociedade brasileira – pág. 41

Quadro 2- Bolsistas PROUNI-FSDB – pág. 89

Quadro 3- Ações institucionais sobre diversidade étnico-raciais – pág. 108

Quadro 4- Ações Institucionais que analisam a situação do afro descendente – pág. 122

Quadro 5- Possibilidade de contribuir com sua comunidade – pág. 123

Quadro síntese 1- pág.96

Quadro síntese 2- pág.111

Quadro síntese 3- pág. 126

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Bolsistas PROUNI – IES – pág. 90
- Gráfico 2 - Etnia Auto declarada dos Bolsistas – pág. 91
- Gráfico 3 - Gênero dos coordenadores x titulação acadêmica – pág. 99
- Gráfico 4 - Idade dos coordenadores x titulação acadêmica – pág. 100
- Gráfico 5 - Tempo de Trabalho na IES – pág. 101
- Gráfico 6 - Conhecimento sobre o Programa – pág. 102
- Gráfico 7 - Visão sobre o PROUNI na IES – pág. 104
- Gráfico 8 - Visão sobre cotas para afro descendentes no PROUNI – pág. 106
- Gráfico 9 - Sexo dos acadêmicos bolsistas – pág. 113
- Gráfico10- Faixa etária dos acadêmicos bolsistas – pág. 114
- Gráfico11- Auto identificação dos bolsistas – pág. 115
- Gráfico12- Situação de raça, cor ou etnia da mãe dos bolsistas – pág. 116
- Gráfico13- Situação de raça, cor ou etnia do pai dos bolsistas – pág. 117
- Gráfico14- Situação de trabalho dos bolsistas – pág. 118
- Gráfico15- Responsável pelo sustento do bolsista – pág. 119
- Gráfico16- Renda familiar dos bolsistas – pág. 120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

A.S. / IES - Assistente Social da IES

Acad.- Acadêmico bolsista entrevistado

AMMA - Instituto AMMA Psique e Negritude

CGE - Capítulo Geral.

Coord.- coordenadores de curso FSDB

FSDB – Faculdade Salesiana Dom Bosco

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IES- Instituição de Ensino Superior

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB- Lei das Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério de Educação e Cultura.

PROUNI- Programa Universidade para Todos

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEPPIR- Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial.

SIS – Sínteses dos Índices Sociais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I - O RETRATO DA AUSÊNCIA: USOS E DESUSOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL.....	29
1.1. Peculiaridades de uma ausência na educação brasileira.....	32
1.2. O Ensino Superior como instrumento de transformação social.....	45
1.3. Educação Salesiana. A presença da Faculdade Salesiana Dom Bosco em Manaus.....	48
1.3.1 - Componentes organizacionais e a FSDB.....	50
CAPÍTULO II - A QUESTÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA E A DESIGUALDADE SOCIAL.....	54
2.1. Desvelando o racismo no Brasil.....	60
2.2. O acesso do afro descendente ao ensino superior.....	65
2.3. Políticas de ação afirmativa de estado em andamento no Brasil.....	67
2.4. Programa Universidade para Todos.....	71
CAPÍTULO III - IMPACTOS IDENTIFICADOS NO AMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA IES A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROUNI PARA BOLSISTAS AFRO DESCENDENTES.....	77
3.1. Aspectos Metodológicos.....	79
3.2. Resultados da Pesquisa: Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES.....	87
3.2.1. Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES segundo depoimentos da gestora do programa.....	88

3.2.2. Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES segundo depoimentos de seus gestores.....	98
3.2.3. Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES segundo depoimentos dos acadêmicos bolsistas afro descendentes.....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	134
NOTAS.....	140
ANEXOS: 1. Legislação do PROUNI.....	142
2. Objetivos do PDI da IES pesquisada.....	149
APÊNDICES: A- Formulário para Entrevista com Gestores.....	154
B- Formulário para Entrevista com Bolsista.....	155
C- Formulário para Entrevista com Assistente Social da FSDB.....	156

INTRODUÇÃO

A Educação nas diferentes sociedades tem ocupado um papel preponderante não só no que se refere à transmissão de conhecimentos, mas também e principalmente por revelar o poder que representa o deter o saber e valer-se dele como exercício de força e autoridade. Como tal, muitas vezes cabe a ela também desvelar, recontar a história, trazer para o grupo os excluídos, nivelar sem desrespeitar. A proposta deste estudo é conhecer, analisar e avaliar, em sua dimensão sócio-educativa, a experiência da implantação e acompanhamento da política pública afirmativa de cotas para afro descendentes na Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus - Amazonas.

Falar da população afro descendente, no Brasil representa analisar a situação de uma maioria de pessoas, que tiveram seus ancestrais retirados de seus espaços de vivência, despidos de sua língua, hábitos e costumes. Estas pessoas foram destituídas de sua identidade pessoal e coletiva para serem escravizados. Já sem a posse de seus corpos e vontades foram menosprezados e legaram aos seus descendentes um estigma que os afastou durante anos de oportunidades de inclusão em espaços sociais com nível e qualidade de vida adequados aos seres humanos, independente de sua classe ou situação social.

A análise dos aspectos históricos, das perdas e o reconhecimento do preconceito e racismo, algumas vezes velado, existentes na sociedade leva a novos posicionamentos e favorece uma revisão que prioriza a auto afirmação, o reforço de identidade e a inclusão do povo negro na sociedade atual, diferentemente do que ocorreu no século passado.

O estudo parte da análise da situação dos africanos trazidos para o Brasil e aqui escravizados e seus descendentes levando em conta as violações de direito sofridos no passado e na contemporaneidade.

As violações sofridas ao longo da história estarão mais relacionadas à desumanização sistemática e em mais alto grau, enquanto as que ocorrem na atualidade se

referem à negação sistemática que reflete na invisibilização do negro e na naturalização do preconceito e racismo existentes na sociedade. Uma ou outra destas realidades, ou ainda melhor, ambas resultam nos grandes níveis de desigualdade social, assim como nas dificuldades de exercer a cidadania plena como direito coletivo.

No Brasil, a condição étnico racial é fator de diferenciação e não há dúvidas que a sociedade privilegia sistematicamente os brancos, excluindo ou deixando em desvantagem os não brancos, assim designados os negros, afro descendentes e indígenas nas mesmas condições sócio econômicas.

Dados estatísticos confiáveis destacam que na década de 20, apenas 25% da população brasileira era alfabetizada, tal fato reflete-se hoje nos baixos níveis, da relação idade escolar - escolaridade apresentados pelas pessoas de mais baixa renda, aqueles que se encontram na base da pirâmide social e que são majoritariamente afro descendentes.

No decorrer das décadas subseqüentes o desequilíbrio nas oportunidades de oferta, de escolarização, não recebendo atenção conseqüente por parte do Estado, passou a ser motivo de preocupação e reivindicação dos Movimentos Negros, sendo em determinados momentos da história, motivo de intervenção, uma vez que para os movimentos sociais trata-se de problemática básica para a inclusão social de grande parcela da população. Foram notórias as reações dos movimentos sociais negros, nacionais e internacionais, que chegaram a desenvolver experiências pontuais de intervenção na escolarização destes grupos.

Nas últimas décadas o Estado brasileiro influenciado por movimentos internacionais, principalmente a partir das Conferencias Mundiais de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias correlatas vem desenvolvendo várias reformas legais até alcançar os patamares atuais, nos quais a inclusão de camadas desprivilegiadas da população passam a receber atenção com destaque para as políticas públicas de caráter afirmativo. Nesta perspectiva as políticas afirmativas passam a ser consideradas como ações de caráter compensatório que tem como objetivo a equidade de direitos entre as diferentes camadas da

população.

Para que melhor se esclareça o caráter de desigualdade e desequilíbrio social existente na realidade brasileira cabe destacar aqui, a grosso modo, alguns dados do Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa - MEC/INEP que tem mostrado que menos de 10% dos jovens entre 18 e 24 anos conseguem entrar em uma universidade ou faculdade, neste contingente é inexpressivo o número de afro descendentes, não por sua incapacidade de ascender a uma universidade, como chegaram a aventar concepções preconceituosas e racistas sobre a aprendizagem, mas por total fragilidade de políticas que garantam condições de acesso ao ensino superior a populações excluídas socialmente.

Em resposta aos movimentos sociais que reivindicam mudanças para esta situação que envolve além de aspectos étnicos, os econômicos e sociais, o governo federal estabelece um conjunto de ações com prioridade política de atenção às populações consideradas socialmente excluídas. A eleição presidencial de 2002 foi um divisor de águas e o candidato escolhido, Presidente Luis Inácio da Silva foi eleito por seu programa que priorizava as temáticas sociais. Dentre estas ações destaca-se o Programa Universidade para Todos – PROUNI criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Este programa tem como objetivo conceder bolsas de estudo integrais ou parciais (25% a 50%), a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, oferecendo em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino superior-IES que aderirem ao Programa.

O PROUNI ao considerar a diversidade étnica e cultural prevê reserva de vagas para afro descendentes entre outros. A estrutura do PROUNI com relação aos afro descendentes configura-se como um desafio, uma vez que, vê o programa como uma possibilidade de tornar a educação um fator de mobilidade social para indivíduos e também um fator de redução das desigualdades da própria sociedade. O fato de prever a atenção aos afro descendentes e indígenas, mostra a perspectiva de criar oportunidades reais indicando que

a educação deve gerar possibilidades que levem o acadêmico a vencer desigualdades, instrumentalizando-os através da Educação.

É evidente que não se pode visualizar a Educação como o único caminho para as transformações sociais, contudo se forem alcançados neste campo, padrões mínimos de equidade de acesso, permanência e sucesso, haverá mais vozes, mais atores que assegurarão a possibilidade de formação de elites intelectuais comprometidas com suas origens, visto que o sentimento de pertencimento a determinados grupos que tanto podem ser afro descendentes, quanto indígenas - é condição para acesso às bolsas .

Não se espera que a ação de um único programa venha a alterar o preconceito e a discriminação existente no país, contudo trata-se de um avanço na forma de avaliar, incentivar e criar oportunidades para parcelas da população que em razão de obstáculos objetivos ou subjetivos via-se impedida de ter acesso a redes de ensino superior. A forma como tem se dado a implantação e acompanhamento de acadêmicos afro descendentes bolsistas, será um indicativo do quanto a sociedade brasileira pode conviver com a diversidade respeitando e incentivando seus membros, em contrapartida as instituições de ensino superior também serão afetadas.

O quanto às instituições de ensino superior foram afetadas no âmbito de sua organização e como responderam a uma postura governamental e legislação que visa atingir uma problemática que ultrapassa os limites do social e econômico e chama a sociedade como um todo e as instituições responsáveis pela educação superior em especial, a acolher diferentes parcelas da população; é o desafio da educação no momento atual. E para enfrentá-lo a investigação limitou a natureza do estudo, dando ênfase ao impacto que a implantação da política afirmativa de cotas para afro descendentes causou no âmbito da organização de uma IES salesiana na cidade de Manaus-Amazonas.

A pesquisa desenvolvida não teve por função encontrar soluções para a problemática que se propôs analisar, contudo o conhecimento da realidade influenciará o crescimento pessoal e do grupo envolvido.

JUSTIFICATIVA

Partindo do pressuposto que a Educação sempre exerceu nas sociedades uma função de transmissão de valores, saberes e tem uma fundamental participação nos processos de integração dos seres humanos em seus grupos de origem ou grupos assumidos como espaços de vivência, sua importância é substancial nos processos inovadores de mudança. Ela é um dos aspectos principais no processo de construção da pessoa, enquanto identidade e, sobretudo na implementação da cidadania plena. Principalmente quando analisadas as condições de integração de grupos e sua inter-relação com a sociedade mais ampla percebe-se que é basicamente através do binômio educação-cidadania que se consegue garantir ou desencadear ações de mobilidade vertical ascendente que venham a favorecer as minorias

A afirmativa que serve de base inicial para o presente texto coloca a Educação em seu papel de propiciar às populações oportunidades de inclusão social, assim como garantir mobilidade social de pessoas de diferentes classes sociais.

Mesmo tendo estes aspectos como preponderantes, não existiu historicamente no Brasil uma preocupação em fazer a Educação chegar sistematicamente às classes populares. Levando-se em conta que o mundo ocidental formou-se com base em uma visão eurocêntrica de mundo, impôs e desrespeitou culturas, que não estas; percebe-se que o eurocentrismo histórico orientou o acesso do conhecimento, privilegiando as elites colonizadoras.

Confirmando a linha de reflexão iniciada, destaca-se a colonização do Brasil, que a exemplo de outros países da América Latina, ocorreu a custo de desrespeito à cultura e a pessoa humana, caracterizando-se pela coisificação e implantação de um processo de escravização do indígena e posteriormente do africano em nome do domínio das novas terras do continente americano.

O africano, que foi trazido ao Brasil, foi escravizado, destituído de suas raízes e passou a conviver com um regime de alto nível de crueldade e desumanização. Algo desconhecido entre estes povos, uma vez que nas sociedades africanas, a escravidão

resultante de guerras tribais não significava a extinção legal dos direitos humanos ou a negação do vencido como pessoa humana.

Na sociedade brasileira o negro escravizado, assim como seus descendentes foram excluídos, estigmatizados e impedidos de valer-se da educação como instrumento de ascensão social. Desde o período colonial a aprendizagem foi reservada às elites, geralmente euro centralizada e destinada a servir como instrumento de aculturação e poder. A população negra teve seu acesso à educação sistematicamente dificultado, uma situação exemplar é a Constituição de 1824, que destaca no seu artigo 6, item 1, a expressa proibição ao ingresso da população negra escrava aos espaços escolares formais, uma vez que restringia a educação formal aos *brasileiros*. Cerceava-se assim aos escravizados, na sua maioria africanos, o acesso à alfabetização como conhecimento e como forma de resistência.

Ainda que precariamente, considerando-se as difíceis condições nas quais viviam, registraram-se movimentos entre os escravizados que podem ser analisados como resistência negra, há relatos de grupos quilombolas que faziam uso da escrita árabe, que era usada como instrumento de comunicação e reverência à religião. Havia grupos de apoio que funcionaram como resistência as difíceis condições de vida, que tinham no isolamento, medo e desconhecimento fonte de submissão e garantia de controle exercido pelos escravagistas.

O legado que chega aos dias de hoje para a população de afro descendentes está envolvido por ações discriminatórias e interpretações que tornam negativa a visão do ser negro. A atual Constituição do Brasil, promulgada em 1988, e por suas características chamada de *Constituição Cidadã* teve por objetivo efetivar a condição de um estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo ainda se enfrenta uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro descendentes, que historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

A Educação constitui-se como um dos instrumentos básicos para a mudança de mentalidade de um povo quer individual ou coletivamente. Cabe a escola como espaço de vivência crítica, de forma democrática e comprometida com a formação do ser humano na

sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias dos povos formadores da nação. A educação abre caminhos para a cidadania de um povo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) e posteriormente as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, deram fundamento para que fossem estabelecidas decisões que respondessem às necessidades apontadas por dados que mostram desigualdades entre brancos e negros em várias áreas, e que aqui reproduzidos, considerando-se o foco do trabalho, serão priorizados apenas os dados voltados à Educação,

Iniciativas como a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e outras, culminaram com a criação de dispositivos e mecanismos efetivamente capazes de colocar os direitos sociais ao alcance do afro descendentes. O acesso a estes direitos teve sua base legal fortalecida por ações afirmativas que ao se instituírem como políticas públicas constituem-se em dispositivos para alcançá-los.

As políticas afirmativas têm como foco principal criar mecanismos que funcionem como discriminação positiva fazendo com que as populações às quais elas se destinam sintam-se estimuladas a se auto identificarem e conseqüentemente se auto afirmarem, reconhecendo seus direitos sociais e de cidadania. As políticas afirmativas trazem a noção de justiça para um patamar que responde a uma nova realidade e privilegia os com menos possibilidades de acesso a bens e direitos.

A realidade pode ser descrita de várias formas, uma das mais autenticas é aquela que através de índices e números demonstra as diferentes situações vividas pela população. Os dados da escolaridade no Brasil apresentam desigualdades preocupantes que refletem no cotidiano das cidades e de maneira mais intensa no das próprias pessoas as quais se relacionam. Por exemplo, o fato de em 2002 apresentar-se com os maiores índices de analfabetismo, e se for considerada a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais

se percebe que há diferenças substanciais; se considerada a variável raça ou etnia, colocando em pior situação os não brancos, a saber: brancos: 7,7%; pretos: 18,7; pardos: 18,1. Outro dado que confirma a situação pouco satisfatória dos afro descendentes está na referência às pessoas que concluíram o curso superior no Brasil, a proporção é de 10% de brancos, 2,1 % de pretos e 2,4% de pardos. O IBGE informa que das pessoas com curso superior completo no Brasil no ano 2000, 82,2% são brancos. Destes 53,6% dos brancos cursando educação superior em nível de graduação tem-se apenas 15,8% de pretos e pardos.

Em resposta ao contexto analisado e integrando as políticas de expansão da educação superior, com foco na ampliação do acesso com qualidade, o Governo Federal criou, em 10/09/2004, por meio da Medida Provisória Nº 213, institucionalizada pela lei Nº 11.096/2005, o Programa Universidade para Todos- PROUNI. Destinado às pessoas sem diploma de curso superior, com renda *per capita* máxima de três salários mínimos, egressos de ensino médio público ou da rede particular na condição de bolsistas integrais.

Em consonância com a política de Inclusão do Governo Federal, o PROUNI reserva um percentual das bolsas aos afro descendentes, indígenas e às pessoas com deficiência, proporcionalmente ao número desses cidadãos nos estados da federação, conforme informações do último Censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

O princípio básico deste programa é o de universalizar o acesso ao ensino superior, considerando que no país existem além das barreiras econômicas, barreiras sociais calcadas no preconceito e no racismo, a implantação e desenvolvimento deste prevê ações de acompanhamento dos bolsistas contemplados por ele. Há que se identificar e analisar situações que dificultem a continuidade no curso por condições econômicas ou falta das condições de aprendizagem ou mesmo inseguranças advindas de preconceito e racismo, sempre presentes nos diferentes espaços escolares. Este último aspecto deve ser motivo de preocupação e análise considerando-se que se relaciona a estabelecimentos particulares que passaram a receber um público diferenciado a partir da implementação do programa. As situações de relacionamento interpessoais ou bloqueio que venham a dificultar o cotidiano entre diferentes deve ser objeto de estudo e intervenção dos gestores, uma vez que a gestão

educacional que será analisada a partir das educadoras Luck (2006), Candau (2002) e Rosar (2008) destacam a importância que estes (os gestores) terão nesta situação que envolve mudanças e implantação de novos processos. A organização de uma instituição de ensino tem na atuação dos gestores uma de suas bases de sustentação.

Percebe-se que as transformações do momento atual exigem intervenções que contemplem as novas expectativas de resposta. Novos paradigmas precisam ser estabelecidos de forma a alcançar os objetivos antes não imaginados. Até que ponto os esforços em adequar a organização da IES, ao implantar ações que levem às transformações necessárias estão sendo percebidas pelos destinatários, como os acadêmicos bolsistas do PROUNI tem percebido as intervenções da gestão em seus processos educativo, que em médio prazo devem resultar em integração mais rápida nas classes políticas, econômicas e sociais brasileiras. Este é um problema que será explicitado com a análise dos dados levantados durante a pesquisa.

O estudo dos impactos no âmbito da organização da IES pela implantação de políticas afirmativas é de substancial importância para a reafirmação de princípios da proposta educativa salesiana, assim como a adequação de currículo a uma nova realidade que percebe o respeito à diversidade como caminho para democratização do ensino e da sociedade.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Estudar os principais impactos ocorridos no âmbito da organização de uma instituição de ensino superior, de Manaus, quando da implantação da Política Afirmativa de Cotas - PROUNI para afro descendentes.

Objetivos específicos:

- Identificar os impactos ocorridos no âmbito da organização da IES considerando as facilidades e dificuldades na implantação da Política Afirmativa de Cotas - PROUNI para Afro descendentes;

- Identificar as facilidades e dificuldades vivenciados à organização da IES através de seu Setor de Serviço Social para promover o ingresso e acompanhamento dos acadêmicos afro descendentes;
- Detectar os acadêmicos que ingressaram na IES através da Política Afirmativa de Cotas – PROUNI;

Verificar qual o nível de aceitabilidade (concordância e discordância) dos diferentes atores sociais pertencentes à organização da IES, envolvidos no processo (coordenadores, Assistente Social e acadêmicos afro descendentes) de implantação da Política Afirmativa de Cotas para Afro descendentes.

DELIMITAÇÃO DO ESTUDO – QUESTÕES NORTEADORAS:

Apesar de o sistema educacional brasileiro ter se expandido de forma significativa nos últimos anos, verifica-se que esse crescimento ainda é modesto com relação às necessidades brasileiras, sobretudo quando se leva em consideração a qualidade com a qual se dá essa expansão. Contudo, percebe-se que as taxas de escolaridade entre pessoas negras e pardas, juntamente com indígenas, continuam inferiores aos das pessoas não negras/pardas ou indígenas” (HENRIQUES, 2002, p.34 in Rezende e Santos, 2007, p.22)

Os dados apresentados refletem uma realidade historicamente conhecida e contra a qual os países vêm se colocando em inúmeros encontros e conferências nacionais e internacionais. A constatação de que a Educação constitui-se como instrumento de inclusão social, principalmente de camadas menos privilegiadas da sociedade, é uma realidade. E se analisado numa dimensão sócio-educativa, percebe-se que a adoção de políticas afirmativas constitui-se mais que benesses.

Trata-se de um reconhecimento do governo brasileiro sobre as causas estruturais das desigualdades raciais e sociais que exigem como resposta ações compensatórias que permitam o acesso das pessoas negras a cursos profissionalizantes e à universidade. Cabe às universidades públicas e ou privadas criar mecanismos que favoreçam a entrada e manutenção de representantes deste segmento (negros e ou afro descendentes) em

instituições de ensino superior.

Numa análise simplista a formação universitária pode ser almejada apenas como status social e econômico ou ascensão profissional, mas o homem tem e pode oferecer uma contribuição mais substancial, uma vez que o acesso à escolarização corresponde em princípio ao acesso às profissões que oferecem melhor remuneração. Ainda que não se analise as conseqüências do dinheiro em si, não se pode negar. Pode-se atribuir também à escolarização a criação de situações que oportunizam mobilidade social, o que conseqüentemente pode contribuir para construção e reforço da identidade, fazendo com que o convívio com as diferenças atue de modo efetivo para o combate ao racismo e formas correlatas de discriminação.

Sem esta postura por parte das instituições de ensino os participantes das classes populares, principalmente aqueles com ancestralidade negra terão mais dificuldades em vencer as barreiras de classe, preconceito e de exclusão que cercam o ensino superior brasileiro. O conhecimento de como isto afeta as instituições de ensino superior no âmbito da organização poderá ser um elemento de posterior estudo sobre o racismo institucional.

A IES pesquisada, lócus da pesquisa tem sua atuação pautada no sistema Preventivo de Dom Bosco, fundado nos princípios éticos, cristãos e salesianos, tem por missão *Promover o Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana e do Patrimônio Cultural da Sociedade através da Produção e Difusão do Conhecimento e do Compromisso Ético e Político com a Região Amazônica.*

A IES, observadas as finalidades da educação superior, definidas no art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem ainda por finalidade enriquecer a sociedade com um número crescente de cidadãos comprometidos com a sua transformação estrutural para que se:

Construa maior igualdade de partilha e de justiça dentro de uma dimensão cristã;

Busque uma sociedade livre, democrática e participativa;

Superem as discriminações na construção de uma convivência pluralista (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2008/2012).

A pesquisa não teve por função buscar soluções para a problemática analisada, não se trata de uma pesquisa intervencionista. Sendo assim, para alcançar os objetivos a que se propôs, limitou a natureza do estudo dando ênfase nos impactos que a implantação da política afirmativa de cotas para afro descendentes causou no âmbito da organização da IES.

Partindo das premissas anteriormente estabelecidas a pesquisa deverá valer-se das seguintes questões norteadoras:

Quais os requisitos exigidos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC para implantação da Política Afirmativa de Cotas para afro descendentes na IES?

Quais as facilidades e dificuldades e o nível de aceitabilidade dos atores sociais da organização, que participaram do processo de implantação da Política Afirmativa de Cotas para afro descendentes na IES?

Quais os impactos que essa mudança ocasionou no âmbito da organização da FSDB, segundo a percepção dos atores sociais envolvidos no processo de implantação da Política Afirmativa de Cotas para afro descendentes?

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI sinaliza preocupação com a questão étnico racial?

As questões destacadas foram analisadas considerando o ano de 2005, quando “integrando as políticas de expansão do ensino superior e a inclusão de afro descendentes, o governo federal criou, em 10/09/2004, por meio da Medida Provisória nº 213, institucionalizada pela Lei Nº 11.096/2005 o programa universidade para todos - PROUNI”. A escolha do período pesquisado foi condicionada pelo fato do monitoramento das políticas públicas ser ainda uma dimensão pouco tratada pelo Estado, principalmente uma política considerada nova e com poucos indicadores desagregados por raça ou etnia, sendo assim a implantação deve apresentar dados que condicionarão novas pesquisas e estudos.

Para o levantamento de dados foram utilizadas entrevistas, contatos formais e informais, assim como reuniões envolvendo, gestores da instituição, a gestora do programa e acadêmicos afro descendentes bolsistas. A proposta de realizar uma pesquisa descritiva responde a intencionalidade de ter uma análise inter-relacionada de problemas seus antecedentes e condicionantes, para compreender os diferentes comportamentos que influenciam na realidade estudada.

Com a preocupação de melhor apresentar o estudo realizado, o mesmo foi dividido didaticamente em capítulos complementares que gradativamente encaminharam a resultados obtidos que responderam aos objetivos estabelecidos preliminarmente. O estudo vem dividido em três capítulos além de referências bibliográficas, notas, anexos e apêndices.

Na parte introdutória a exemplo de Santiago, são expostas preocupações sobre o tema, o problema, sua relevância, os objetivos, as questões norteadoras e a forma como foi delimitado o estudo (SANTIAGO, 2004, p. 19).

O primeiro capítulo apresenta um denso levantamento bibliográfico sobre as bases históricas da problemática, assim como o papel da educação acompanhando a realidade analisada. Aspectos conceituais e diversos pareceres sobre a situação da educação frente aos afro descendentes tentam apresentar o processo de interdição à educação sofrido pelos negros institucionalmente. É destaque neste capítulo a organização da instituição de ensino estudada.

O segundo capítulo apresenta a visão de tradicionais estudiosos sobre o tema, os enfoques sobre a diversidade étnica racial e os desequilíbrios sócio-econômicos que caracterizam a sociedade brasileira. Os processos de enfrentamento utilizados pelo Estado para fazer frente aos aspectos sócio-educativos que envolvem o tema são apresentados priorizando as políticas de caráter afirmativo relativas ao ensino superior.

O terceiro capítulo apresenta o caminho metodológico percorrido na realização da

pesquisa que retratou a realidade vivida pelos atores do processo na IES pesquisada. São apresentados dados relativos aos impactos ocorridos no âmbito da organização segundo a visão dos diferentes gestores assim como os acadêmicos. A análise dos dados levantados nos diversos momentos planejados demonstrou os principais impactos na organização da IES e apontou caminhos que enriquecerão de maneira substancial a experiência vivida, a voz dos atores foi evidenciada.

As conclusões o que poderia ser considerado o quarto capítulo, representou o conjunto de pareceres escolhidos, analisados e transformados em passos a serem dados na busca de uma sociedade mais justa e possível. Os objetivos propostos foram atingidos na medida em que deixaram transparecer aspectos que por naturalizados não foram fruto de intervenção por parte dos gestores da instituição. A pesquisa demonstrou que não há espaço na IES para naturalização do preconceito e do racismo, houve um despertar para a necessidade de discutir e trabalhar levando-se em conta a diversidade como caminho para um crescimento conjunto consciente e crítico de todos os envolvidos no processo. Os desafios são grandes e possíveis de serem vencidos. Se as mãos e os corações permanecerem juntos.

CAPÍTULO I – O RETRATO DA AUSENCIA: USOS E DESUSOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COMO MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL

O processo de globalização¹ símbolo da atualidade é visto pelos seus críticos como massacrante. Em recente evento realizado no Brasil o expoente da psiquiatria Valentim Gentil Filho ao ser perguntado sobre isto, destacou que não acreditava que a realidade atual fosse tão diferente das passadas, em termos de dificuldades se considerado, por exemplo, as brutalidades descritas no Velho Testamento ou as agruras dos primórdios da civilização.

É com esta linha de pensamento que os efeitos da globalização, sobre as diversas culturas e identidades devem ser analisados. A globalização vista como processo de mudança que atinge as sociedades em seus aspectos econômicos, políticos e sociais modifica também as relações entre estas mesmas sociedades. Os novos conhecimentos e a tecnologia da informação ao mesmo tempo em que interligam em tempo real as várias partes da terra, desfazem fronteiras, alteram o status dos estados - nação e influem nas diversas culturas. Estas relações não se dão sem conflitos, e tendem a universalizar valores das nações detentoras do capital, aqui considerado como novos conhecimentos, a tecnologia da informação e seus desmembramentos.

Percebe-se que o que caracteriza o “hoje” é a crise das relações, as conseqüências do neoliberalismo, a fragilização do poder centralizador nos Estados nação. “A desigualdade, a pobreza e a exclusão social seguem estabelecendo-se em todo o mundo, em meio a uma extraordinária revolução tecnológica, marco do processo dinâmico da globalização econômica que temos experimentado” (CASTELLS, 2001, p.3).

A universalização da cultura chamada por alguns estudiosos de “macdonalization cultural (ADDA, 1998; CASSEN, 2000; Lempen, 1999; RAMONET, 2000-2001; SCHILLER, 2000; apud MARIN), caracterizou-se pela dominação e imposição de valores que tende a uniformizar e depredar os aparatos que formam as diversas culturas mundiais. O que no fundo representa menosprezo ao conjunto histórico que forma o patrimônio de toda a humanidade.

A perda de tais referenciais torna-se mais evidente ao constatar-se que sua outra face é o desrespeito à diversidade cultural. Considerando-se a complexidade do mundo, que envolve desde a crise de identidade de pessoas que se encontram sem suas referências culturais tradicionais até a defesa da biodiversidade, percebe-se que a busca do respeito à diversidade cultural deve ser meta a ser alcançada por todos.

As grandes mudanças ao fortalecer uma cultura única, geralmente calcada em valores dos países como maior poder econômico, como já foi abordado, deixam de privilegiar as pequenas comunidades com seus valores e culturas específicas, fragilizando-as e destruindo identidades individuais e coletivas.

Neste sentido cabe ressaltar a reflexão do prof. Stephen Stöer (2001, p.246 apud, Padilha, 2004, p.213) sobre a globalização e a identidade, com a reprodução do seguinte diálogo: - podemos viver juntos? Tendo como resposta: - nós já vivemos juntos. Ao que diz: - o problema é saber como preservar essa identidade ao mesmo tempo em que ela é partilhada com outros. Em resposta: só vivemos juntos perdendo nossa identidade.

Este é o desafio da globalização e do viver esta nova era, o quanto as pessoas ganharão ao concordarem em perder um pouco de sua identidade, para que se acresça a elas um pouco da identidade do outro. Paulo Freire sempre defendeu a unidade na diversidade, quando os diferentes grupos se disponibilizam a aprender e ensinar para alcançar objetivos comuns.

O quadro social que se apresenta não é um dos mais equilibrados e pede um novo modo de construção social da realidade. Cabe ressaltar que esta linha crítica de análise está colocada na crença que o mundo é um espaço democrático onde as diferenças podem interagir.

É importante que os povos tomem consciência de suas diferenças, vistas como pluralidade e não sob a ótica de inferioridade. A utopia de uma sociedade plural, multicultural que priorize a igualdade e a justiça na diversidade pode ser alcançada se as novas gerações forem ensinadas a conviver de forma mais aberta e tolerante, ultrapassando as fronteiras sociais e culturais. A educação é um caminho para uma sociedade melhor.

A educação torna-se instrumento básico para que este novo processo de construção ou reconstrução de realidade se desenvolva.

A educação no contexto da globalização ou numa perspectiva emancipadora, que se opõe à globalização capitalista apresenta-nos cotidianamente novos desafios, sobretudo nas relações humanas, portanto sociais, culturais e políticas. (PADILHA, 2004, p.224)

A história da América latina foi perspassada por conflitos, dominações e explorações que fragilizaram em muitos momentos a noção de identidade nacional e pessoal dos habitantes de seus diferentes países.

Os diferentes “espaço-nação” apesar da diversidade com que vivenciaram seus processos históricos e conseqüentes processos econômicos, políticos e sociais, foram todos influenciados pelos modelos teóricos europeus e posteriormente americanos, caracterizando a todos como países cuja problemática tinha como base os desequilíbrios sociais e a culpabilização dos grupos populares como causa dos mesmos.

A desigualdade, a pobreza e a falta de oportunidades sociais fazem com que os povos não consigam fazer frente à situação de excluídos a que são relegados.

Lück (2006) vê na reconstrução da identidade a busca da coesão e da solidariedade necessárias ao fortalecimento destes e isto se dará com a implantação de uma escola democrática que tenha como preocupação a participação, o respeito à realidade mais abrangente e se disponibilize a enfrentar desafios tais como o preconceito e demais formas de violência contra o ser humano. A situação da sociedade brasileira não difere muito de seus pares.

1.1. PECULIARIDADES DE UMA AUSÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A sociedade brasileira, se considerada segundo padrões mundiais é relativamente nova, ocupando, contudo, neste início de século um lugar de destaque entre os chamados países do terceiro mundo, recém designados países emergentes.

Trata-se de um país onde as contradições estão presentes de forma marcante e vários pressupostos precisam ser desmistificados, como sinaliza Rosar sobre “a situação presente, em que se tem uma política neoliberal implementada num país que nem mesmo concretizou uma democracia liberal, em sentido pleno” (ROSAR, 2008, p. 159).

Ainda que não se pretenda fazer um profundo resgate histórico, torna-se necessário que a história seja desvelada em aspectos essenciais, para que marcos de análise possa ser examinados considerando-se as vozes que foram caladas. Isso se justifica pelo provérbio africano: “Enquanto os leões não puderem contar sua história, a história será sempre a dos caçadores” (tradição oral).

Silva e Araujo destacam que a historiografia contemporânea tende a recuperar a memória do povo, o discurso dos oprimidos e as suas subjetividades, por meio de um enfoque dialético que permite, como alerta COSTA “ver no episódio o ponto de encontro de várias determinações conjunturais e estruturais” (1988, p.10) que dão nova percepção sobre vivências consideradas erroneamente como verdades. Esta opção pela história crítica, desmistifica a visão do negro pacífico e sem ações que fossem vistas como resistência a uma estrutura que o colocava a nível sub-humano e sem condições de atitudes que resgatassem sua essência, sua cultura e referencias do além África.

O Brasil ocupando a maior base territorial da América Latina apresentou frente aos outros países do continente uma colonização diferenciada, na medida em que foram os portugueses e não os espanhóis, os seus colonizadores. Foram os portugueses que introduziram nas novas terras a visão eurocêntrica de mundo, desenvolvendo a partir do século XVI, sua estruturação enquanto nação.

A forma como se desenvolveu a colonização das terras brasileiras, assim como o modelo de extermínio da população nativa, quando parte das etnias indígenas praticamente desapareceram; além do deslocamento e exploração da mão de obra africana com seu processo de escravização, condicionaram a estratificação social, o controle político e as relações de poder.

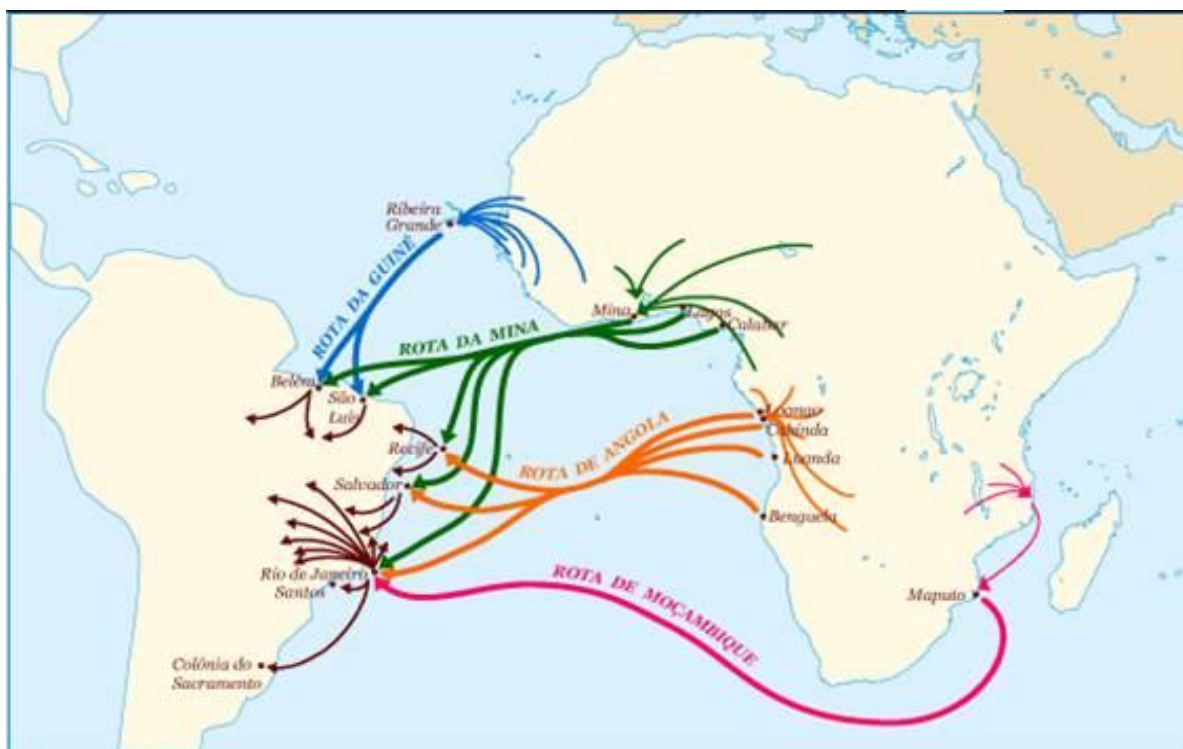
As atividades econômicas desenvolvidas na então colônia passaram a exigir cada vez mais mão de obra, que pode ser conseguida na África. Uma vez que como destaca Ferreira, já “em torno de meados do século XIV a grande legitimadora de valores e práticas humanas foi a igreja que de olhos postos na África procurou regulamentar a ação dos cruzados e colonizadores” (FERREIRA, 2000) legitimando a escravidão a bula *Romanus Pontifex* de 8 de janeiro de 1454, do papa Nicolau V é muito esclarecedora a esse respeito:

Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que nosso dileto filho infante d. Henrique, incendiado no ardor da fé e zelo da salvação das almas, se esforça por fazer conhecer e venerar em todo no orbe o nome gloriosíssimo de Deus reduzindo à sua fé não só os sarracenos, inimigos dela, como também quaisquer outros infiéis. Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos foram trazidos ao reino, o que esperamos progrida até a conversão do povo ou ao menos de muitos mais. Por isso nós, tudo pensando com devida ponderação, concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, sua terra e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes. Tudo declaramos pertencer de direito in perpetuum aos mesmos d. Afonso e seus sucessores, e ao infante. Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir essas determinações, seja excomungado [...]. (in RIBEIRO, 1995, p. 39-40 apud FERREIRA, 2000).

Respondendo à necessidade de mão de obra e apoiado nos usos da época, a escravização de negros africanos deu-se de forma crescente no Brasil, segundo Conrad apud, Lopes (2004), o tráfico de escravos trouxe para o Brasil entre 1525 e 1851, provavelmente mais de cinco (5) milhões de indivíduos.

Desterrados de seu continente, separados de seus laços de relação pessoal, ignorantes da língua e dos costumes, os recém chegados se transformavam em *boçais*² Entendido como propriedade, uma peça ou coisa, o escravo perdia sua origem e sua personalidade. *Servus non habent personam*: “o escravo não tem pessoa”, é um sujeito sem corpo, sem antepassados, nomes ou bens próprios. (SCHWARCZ, 2001, p.39).

Figura 1. Rota da entrada de escravos no Brasil.



Fonte: www.sohistoria.com.br/ef2/culturaafro/p5.php consulta em 10/07/2010.

Esta fase de colonização foi marcada pela exploração de seres humanos que escravizados³ passaram a pertencer a uma estrutura rígida e cruel, que os considerava como “peças” das quais só se validava a força de trabalho. Lopes conceitua tal regime como “forma extrema de trabalho forçado, na qual os direitos da pessoa e sua força de trabalho são propriedade de outrem” (LOPES, 2004, p.257).

Estudiosos como Ferreira (2000), destacam que o homem de origem africana e seus valores foram sistematicamente associados a qualidades negativas pelo europeu, mesmo antes do “descobrimento” do Brasil e do processo de colonização. Apenas os valores eurocêntricos foram considerados válidos e verdadeiros e com tais foram cultivados pelas elites formadas pelos donos de terras e senhores de engenho.

Como historicamente o modelo de desenvolvimento baseado no trabalho escravo, na monocultura e no latifúndio prescindia da mão de obra especializada cultivou-se a idéia de

que não existia utilidade prática na educação formal, a não ser para as elites, ofertando aos indígenas e filhos de colonos a catequese como se fosse educação elementar e excluindo totalmente mulheres e negros do acesso ao saber. Esta era a educação jesuítica por volta de 1549, cujo objetivo principal era o de domesticar a população nativa, sob forte ideologia religiosa. Mesmo após a expulsão dos jesuítas do Brasil ocorrida em 1759, persistiu o ensino de caráter retórico e livresco que não considerava a realidade local nem as necessidades da população, “colocando-se a serviço da Corte Portuguesa” (SILVA e ARAUJO, 2005, p.68).

As aulas avulsas foram substituídas a partir de 1808, por cursos menores e maiores, primário-secundário e superior respectivamente, Silva e Araujo destacam a forma como as escolas primárias designadas como de primeiras letras, eram diferenciadas por gênero e por disciplinas “aulas de leitura, escrita, cálculos, história do Brasil, princípios de moral e doutrina religiosa para meninos, e aulas de leitura, escrita, cálculos elementares e prendas domésticas, para meninas” (SILVA e ARAUJO, 2005, p.68).

O acesso ao ensino, ainda que restrito às primeiras letras não era universal, nem se estabelecia como direito. Educação como direito, segundo a definição de Silva: “é direito público subjetivo como aquele pelo qual o titular pode exigir imediatamente o cumprimento de um dever e de uma obrigação. Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e dotado de efetividade” (SILVA, 2003, p.165).

Considerando o regime e relações de poder existentes naquele momento histórico, a educação configurava-se como privilégio determinado a garantir e preservar direitos da elite dominante, servindo conseqüentemente à manutenção de desigualdades. Comprovam tal afirmativa os relatos de SILVA sobre o surgimento no século XIX das primeiras faculdades de medicina, odontologia, engenharia e direito, cursos que apesar dos subsídios do Estado, tinham custo elevadíssimo destinando-se quase que exclusivamente aos pertencentes às classes privilegiadas e destinados a formação de profissionais de alto nível destinados às funções de capital e ou políticas do país. (2003).

A realidade colonial pouco foi alterada pela introdução do regime imperial, apesar das pressões da Grã-Bretanha contra Portugal forçando o respeito a leis internacionais que

impunham o fim da importação de escravos. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Na Colônia e no Império, os miseráveis eram os escravos, juridicamente considerados como coisas e, portanto, fora do alcance da justiça social (LOPES, 2004). Forjava-se assim, a população excluída e sem acesso ao que na atualidade é o direito a educação pública.

Conrad apud, LOPES (2004) acentua que o processo de desgaste do regime escravocrata já dava sinais de término, coincidindo com mudanças efetivas no mundo do trabalho e transformações sociais pautadas inclusive no avanço do sistema capitalista, com outras exigências e adequações a nova realidade social. Ainda assim propostas de instrução escolarizada feitas por notáveis abolicionistas dentre eles Luis Gama, Nabuco e Rebouças, como destaca SISS (2003), não foram sequer discutidas seriamente, muito pelo contrário, desapareceram no sistemático processo de interdição à educação imposta aos escravizados e seus descendentes.

Os anos finais do regime escravocrata coincidiram com o final do regime imperial, no século XIX. A sociedade dividia-se entre o conservadorismo do Império e os novos ares trazidos pela República. As exigências do novo momento vivido pela sociedade brasileira confrontavam-se, contudo com uma sociedade dicotômica e onde “o mundo escravo devia ser transparente e silencioso, assim como o universo do trabalho” apesar da alta densidade de cativos... Só para se ter idéia, a capital da monarquia brasileira em 1838 possuía cerca de 37 mil escravos, numa população total de 97 mil habitantes; dez anos após, em 1849 numa população de 206 mil pessoas, 79 mil eram cativas. Além disso, em média 75% dos escravos eram africanos (LAEMMERT apud SCHWARCZ, 2001, p.41).

Para analisar a história da educação do povo brasileiro é importante que se dê atenção as estratégias que foram e são utilizadas para atingir a alfabetização almejada e negada, uma vez que não só as experiências e propostas escolares responderam por ela (educação). A visão que se tem das instituições sociais como responsáveis indiretas pela educação, formação e controle de um povo é aspecto relevante para que compreenda o sistema escolar, não só na sua estruturação, mas também e principalmente nas relações de poder que estão aí envolvidas. DEMARTINI (2006) analisa com bases sociológicas como tais dados estão vinculados ao sistema escolar.

A educação, segundo Silva (2003), é vista pelos que aspiram ao poder como o caminho para chegar à corte, reforça a submissão política e social aos centros de poder e cultura, desvalorizando e subjugando por outro lado, a cultura e os valores da imensa maioria negra, indígena e mestiça.

Considerando a educação instrumento de ascensão ao conhecimento, e conseqüente fator de inclusão⁷ na estrutura social que se configurava a partir do sistema republicano, na primeira metade do século XIX os teóricos do liberalismo incentivaram a criação de sistemas nacionais de ensino. Este processo, de acordo Hilsdorf (2003, p.61) estendeu-se pelas décadas de 1870 a 1920, analisadas por Jorge Nagle, como período tomado por um entusiasmo e fervor ideológico muito característico, no sentido de ter-se configurado na sociedade brasileira um clima, um ambiente social e cultural no qual proliferavam não só debates e polêmicas que discutiam a educação como também iniciativas e realizações no campo escolar.

O país conviveu com o regime escravagista por mais de trezentos anos, recebeu durante este período africanos que deram entrada de norte a sul do Brasil (vide mapa anteriormente apresentado). O término do regime escravagista, através da abolição dos escravos, trouxe desafios que tinham como pólo central, qual o destino dar aos egressos do cativeiro e aos seus descendentes. Pela cronologia oficial foi o último país das Américas a exterminar com a escravidão: 1793 Saint Domingue (Haiti); 1794 colônias francesas (o tráfico e a escravatura são restabelecidos por Napoleão em 1802); 1822 Santo Domingo (atual República Dominicana); 1823 Chile; 1826 Bolívia; 1829 México; 1833-8 colônias britânicas; 1846-8 Ilhas Virgens Dinamarquesas; 1847 St. Barthélemy (então colônia sueca); 1848 colônias francesas; 1851 Colômbia e Equador; 1853 Argentina; 1854 Venezuela; 1855 Peru; 1863 colônias holandesas; 1865 Estados Unidos; 1873 Porto Rico; 1880-6 Cuba e em 1888 o Brasil (LOPES, 2004, p.25).

A abolição foi o ato legal que estabeleceu o fim da escravidão, no caso brasileiro deu-se através da Lei Áurea, essa, porém, não conseguiu abolir a ideologia da desqualificação e o racismo que tanto interferiram e interferem no processo de identificação e inclusão social dos escravizados e seus descendentes. No caso dos ex-escravos, frente aos desafios de onde ocupá-los ou mantê-los após a libertação, a escolarização foi aventada

como meio de disciplinarização de corpos e mentes. Contudo faz-se necessário lembrar que em 1890 a taxa de analfabetismo, no Brasil estava em torno de 85% em relação à população total, isto é, de uma população de 14.333.915 pessoas, 12.213.356 eram analfabetas (SAVIANI, 2008).

A província de São Paulo pode ser vista como pólo emblemático do processo de escolarização do período entre o final do século XIX e início do XX no Brasil. Esse ambiente, no qual se discutia e também se realizava a expansão do ensino, pode ser traduzido na rede de instituições elementares e secundárias oficiais que foram disseminadas na Província no período; na defesa de instituições particulares por liberais e conservadores; nas inovações pedagógicas implantadas; em experiências como aulas noturnas para adultos, bibliotecas e gabinetes de leitura; nos debates sobre a escola normal e a sua conseqüente implantação, por exemplo. Assim, os debates acerca da importância de se destinar instrução formal aos egressos do cativo e seus descendentes tinham ampla repercussão na sociedade local. No entanto, isso não se traduziu numa igualdade de acesso entre alunos brancos e negros nas escolas oficiais (BARROS, S., 2005).

A educação mesmo levando em conta os grupos que se agregavam em busca do saber foi e é assumida pelo estado prioritariamente. Imigrantes integrados a sociedade brasileira nas décadas finais do século XIX, já investiam em educação, segundo Siss, foram fundadas escolas de alfabetização e no início do século foram fundados Liceus e escolas operárias (2003).

Neste período a população tem clareza da importância da educação como instrumento de inclusão social, considerando-se principalmente a vinculação do voto à alfabetização

A constatação de sua exclusão da participação política ativa e a certeza da espoliação de seus direitos civis mobilizaram os afro descendentes do início do século a lutar pela educação entendida tanto no sentido ampliado de socialização e de construção de uma identidade positiva quanto no sentido restrito de educação escolar (SISS, 2003, p.38).

As primeiras décadas do século XX caracterizam-se por ser uma época de efervescência tanto em nível da preocupação da população dos afro descendentes quanto da história da educação. Muito se refletiu analisou transformou e atuou para mudar o triste quadro de analfabetos e semi analfabetos que preenchiam o cotidiano das cidades e em maior número dos agrupamentos rurais.

Novas leis e normas foram editadas sem, contudo realizar as necessárias reformas que garantissem políticas sociais públicas. São desta época a Associação Brasileira de Educação - ABN (1924), a Frente Negra Brasileira - FNB e tantas outras associações que não só assumiam a educação, quanto denunciavam a atitude preconceituosa e discriminatória dos professores frente aos seus alunos de origem afro descendente; cópia de uma denuncia feita à época:

Ainda há grupos escolares que recebe negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-as de lado para que não aprendam, e os pais pobres e desacomodados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-lo da escola e entregar-lhes serviços pesados (Olimpio Moreira da Silva, "O que foi a raça negra", A Voz da Raça, ano 1 n. 32, fev de 1934, p.2. apud,SISS, 2003, p.45).

Outro fato marcante deste momento histórico-político é a disseminação da teoria da democracia racial brasileira, que tem no pesquisador Gilberto Freire seu principal estudioso e propagador através da publicação em 1932 de "Casa-grande e senzala". Estudiosos (como MUNANGA, 1997; SISS, 2003; GUIMARÃES, 1995 e outros) analisam a teoria da democracia racial como um mito que serviu para dar ao mundo uma visão irreal da problemática racial brasileira, assim como serviu para dar invisibilidade ao negro. O preconceito, o racismo, a fragilidade da formação educacional e profissional fizeram com que o ex-escravizado e ou o negro liberto vissem na educação uma alternativa para alcançar a cidadania garantindo assim um espaço na sociedade.

A educação e conseqüentemente a escola são espaços privilegiados nas disputas e conformação de relações de poder na sociedade, servindo também por outro lado a construção de identidades individuais e coletivas. Considerando este enfoque, cabe lembrar que a educação e a escola são um campo propício para perceber a afirmação de processos identitários e os estranhamentos e as tensões decorrentes da relação entre culturas. O papel do Teatro Experimental do Negro - TEN, fundado em 1944 deve ser visto como mais uma tentativa de resistência e mobilização social, segundo Guerreiro Ramos:

[...] ele deveria servir como um ponto de partida para conquista da identidade étnica do negro numa sociedade onde ele é desprezado; acelerar o processo de integração do povo negro na sociedade brasileira; e restabelecer o papel do negro no teatro como herói, como agente de sua própria condição e não apenas vítima passiva de um destino que não quer mudar (RAMOS in LOPES, 2004, p.643).

O estado, enquanto forte gestor das relações de poder, pode facilitar a inclusão de parcelas da população ou utilizar-se de subterfúgios que impeçam ou dificultem o acesso a educação. No caso brasileiro vários foram os momentos nos quais a população (e aí com destaque a população negra), teve bloqueado seu direito à educação, cabe lembrar que no texto já foi trabalhada a definição de educação como direito, daí a se deduzir que o estado deixou de cumprir seu dever. O papel dos movimentos sociais serve como contraponto às ações do estado na medida em que participaram da libertação de ex-escravizados, iniciaram cursos de primeiras letras, posteriormente os pré-vestibulares para alunos de baixa condição econômica, tiveram também papel substancial na tentativa de inclusão através da educação.

Intelectuais, governantes de pensamento não conservador, assim como movimentos sociais buscaram em diferentes momentos históricos, alterar situações visando uma sociedade que respondesse aos anseios da grande massa, as reformas educacionais ao se sucederem tentaram com diferentes propósitos estender a escola pública e gratuita as camadas mais pobres da população. E cabe destacar que nas décadas iniciais do século XX a falta de trabalho e a pobreza afetaram brancos e negros e não somente a estes últimos, contudo estes últimos tiveram que fazer frente também ao racismo e ao preconceito que acrescidos da forma tutelada com que sempre foram tratados pelo estado dificultou ainda mais a auto identificação e cidadania plena dos afro descendentes. Os diferentes momentos políticos vividos pelo país não propiciaram aos movimentos negros a aceitação de suas reivindicações que só, passaram a ter eco após a constituição de 1988 e a democratização do Brasil.

Para melhor entendimento e visualização este trabalho apresenta a análise da postura do estado através das constituições nacionais destacando a educação.

Quadro 1. Educação nos diferentes momentos da sociedade brasileira

Marco Legal	Momento histórico	Acontecimentos significativos	Posturas frente à Educação	Sistema de ensino:	Visão sobre o negro
Constituição de 1824	Primeira constituição do país foi outorgada por D. Pedro I	Final do império	Estabelece gratuidade de ensino para todo cidadão brasileiro. Art.179 inciso XXXII ⁴	“sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante”. (Saviani, 2005 apud Saviani, 2008) Enfatiza o ensino das primeiras letras Estabelece o ensino como dever das províncias.	Visão sobre o negro escravizado e ou afro descendente Exclui o escravizado considerado “não” cidadão. Assim como o africano escravizado
Constituição de 1891	Segunda constituição o país vivia a implantação do regime republicano e a recém abolida escravatura.	Entrada de imigrantes; Teoria do branqueamento	Estabelece o ensino público e laico		Lei n°. 1/1837; Art.3 ⁵ Favorece o processo de interdição ao ensino.
Constituição de 1934	Nova constituição Regime republicano	Movimentos negros têm intensa atuação	Estabelece que cabe à união fixar Plano Nacional de Educação. Cria o Conselho Nacional de Educação	Plano de educação pensado segundo ideário escolanovista. Ensino Primário Universal Gratuito e Obrigatório	Resposta ao Movimento negro que reivindica educação.
Constituição de 1937	Ditadura	Movimentos sociais são	...”o plano de educação convertia-se em	Há intenção de reordenamento e redefinição	

	Estado Novo	desarticulados pela ditadura de Vargas	instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido pela política educacional” (Saviani, 2008) Ensino voltado às classes populares visando preparo para o Trabalho	das atividades educacionais do país. Estabelece o ensino primário, secundário, industrial e comercial.	
Constituição de 1946	Regime republicano	Restabelecimento de direitos civis	No seu Capítulo2 trata da Educação e Cultura. Cria o sistema de Bolsas de estudo.		
Constituição de 1967	Ditadura militar	Perda de direitos civis	Trata no Título IV da Família, Educação e Cultura		
Constituição de 1969	Ditadura militar	Emenda à antiga constituição		Mantém o anterior.	
Constituição de 1988	Regime republicano	Restabelecimento do estado democrático. É chamada constituição cidadã	O Capítulo3 trata da educação Estabelece Pluralismo e Gestão democrática.	Estabelece o “plano decenal de educação para todos”, com foco na educação básica. Estabelece o “plano nacional de educação”-PNE A Lei das Diretrizes e Base - LDB. O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.	Princípio de igualdade de condições de acesso e permanência na escola

Fonte: Síntese elaborada pela pesquisadora (2008/2009) com base em SISS, 2003 e Saviani, 2008.

O quadro sintetiza os diferentes posicionamentos do estado frente à educação, demonstra também a forma como as minorias excluídas socialmente por sua etnia ou classe

social, e o quanto tiveram de fazer frente às pressões e bloqueios que as elites lhes impuseram.

Na contemporaneidade estas respostas levam em conta a diversidade, o multiculturalismo e a inclusão como pressupostos para uma educação que respeite as necessidades de seus cidadãos. Ainda assim é importante que se leve em consideração dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que ao apresentar a Síntese dos Indicadores Sociais do período entre 1996 e 2006, elaborada em sua maior parte com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ressaltou que o analfabetismo entre pretos⁶ e pardos é o dobro do que entre brancos.

Em 2006, entre cerca de 14,4 milhões de analfabetos brasileiros, mais de 1º milhões eram pretos e pardos. As taxas de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais de idade foram de 6,5% para brancos e de mais que o dobro, 14%, para pretos e pardos. A taxa de analfabetismo funcional segue a mesma diferença: entre brancos, 16,4%, para pretos, 27,5% e para pardos, 28,6% (IBGE-SIS, 2006)

Os dados apresentados estão interligados à situação de trabalho e renda, o que situa a população formada por pretos e pardos (afro descendentes), entre os mais pobres. Ainda segundo dados do IBGE brancos ganham, em média, 40% a mais do que pardos e pretos com a mesma escolaridade. Os pretos e pardos representam 73% da população mais pobre do país e 12% entre os mais ricos; os brancos representam 26% entre os mais pobres e 86% entre os de maior renda. Estes dados são reflexos de um passado escravagista, que hoje não é naturalizado e sofre intervenções baseadas em novas posturas da sociedade globalizada, e que reconhecendo a existência do preconceito e racismo se coloca contra tais práticas, com ações sérias e comprometidas.

O espaço privilegiado para se trabalhar o racismo institucional ou não, é a escola. Segundo Saviani, a organização do sistema nacional de educação é uma imposição reiterada pelas Constituições da República desde 1930, quando já buscava outra escola. Tal organização teve na constituição de 1988 a base para a estruturação da atual Política Nacional de Educação - PNE e seus conseqüentes desdobramentos. O Sistema de Ensino e o Plano de Educação devem ser intrinsecamente ligados, na medida em que as exigências

de intencionalidade e coerência implicam que o sistema se organize e opere segundo o plano. (SAVIANI, 2008).

A organização e gestão dos diferentes aspectos do Sistema de Educação têm como lei maior, da qual emanam suas linhas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, lei n.9.394 de 20 de dezembro de 1996.

A LDB no seu Art.2º preconiza que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (lei n 9394/96) cria condições para que a universalidade de acesso aos diferentes níveis de educação esteja à disposição dos que se habilitarem a ela.

O fato de esta mesma lei estabelecer em seu Art. 3º princípios que devem reger o ensino em todos os níveis e modalidades, responde assim à necessidade de inclusão das diversas camadas da população, reafirmando marcos legais que devem ser utilizados em favor dos que não conseguiram ter acesso aos saberes acadêmicos:

- I- igualdade de condição para acesso e permanência na escola;
- II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV- respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V- coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII- valorização do profissional da educação escolar;
- VIII- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX- garantia de padrão de qualidade;
- X- valorização da experiência extra-escolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais

Estes princípios deram base para que leis complementares venham a atender necessidades específicas que incluem as populações como os afro descendentes, indígenas, deficientes, mulheres e outros pertencentes às “chamadas minorias” excluídas socialmente.

A mesma lei nº 9394/96, LDB no Título V, dos níveis e das modalidades de educação e ensino, estabelece que a educação escolar compõe-se de:

I- educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II- educação superior.

Ao especificar tais níveis, o estado assume o compromisso de zelar pela sua efetivação apesar do cenário preocupante apresentado pela escolaridade dos afro descendentes, principalmente frente aos dados referentes à educação superior.

Heringer ao analisar indicadores de 2002 do IBGE tomando como referencia as pessoas que concluíram o curso superior alerta para o grave desequilíbrio entre não brancos e brancos, a proporção é de 10 % de brancos, 2,1 % de pretos e 2,4 % de pardos. O IBGE informa que das pessoas com curso superior completo no Brasil no ano de 2000, 82,2% são brancos [...] para 53,6 % dos brancos cursando educação superior em nível de graduação tem-se apenas 15,8 % de pretos e pardos (HERINGER, 2006, p.93).

Em resposta ao contexto analisado, aos compromissos internacionais assumidos a partir da Conferencia Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada em Durban, África do Sul em 2001, e integrando as políticas de expansão da educação superior, o Governo Federal criou, em 10/09/2004, por meio da Medida Provisória nº 213, institucionalizada pela lei nº11. 096 do ano 2005, o Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A importância do programa fica ainda mais patente com os análises que serão trabalhadas na continuidade deste estudo quando será ressaltado de que forma o ensino superior poderá interferir na formação de elementos que serão referencia em suas comunidades podendo interferir na sociedade, alterando realidades e abrindo perspectivas para si e para novas gerações.

1.2. O Ensino Superior como instrumento de transformação social

Apropriar-se dos versos do poeta amazonense Thiago de Mello, citado na epígrafe, vem demonstrar o dinamismo e as dúvidas que o tema colocado como instigação suscita.

Não é possível analisar o papel do ensino sem contextualizá-lo como instituição que buscou responder aos momentos de crise e mudanças, adaptando-se e alterando também a forma como os homens respondiam aos diferentes desafios. Tomando a universidade como pólo formador de jovens, Trindade (1999, p.11-23) discrimina em dimensões temporais, quatro períodos nos quais ela influenciou e foi influenciada pela sociedade:

O primeiro, do século XII até o renascimento caracterizou-se pela “invenção” da universidade sob e pela forte influencia dos poderes locais da igreja e do governo;

No segundo, as transformações ocorridas a partir do século XV que marcam o renascimento europeu, humanismo e as reformas protestantes, fazem com que a universidade mostre uma relação com a igreja e com a ciência;

No terceiro, a partir do século XVII as descobertas científicas, a valorização da razão, do espírito crítico da liberdade e tolerância religiosa, assim como o início da revolução industrial inglesa trazem o contraponto de uma universidade que institucionaliza a ciência, passando por profunda mudança de valores e normas. Ela dá base para os diferentes padrões da universidade moderna do século XIX.

No quarto período institui-se a universidade moderna e estatal que começa no século XIX e vem até nossos dias; desdobrando as universidades européias para todas as latitudes, da Rússia às Américas. “A concepção de uma universidade fundada sobre o princípio das pesquisas e no trabalho científico desinteressado associado ao ensino amadurece sob o impulso do Estado” (TRINDADE, 1999, p. 17) e torna mais evidente o quão complexas e conflituosas são as relações entre sociedade, conhecimento e poder.

Outro fator preponderante na relação sociedade, conhecimento e poder é o conjunto de condicionantes sociais (desigualdades sociais, mudança de classe, dominação burguesa...) que explicados pela sociologia, psicologia, encontram na educação a intervenção que deve levar à crítica e reflexão sobre o quanto afetam a coletividade.

O sistema capitalista, a globalização e os avanços da modernidade (para alguns autores, como Boaventura Santos, avanços da pós modernidade) trouxeram em seu bojo, como sabemos problemas sociais que ao afetarem as populações envolvem também as

instituições e dentre elas as universidades. Destas últimas foi cobrado por muitos, o fato de raramente terem colocado à disposição da sociedade, conhecimentos que auxiliariam a discussão crítica básica para a informação e conscientização de grupos socialmente excluídos e ou explorados.

Sem absolutizar o papel do ensino superior e com ele o da universidade, destaca-se a análise realizada por Boaventura Santos, que apresentando uma vertente de orientação social e política, marcadamente crítica invocou a “responsabilidade social da universidade” frente aos problemas do mundo contemporâneo. Isto considerado uma vez que a universidade acumulou conhecimentos a favor de soluções dos problemas sociais valendo-se de sua autonomia institucional, seu espírito crítico e de sua capacidade de discussão livre e desinteressada (SANTOS, 2005).

O papel da universidade coloca-se assim como uma das possibilidades de agente transformador de uma sociedade, na medida em que oportuniza análise crítica, estimula a criação de novos paradigmas, que darão possibilidade de intervenção em uma realidade que teima em privilegiar parcelas da população, em detrimento de outras historicamente relegadas ao isolamento.

O desafio complexo e contraditório de fazer frente à desumanização deverá ser encarado com esperança, conhecimento e apropriação dos instrumentos e técnicas que levarão a uma distribuição eqüitativa de bens, serviços e oportunidades a nível mundial.

Frente a novos paradigmas, alternativas novas deverão ser criadas com base em valores como a solidariedade, troca de saberes, respeito à diversidade e à cidadania. Isto é o que se espera de uma sociedade que se propõe promover a igualdade entre seus membros, privilegiando aqueles menos favorecidos e excluídos socialmente. A democratização do ensino superior pressupõe a distribuição do poder-conhecimento não mais e apenas entre as elites econômicas.

Zoninsein vai além, quando considera os benefícios indiretos que o ensino superior preocupado com a diversidade pode trazer, também aos pertencentes das camadas consideradas não excluídas socialmente. “A diversidade cultural na universidade cria oportunidades para que todos os estudantes se envolvam em compreender diferentes grupos

étnicos e socioeconômicos, para aumentar a capacidade de lidar com diferentes culturas e classes e para aprofundar seu conhecimento sobre a complexidade dos desafios atuais enfrentados por um país em desenvolvimento e desigual” (ZONINSEIN, 2006, p.71).

Na realidade brasileira dados confirmam o processo de exclusão e interdição que ainda caracterizam o acesso (ou não) do afro descendente ao ensino superior. Indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, já apresentados demonstram o quadro preocupante a respeito da escolaridade dos afro descendentes, os dados utilizados, referentes a 2002, longe de se mostrarem desatualizados refletem um momento da sociedade brasileira, no qual se dá início tanto ao processo de incentivo a auto identificação, quanto a implementação de políticas educacionais e sociais de cunho afirmativo e universalista (HERINGER, 2006, p. 93-94).

Na IES foco deste estudo, percebeu-se dentre os afro descendentes pesquisados que 60% estavam inclusos na faixa etária que de 21 a 30 anos, que apesar de pouco acima da faixa etária considerada pelo IBGE como a compatível com ensino superior, demonstrando que mantém-se, ainda uma distancia entre negros e brancos que justifica a necessidade de políticas compensatórias como forma de incentivar e garantir a inclusão deles no ensino superior.

1.3. Educação Salesiana. A presença da Faculdade Salesiana Dom Bosco em Manaus

As Obras Salesianas de Dom Bosco, são uma instituição tradicional na cidade de Manaus-AM representando sempre ensino de excelência. Atuando na área de educação na cidade de Manaus desde 1921, especificamente no nível de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional responde pela formação de gerações.

Tradicionalmente as obras salesianas atenderam as elites locais, responsáveis a um tempo pelos processos de exploração regional e pelas inovações implantadas na região amazônica. Nelas se formaram vários governantes e empresários, ao lado também de uma

parcela de população de baixa renda a quem se garantiu o acesso a educação através de serviços de filantropia

Busca consolidar-se agora sob a perspectiva de tornar-se centro referencial de ensino de terceiro grau na região amazônica, voltado para as necessidades do desenvolvimento local, segundo a filosofia educacional perseguida pela Instituição Mantenedora nesses quase 90 anos de atuação na formação educacional dos jovens amazônidas. Do ensino fundamental ao antigo colegial as adaptações seguiram a modernização da cidade.

Manaus capital estado, por concentrar a maioria das instituições e serviços governamentais e não governamentais, representa também o maior pólo de atração de um grande contingente de migrantes de outros estados do Brasil, de interioranos, e até mesmo pessoas vindas de outros países da América Latina, muitos expulsos de seus locais de origem por falta de emprego ou de oportunidades para dar continuidade a seus estudos.

Nesta última década o Estado do Amazonas, onde só existia uma universidade, a Federal do Amazonas – UFAM, em decorrência da política governamental de expansão de espaços universitários, vem vivendo a implantação de faculdades particulares e da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, tais fatores vem transformando a vida cultural e social do Estado.

Em meio a este panorama foi criada em 2002, a Faculdade Salesiana Dom Bosco-FSDB, credenciada pela portaria 1.166/2002. Fundada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, tem por missão contribuir na formação integral de cidadãos, através da produção e difusão de conhecimento e da cultura, em contexto de pluralidade.

A FSDB nasce da consciência de que é necessário procurar conhecer os novos tempos e adaptarmo-nos a eles. Isso significa respeitar as pessoas, estes são ensinamentos inspirados pelo documento oficial Estréia 2009 do Reitor-Mor Pe. Pascual Chávez Villanueva.

Esta é uma Instituição de Ensino Superior católica que tem consciência de seu compromisso com a educação. Por isso, busca a excelência universitária na formação de

profissionais comprometidos com a vida e a transformação social. Tem ainda por finalidade enriquecer a sociedade com um número crescente de cidadãos comprometidos com a sua transformação estrutural para que se:

- Construa maior igualdade de partilha e de justiça;
- Busque uma sociedade livre, democrática e participativa;
- Superem as discriminações na construção de uma convivência pluralista;
- Incentivem as várias formas de manifestações culturais e religiosas que propiciem um pleno desenvolvimento humano, pois, “a escola salesiana é, acima de tudo, uma comunidade, permeada pelo espírito evangélico de liberdade e de caridade” (CGE, nº. 381).

Inserida neste contexto a Faculdade Salesiana Dom Bosco tem como visão ser referência de ensino superior em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a partir da Pedagogia Salesiana. A FSDB iniciou suas atividades com o curso de Normal Superior, posteriormente Pedagogia; curso de Ciências Contábeis, de Filosofia, de Administração e o de Serviço Social.

1.3.1 - Componentes organizacionais e a FSDB

Cabe destacar que um aspecto de grande importância na administração educacional é o fortalecimento das ações da organização com base na estratégia. O conceito que será utilizado para estratégia é “*la manera como la organización busca alcanzar las metas*” e na FSDB o documento que estabelece os princípios e linha de ação da instituição é seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

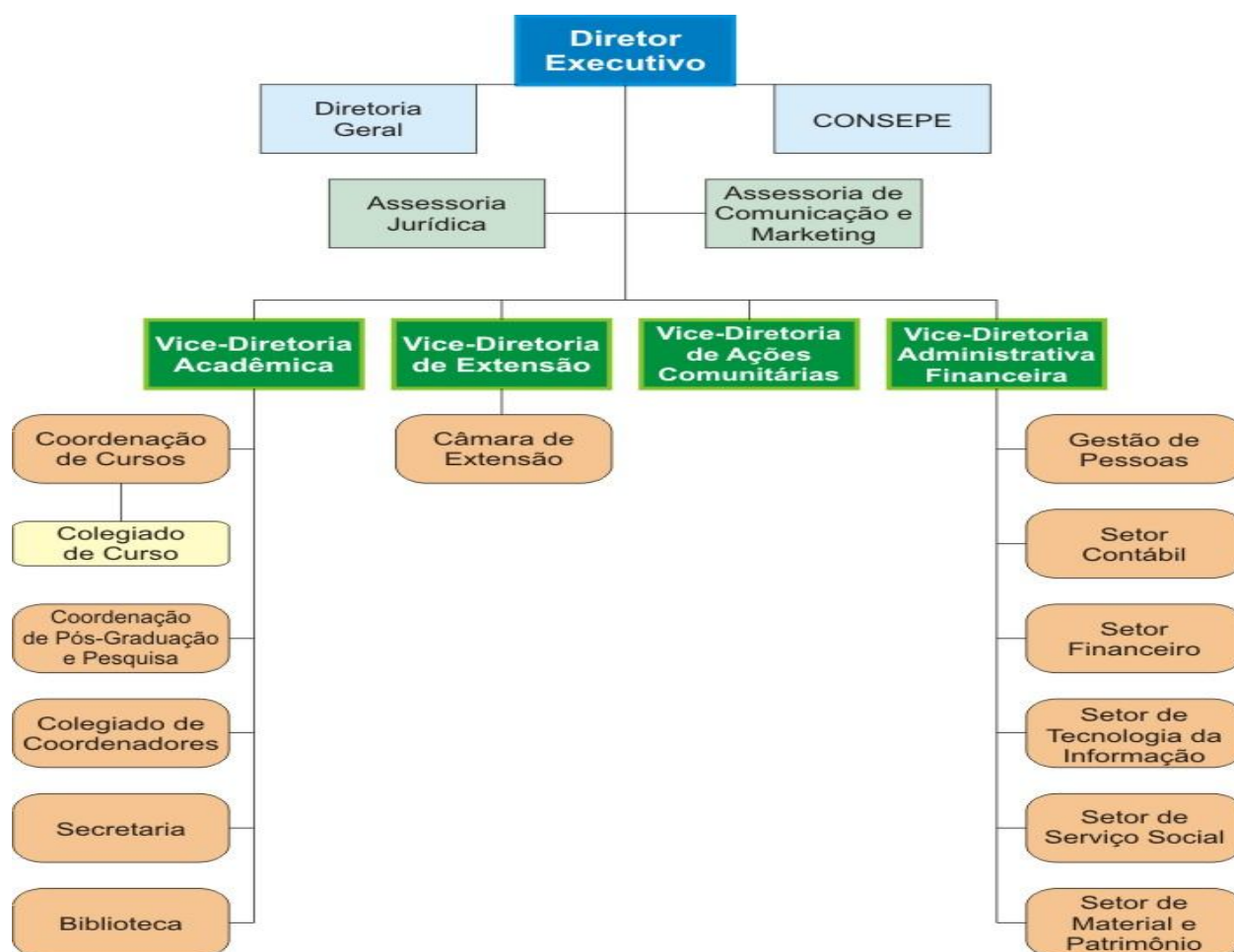
Em 2007 foi desenvolvido um processo participativo que culminou com a elaboração do atual PDI, com vigência de 2008 a 2012.

Para que melhor a instituição seja analisada cabe destacar os objetivos e metas estabelecidos no PDI. Os objetivos instrucionais estabelecem o propósito de fazer da

formação de profissionais mais do que elementos competentes tecnicamente, eles explicitam a linha educacional que visa o profissional crítico e comprometido com a realidade em que vive e, sobretudo pronto para influir nesta realidade buscando transformá-la de forma a garantir uma sociedade que propicie a todos pleno desenvolvimento humano

A FSDB vive hoje um processo de adequação a uma realidade que a cada momento apresenta novos desafios, suas estratégias tentam atender objetivos de curto médio e longo prazo que se ligam a princípios religiosos cristãos sem deixar de perceber os apelos da sociedade capitalista que receberá os egressos de seus cursos.

Figura 2. **Estrutura Organizacional FSDB.**



A estrutura prevê a participação dos diversos representantes da comunidade educativa. Apresenta um corpo diretor representado pelo diretor executivo, vice- diretora

acadêmica, vice-diretor de extensão e pós-graduação, vice-diretor administrativo-financeiro e vice-diretor de assuntos comunitários. Respondem a esta direção os coordenadores de curso que por sua vez, tem sob sua coordenação, os coordenadores de estágio e os colegiados de curso. Trata-se de uma estrutura rígida, permeada de comunicação e humanismo.

As inovações ou inovações propostas ou requeridas pelos novos desafios passarão por esta equipe gestora dependendo da vontade política que se propuserem a ter o sucesso das mesmas. O PROUNI, como programa federal só será integralmente colocado em prática se esta equipe gestora estiver sensibilizada e com objetivos voltados para perceber que o trabalho com a diversidade e o multiculturalismo está intrinsecamente envolvido com a instituição.

Os órgãos colegiados, assim como as assessorias, são ligados à direção e funcionam como mais uma forma de garantir que a comunidade educativa seja consultada quando dos processos decisórios. Cabe destacar também o papel do Diretor sócio, que representa o braço da mantenedora Inspetoria Missionária do Amazonas ISMA que serve de apoio e reforço da linha salesiana de educação.

O conjunto de pessoas envolvidas e que formam a comunidade educativa, são motivo de atenção na medida em que são previstos momentos de formação, capacitação e treinamentos que tem por objetivo preparar a todos, para que vivam a missão, visão e princípios que são a cultura da FSDB. Este aspecto é importante na medida em que decisões que favoreçam o conjunto têm a oportunidade de passar por um processo de informação que poderá envolver os participantes em inovações e avanços que refletirão no cotidiano da IES.

A cultura de uma instituição é, sobretudo, o conjunto de crenças e suposições compartilhadas pela comunidade educativa que os leva a definir como realizar as ações. No caso da FSDB cabe destacar que o sistema preventivo na educação de jovens criado por Dom Bosco é parte integrante e substancial da cultura da instituição que tem entre seus preceitos a acolhida irrestrita a todos os jovens.

Nas casas salesianas a Cultura deve ser como diz HINDLE, 2008 (in texto base), *“el estado que determina como debe comportarse la gente cuando nos ela no esta observando”*. Isto condiciona um sistema de ensino que tenha a formação integral e comprometida como ponto central e que faça da comunidade educativa profissionais interessados, envolvidos e com a percepção da importância do papel que cada um desempenha na sociedade.

As transformações do mundo globalizado, assim como o desafio de se manter atualizado e buscando a excelência exige que as instituições estabeleçam sistemas e formas de ação que tenham como característica a agilidade e a capacidade de dar respostas adequadas ao cotidiano e a competitividade do mercado. Os sistemas são condições e acordos relacionados com a maneira ou modo com os quais se manejam os processos (de informação, comunicação e de tomada de decisões) e os fluxos (bens e efetivos).

A breve apresentação realizada sobre a realidade vivida na FSDB, deixa transparecer uma organização com propósitos que tenta através de uma estrutura que se propõe democrática e participativa, envolver todos os participantes da comunidade educativa na busca pela excelência, técnica e crença em uma sociedade mais justa. Percebe-se que há ainda um longo caminho a ser seguido, algumas estratégias deverão ser revistas e outras deverão ser reforçadas, contudo cabe lembrar que a construção de um Centro Universitário sério e competente é um sonho a ser perseguido por todos os envolvidos na instituição, inclusive levando-se em conta as necessidades da região amazônica que possui recursos restritos, no que se refere a IES que priorizem a qualidade de ensino e formação profissional.

CAPÍTULO II - A QUESTÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICA E A DESIGUALDADE SOCIAL

Para abordar o tema diversidade étnica faz-se necessário que se reflita, ainda que brevemente, sobre etnicidade como um conceito da antropologia contemporânea, analisado como fenômeno relacionado não apenas a cultura, mas básica e principalmente, por suas implicações sócio econômicas.

Etnicidade é um fenômeno universalmente presente na época moderna, precisamente por tratar-se de um produto do desenvolvimento econômico, da expansão industrial capitalista e da formação e do desenvolvimento dos Estados-nações [...] muitos autores observam agora na modernidade não a chegada da uniformização e do individualismo, mas a era do nacionalismo étnico e do racismo (POUTIGNAT, 1998, p.27)

Apesar desta análise não ser unanimidade entre os pesquisadores considera-se que as diferenças étnicas são aspectos importantes a serem estudados como forma de entendimento da dinâmica das sociedades e de seus grupos sociais com suas similaridades e diferenças. Tanto assim que Cardoso de Oliveira ao estudar a importância do conceito de identidade étnica, destaca os aspectos sociais e individuais que se combinam e ou se contrapõe em uma relação dialética:

[...] quer a identidade étnica seja pensada no âmbito dos estudos de etnicidade, como bem ilustram as idéias de Cohen; quer ela se insira em contextos relacionais, não obstante passíveis de observação e de registro etnográfico, como no caso de interrelações socioculturais envolvendo relações contrastantes, a nos basearmos nas pesquisas de Barth e de seus colaboradores, o certo é que as investigações realizadas por muitos de nós antropólogos, o conceito de identidade étnica tem sido de inegável eficácia (CARDOSO de OLIVEIRA, 2006, p.27).

No caso do presente estudo, a linha de reflexão está pautada na definição de Lopes, para o qual “etnia refere-se a uma coletividade de indivíduos humanos com características somáticas semelhantes, que compartilham a mesma cultura e a mesma língua, além de identificarem-se como grupo distinto dos demais” (LOPES, 2004, p.264). O fator escolha ou o assumir conscientemente a identificação com determinada etnia é algo analisado como relevante pelo autor.

A identidade negra ou afro descendente⁸ no Brasil está envolvida por um processo histórico, referenciado por perseguições e exclusões, assim como resistência e autoafirmação. Entre os participantes do movimento negro o equilíbrio entre luta e a espera, entre avanços e recuos é assim lembrado: *Remar rio acima também é praticar a esperança. Caminhar contra o vento é praticar a esperança.* (domínio público). O afro descendente teve sua cultura e a própria visão do Eu desestruturadas por fatos históricos, que hoje marcam de forma negativa o cotidiano desta parcela da população. Valendo-se ainda de Lopes, identidade negra é assim explicada:

Identidade, em termos psicossociais, é a convicção que um indivíduo tem de pertencer a um determinado grupo social, convicção essa adquirida a partir de afinidades culturais, históricas, lingüísticas etc. [...] Ao tempo da escravidão a produção da identidade negra nas Américas deu-se por meio de processos paralelos; pela via da desafricanização e pela da racialização. [...] num segundo momento o movimento pan-africanista na Diáspora pôs em curso uma reafricanização (LOPES, 2004, p.334).

Os movimentos negros em mobilização coletiva por suas reivindicações específicas asseguram que identidade negra ou identificar-se como pertencente à etnia negra ou afro descendente é atualmente uma postura política.

O assumir a identidade afro descendente, assim como acontece com outras etnias, nem sempre se dá tranquilamente, principalmente se forem considerados os aspectos negativos que a sociedade infringe ou infringiu a estes grupos. A exemplo dos modelos identitários apresentados por Cardoso de Oliveira no livro *Caminhos da identidade* de 2006 sobre as pesquisas com os indígenas da etnia Terena, que em diversas situações se valeram da manipulação para garantir uma invisibilidade que os favoreceria no reconhecimento pelo outro, destaca-se a seguinte situação identificada durante este estudo sobre afro descendentes:

A acadêmica que durante grande período, no qual cursou a faculdade alegava não saber como e porque havia conseguido bolsa de estudos do PROUNI, ressaltando em várias situações que havia sido *coisa de sua mãe* (sic), sem nunca ter abordado o fato da mãe ser afro descendente. Esta acadêmica abrigava-se no fato de não possuir traços negros, o que para ela, não a levava a identificar-se como afro descendente (acad. 5).

Na análise do autor, quando individual ou grupalmente há vantagens em manipular ou escamotear a identidade étnica, as pessoas valem-se de tal expediente para fazer frente às pressões e ou barreiras que a sociedade lhes impõe. O preconceito e o racismo sempre foram barreiras para o reconhecimento pelos outros ou auto identificação. [...] “a situação vem corroborar que a manipulação da identidade étnica ocorre, quando escamoteá-la significa um ganho social ou um aumento de taxa de respeito” (CARDOSO de OLIVEIRA, 2006, p. 45-46).

Frente a uma realidade adversa, muitas vezes os indivíduos considerados como pertencentes a minorias étnicas, como os indígenas e ou afro descendentes vêm-se tentados a utilizar-se destes expedientes para fazer frente às desigualdades sociais que se perpetuaram na sociedade. Dados da síntese dos indicadores sociais da situação da população apontam que apesar da evolução ocorrida na última década, ainda é marcante a desigualdade existente entre negros e brancos. Falar em evolução é algo que procede, na medida em que nas ultimas décadas o movimento negro, em escala nacional, tem firmado posições políticas que favoreceram a auto-estima e o resgate da dignidade do povo negro.

Figura 3. **Indicadores Sociais**

<i>Síntese de Indicadores Sociais - 2009</i>
<i>SIS 2009: em dez anos, cai de 32,4% para 22,6% o percentual de famílias vivendo com até meio salário mínimo per capita</i>
<i>Em 2008, Dois terços dos jovens brancos e menos de um terço dos pretos e pardos cursavam o nível superior. 14,7% dos brancos e somente 4,7% dos pretos e pardos adultos tinham superior completo em 2008. Entre o 1% com o maior rendimento familiar per capita na população brasileira, apenas 15% eram pretos ou pardos.</i>
<i>O estudo mostrou que havia uma relação sobre representação de trabalhadoras domésticas de cor ou raça preta e parda.</i>

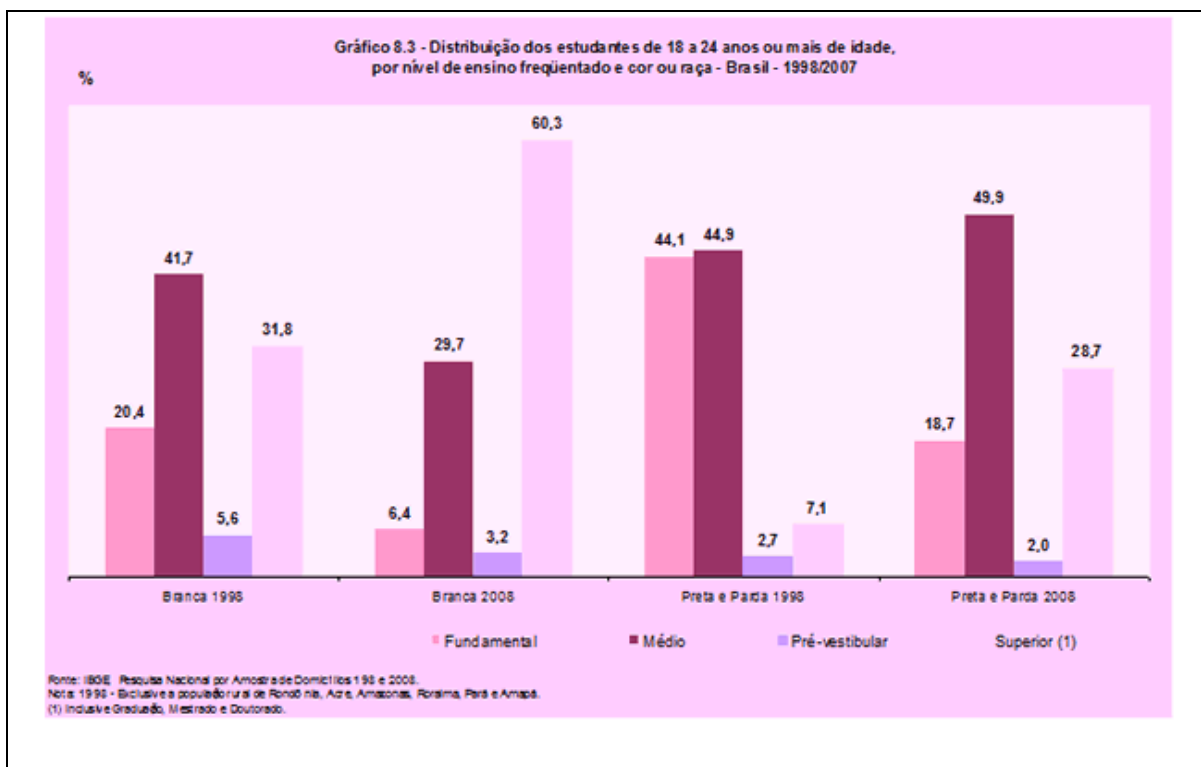
No Brasil, a proporção de mulheres pretas e pardas, acima de 10 anos é de 51,5%, enquanto a proporção de empregadas domésticas era 60,9%. No Sudeste, para cada 100 empregadas domésticas brancas, há 177 pretas e pardas. No Norte, essa relação é mais favorável de 100 para 125.

Em 2008, brancos tinham, em média, quase dois anos a mais de escolaridade que pretos e pardos

Em 2008, no que diz respeito à média de anos de estudo da população de 15 anos e mais, as pessoas de cor branca apresentavam uma vantagem de quase dois anos (8.3 anos de estudos), em relação a pretos e pardos (6.7 e 6,5 anos), diferença que vem se mantendo constante ao longo dos anos. As diferenças regionais são marcantes, especialmente no Sul e Sudeste.

Dois terços dos jovens brancos e menos de um terço dos pretos e pardos cursavam o nível superior

De 1998 a 2008, houve significativa melhora na distribuição da frequência por níveis de ensino entre a população de cor preta e parda. Entretanto, em 1998, um terço dos brancos jovens de 18 a 24 anos de idade já estava freqüentando o ensino superior, contra 7,1% dos pretos e pardos. Em 2008, os jovens brancos que freqüentava esse nível de ensino eram 60,3% do total, enquanto entre pretos e pardos o percentual era de 28,7%.



14,7% dos brancos e somente 4,7% dos pretos e pardos adultos tinham superior completo em 2008

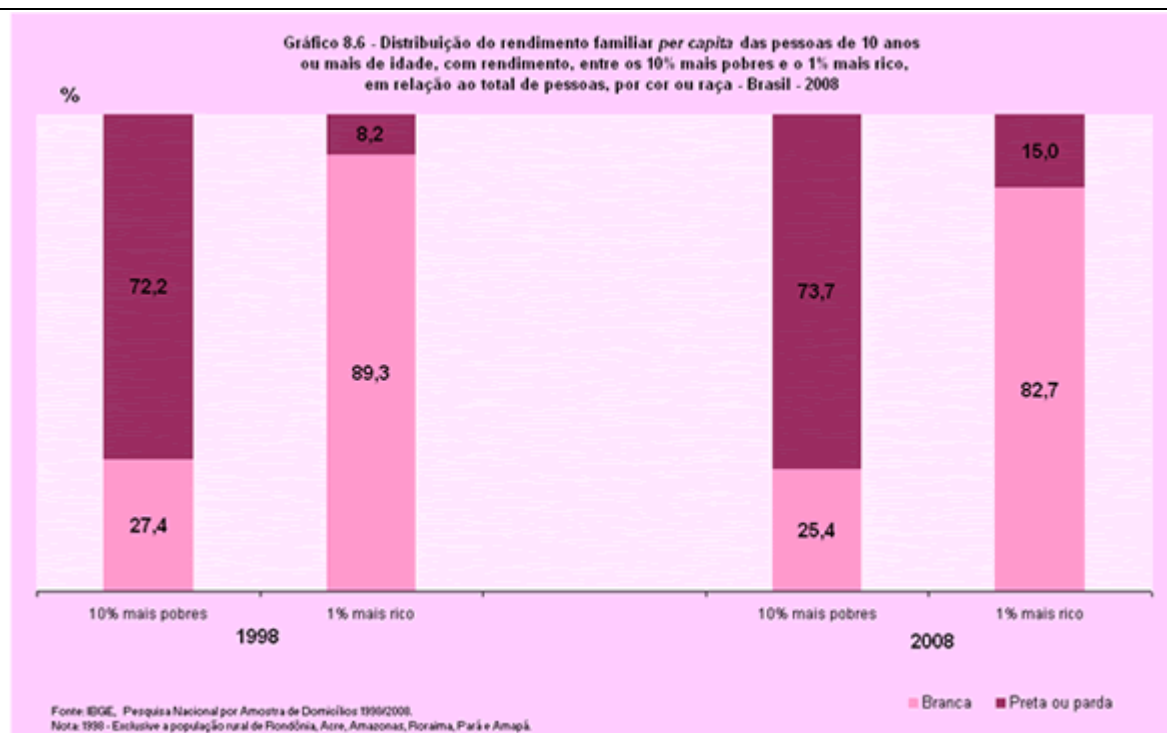
A proporção de pessoas de 25 anos e mais com curso superior concluído era de 14,3% para os brancos com 25 anos ou mais, enquanto entre os pretos ou pardos, a proporção era de apenas 4,7%, em 2008.

Em relação a 1998, a população de cor preta e parda obteve melhoras, mas ela está longe de alcançar uma situação de equidade, principalmente em relação às cortes mais jovens. No Nordeste, apenas 3,8 desta população tinham concluído o ensino superior em 2008.

Entre o 1% com os maiores rendimentos, apenas 15% eram pretos ou pardos

Há que destacar que entre 1998 e 2008, houve um crescimento de 6,8 pontos percentuais na participação de pretos e pardos participação no estrato superior de renda. Entretanto, observa-se uma situação bastante favorável aos brancos. Entre os 10% com os menores rendimentos, 25,4% se declararam brancos, enquanto 73,7% eram pretos e pardos. Já entre o 1% mais rico,

82,7% eram pessoas brancas e apenas 15,0% eram de cor preta e parda. Em 1998, a proporção dos que se declararam pretos e pardos no 1% mais rico era muito menor: 8,2%.



Também os rendimentos-hora de acordo com grupos de anos de estudo dos brancos são sempre superiores, com maior intensidade no grupo com 12 ou mais anos de estudo.

Figura 03. Fonte: IBGE, 2009

O que avalia a utilização dos dados anteriormente apresentados neste estudo é o fato destes representarem a síntese dos indicadores sociais da última década, no Brasil, foram levantados e trabalhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e demonstram que os desequilíbrios sócio-econômicos presentes na sociedade ainda não foram alterados de forma a tornar o país mais equânime com a população como um todo. Constata-se que apesar da melhoria, principalmente no tocante aos rendimentos e escolaridade, a característica básica do país é a existência de minorias étnicas, não brancas que continuam numa situação desprivilegiada e com poucas alternativas de mudança.

Ao analisar os índices referentes à educação percebe-se evolução da população como um todo no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, contudo não pode deixar de ser observado o ritmo desigual com que este avanço se dá considerando-se a variável etnia⁹. As oportunidades ou falta delas não podem ser pensadas sem que seja revisto o peso da discriminação e do racismo como barreiras que dificultam o enfrentamento de bloqueios que fazem parte da rotina dos afro descendentes. O preconceito e o racismo na sociedade brasileira tomam características que favorecem a exclusão dos afro descendentes, sem que contudo isto ocorra de maneira explícita, trata-se de mais uma configuração da violência, é a invisibilidade naturalizada e difundida no mito da democracia racial.

2.1. Desvelando o racismo no Brasil

Os dados que vem sendo apresentados, assim como as reflexões sobre a situação do afro descendente devem formar um painel que leve a uma nova visão sobre a problemática que envolve grande parcela da população e que afeta de maneira substancial boa parte da juventude do Brasil. Cabe ressaltar que na população brasileira, considerando os dados da Síntese dos Indicadores Sociais-SIS divulgada pelo IBGE, em 09 de outubro de 2009, 36,8% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos completou o ensino médio, sendo considerados em principio habilitados a cursar o nível superior. Este número é considerado, na mesma publicação, como bastante baixo para os pesquisadores do Instituto. Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (Eurostat), esta escolaridade é considerada indispensável para avaliar a eficácia do sistema educacional do país. A importância destes dados toma uma feição mais preocupante quando a análise destaca que daquele percentual (36,8), 40,7 são jovens brancos e 30,3 são negros e ou pardos.

O apresentado anteriormente, diz respeito a mais um índice que denota a exclusão e dificuldade de acesso a oportunidades de ascensão, distanciando ainda mais a população afro descendente de ações que fortaleçam transformações sociais que alterem a realidade. Apesar das evidências a discussão da problemática enfrenta reações sociais peculiares que vão da negação, a dissimulação de uma realidade palpável.

Oliveira, frente a isto lembra o geógrafo Milton Santos,

[...] quando escreve que ser negro no Brasil hoje é, entre outras ações, não tocar no assunto sobre raça nas relações do dia-a-dia, já que fazendo isso, constituiria uma *indelicadeza*. Nós, negros (não apenas, mas também as pessoas de outras raças que são, foram e continuam sendo consideradas inferiores), ao tentarmos discutir sobre *negritude, negro, mestiço, branco, cor, raça, racismo, preconceito, cotas, discriminação, ações afirmativas, branquitude*, somos aconselhados, ordenados ou simplesmente levados a não realizar tal atitude. E isso não é apenas em um ou outro espaço público ou privado, e tampouco em uma fase de nossas vidas, mas é a todo o momento, em todos os espaços onde se realizam as relações sociais. Logo, o negro no Brasil se vê possuindo um sentimento que acha que é só seu, de um não pertencimento e um não reconhecimento de uma sociedade em que, nos veículos de comunicação [...], nos livros, nos altos postos da política e da economia, encontramos, quando não o número total, um número majoritário de pessoas fenotipicamente brancas. E o pior: não acha no outro negro um apoio, um refúgio, uma ajuda, mas a delicadeza do não falar sobre tal assunto, pois esse outro negro entendeu como funciona a questão raça no Brasil. Com isso, o negro que necessitava do apoio entende que deve também entrar no jogo racista (OLIVEIRA, 200, p. 215-216).

A invisibilidade é uma das facetas com a qual se apresenta o racismo e a discriminação racial no Brasil. Bento, destaca ainda a necessidade de refletir a problemática do racismo com enfoque globalizante, isto é de forma ampliada e envolvendo todos os partícipes da ação. “a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado”. (BENTO, 2002. P.26)

Racismo, segundo Lopes, é a doutrina que afirma a superioridade de determinados grupos étnicos, nacionais, lingüísticos, religiosos, etc. sobre outros. Por extensão, o termo passou a designar as idéias e práticas discriminatórias advindas dessa afirmada superioridade- (LOPES, 2004, p.557).

No Brasil tal doutrina toma características peculiares, influenciada pela teoria do branqueamento da população e pelo mito da democracia racial¹⁰, além dos aspectos históricos que vincularam aos afro descendentes, marcas negativas que serviram e servem à exclusão social destas camadas da população. Schwarz diz que o racismo à brasileira... “percebe antes colorações que raças, que admite a discriminação apenas na esfera íntima e

difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura”. (SCHWARCZ, 2001, p.36).

A mesma autora coordenou em 1988 uma pesquisa aplicada na Universidade de São Paulo que apresentou dados interessantes sobre a postura do brasileiro frente à discriminação racial “enquanto 97% dos entrevistados afirmavam não ter preconceito, 98% disseram conhecer sim pessoas e situações que revelavam a existência de discriminação social”, em outra pesquisa veiculada em 1995, pelo jornal Folha de São Paulo, os dados foram semelhantes, apesar de 89% dos brasileiros reconhecerem existir preconceito contra negros, só 10% reconhecem ter preconceito (SCHWARCZ, 2001, p.76 -77).

Estudiosos se detêm em análises que buscam definir o preconceito ora como conjunto de atitudes, ora como comportamentos grupais, contudo os efeitos do preconceito independente delas, causa nos grupos que o sofrem, insegurança, baixa estima, dificuldades em se auto identificar com sua etnia. Blalock (1982), citado por Fazzi, sugere cinco tipos de comportamentos percebidos em interações nas quais relações de poder colocam em campos opostos minorias e majorias étnicas: 1 - relações de exploração; 2 - comportamento competitivo; 3 - agressão; 4 - discriminação e 5 - comportamento de evitação (FAZZI, 2004, p.43).

Optar por um projeto democrático que tenha em seu bojo uma educação (formal e informal) que promova o respeito à diversidade e a igualdade nas relações etnicorraciais, é pensar o país a médio e longo prazo fazendo cumprir posturas pautadas em discussões internacionais e legislação existente que deve ser cada vez mais implementadas por educadores sérios e comprometidos. Seguem algumas leis exemplares, na sua maioria aprovadas pelo estado após lutas do movimento negro:

a) *A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, tem a preocupação de normatizar as relações sócio raciais, demonstrando como objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”;*

b) *Racismo é crime inafiançável e imprescritível. (Art. 5.º, XLII, CF).*

Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Dentre os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, punidos pela lei (Leis N.º 7.716/89 e 9.459/97), estão aqueles que constroem, dificultam ou impedem o livre acesso de afro descendentes a locais, bens e serviços públicos.

c) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB regula o ensino nos diferentes níveis e estabelece a gestão democrática no ensino público. É a Lei nº 9.394/1996.

d) Lei 10639/2003 estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História da África e da Cultura Afro – Brasileira, além de incluir no calendário escolar o dia Nacional da Consciência Negra, 20 de novembro.

e) Portaria nº 202/2001 criou uma cota de 20% dos cargos da estrutura institucional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); em dezembro do mesmo ano o Ministério da Justiça adotou o mesmo expediente;

f) Em março de 2002 o Instituto Rio Branco subordinado ao Ministério das Relações Exteriores e tradicional reduto das elites nacionais, estabeleceu 20 bolsas de estudo para preparação de estudantes negros;

g) Em maio de 2002 o governo federal instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas coordenado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça que entre outras providências institucionaliza, no âmbito da administração pública federal, o estabelecimento de metas percentuais de participação de afro descendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos em comissão “a adoção de um critério adicional de pontuação para fornecedores que comprovem a adoção de políticas compatíveis com objetivos deste programa [...] e metas percentuais de participação de [...] nas contratações de empresas prestadoras de serviço, bem como de técnicos consultores no âmbito de projetos desenvolvidos em parceria com organismos internacionais” (Brasil, 2002).

h) Em 20 de novembro de 2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR (decreto nº4. 886), visando a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra.

Após uma análise crítica da situação da discriminação no Brasil e das possibilidades de alteração dessa realidade, percebe-se que alguns passos foram dados, exigindo agora continuidade de ação de políticos, educadores e participantes de movimentos negros na busca de uma sociedade mais justa. José Jorge Carvalho, antropólogo, estudioso do processo de inclusão étnica na educação superior posiciona-se nesta linha destacando a necessidade de soluções criativas e inovadoras que favoreçam mudanças gradativas e estruturais que atinjam a grande parcela da população excluída, vindo a favorecer a sociedade como um todo.

A discriminação parece se consolidar como alguma coisa que se repete que se reproduz. Não se pode esmorecer na hipocrisia e dizer que o nosso jeito não é esse. Não, o nosso jeito está errado mesmo, há uma repetição de discriminações e há a inaceitabilidade do preconceito. Isso tem de ser desmascarado, tem de ser, realmente, contra-atacado, não só verbalmente, como também em termos de mecanismos e processos que possam levar a uma transformação, no sentido de uma relação mais democrática, entre as raças, entre os grupos sociais e entre as classes (F.H.Cardoso citado em Multiculturalismo e Racismo, p.16. Apud, CARDOSO, 2005, p.13).

Os dados apresentados, assim como as reflexões realizadas terão sentido na medida em que as pessoas se dispuserem ao convívio com o diferente, respeitando suas características e aproveitando a convivência como forma de crescimento e aprendizado conjunto. Sendo assim destaca-se o papel da educação como espaço no qual as vivências poderão proporcionar a integração necessária da população excluída. É importante que se analise o quanto o acesso do afro descendente ao ensino superior, apresenta ainda bloqueios que fazem com que o numero de pessoas que conseguem participar da vida universitária é bastante pequeno. Muitas vezes não sendo sequer visto como possibilidade, por muitos jovens e suas famílias.

2.2. O Acesso do Afro descendente ao Ensino Superior

O grande desafio hoje em países como o Brasil é como adaptar um sistema extremamente elitista às demandas populares por acesso ao ensino superior, sem desmantelar ainda mais as poucas boas universidades que temos (RISTOFF, 2000, p.208).

Tradicionalmente o acesso ao ensino superior encontrava-se reservado aos filhos da alta burguesia ou do empresariado nascente no país nos primórdios da industrialização, na atualidade segundo Ristoff este acesso está restrito a cerca de 10% da população da faixa etária apropriada. Ainda segundo análise do autor, se for levado em conta o papel das universidades, enquanto promotoras dos objetivos tradicionais de disseminação e do avanço das artes e das ciências e de seu direcionamento para a cidadania e a melhoria da qualidade de vida da nação; as universidades públicas deverão passar por adaptações para atender a) a necessidade de garantir o avanço autônomo e desatrelado do conhecimento; b) as necessidades do Estado, em geral ditadas por projetos de desenvolvimento dos governos e pela demanda de mão de obra altamente qualificada e c) as necessidades do indivíduo, ditadas pelo seu desejo e pelo seu direito de investir em si próprio.

Não se pode negar que “cresce o sentimento de que a educação superior deve estar disponível a todos os que a procurarem seriamente” (RISTOFF, 2000, p.208). O direito social a educação, configura-se como processo de desenvolvimento humano, que foi historicamente negado a amplas parcelas da população. Especificamente, no caso dos afro descendentes, cabe lembrar que o direito à educação foi sistematicamente negado, refletindo-se ainda hoje nos baixos níveis de acesso e permanência aos diferentes graus de ensino, com maior expressão no ensino superior brasileiro.

O acesso à educação escolar vista por Cavalleiro como “espaço sociocultural e institucional responsável pelo trato pedagógico do conhecimento e da cultura” ao ter como preocupação a diversidade, a afirmação e a revitalização da auto-imagem do povo negro, estará garantindo o respeito às diferenças como estratégia de reconhecimento desse mesmo povo.

O processo de interdição ao ensino, amplamente analisado anteriormente, assim como as diferentes dinâmicas discriminatórias, sofreram desde as primeiras investidas do

poder, resistência sistemática por parte dos escravizados, forros ou mesmo libertos. Cavalleiro valendo-se de Silva Junior apresenta um breve relato de situações e fatos que fazem parte da saga dessa população;

De 1815- quando Portugal concorda em restringir o tráfico ao sul do Equador – a 1888- com a Lei Áurea, a população escravizada recorreu a uma gama de formas de resistência para que seus limitados direitos fossem reconhecidos e assegurados. O processo de transformação da mão de obra dos trabalhadores livres foi paulatino, e leis como a do Ventre Livre (1871), Saraiva - Cotegipe ou Lei dos Sexagenários (1885), que a rigor deveriam favorecer a população negra, caracterizaram-se como um instrumento de controle em prol da ordem escravocrata. Assim também, impediu-se a integração da população negra liberada, mediante várias outras leis que, ao serem incorporadas ao trato cotidiano, acabaram por tornarem-se meios de promoção dos grupos hegemônicos, em detrimento da população negra que delas deveria beneficiar-se (SILVIA JR, 1998 apud CAVALLEIRO, 2006, p. 15).

Como exemplo da análise apresentada tome-se a libertação dos escravizados no Estado do Amazonas, região que recebeu parcela dos 12,5 mil trazidos através da Companhia do Grão Pará, segundo PONTES Filho (2000, p.138). E que, apesar de ter sido a segunda província do Brasil a abolir a escravatura, ao libertá-los em 1884, indenizou os senhores sem, contudo beneficiar ou indenizar os negros.

No passado como no presente o acesso a educação é explicado por razões históricas, por interesses de grupos ligados ao poder e pelo preconceito e racismo existentes na sociedade brasileira. CARVALHO ao analisar dados do que chama mundo acadêmico, destaca o baixo numero de estudantes negros e o ainda menor de professores existentes nas universidades federais, mesmo em universidades de referencia tais como a Universidade de São Paulo e de Brasília. ”meditar sobre a ausência atual de negros e índios na universidade é ousar revisar os pressupostos dessa brasilidade que ocultou deliberadamente um de nossos problemas mais graves como nação” (2005, p.17).

Nas ultimas décadas houve um incremento na produção teórica sobre o assunto favorecendo a reflexão sobre o quanto a coletividade perde, ao deixar de valorizar e incentivar a diversidade na construção do conhecimento. Na interpretação de Constant apud GONÇALVES E SILVA (2003) o fato de não se optar por um viver plural, dificulta

inclusive a construção de uma democracia multicultural, focada na justiça social que precisa se incentivada não como dádiva, mas como reparação de perdas por um passado de exploração e um presente de exclusão.

Desde 1995 o governo brasileiro vê nas ações afirmativas instrumentos para combater o racismo e atenuar a discriminação, é um caminho que vem sendo construído entre idas e vindas, com acertos e erros. Um marco decisivo foi a 3ª Conferencia Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela Organização das Nações Unidas em Durban (2001), onde foram firmados compromissos a nível internacional. Tais atos fizeram com que os movimentos sociais, estudiosos e pesquisadores trouxessem a tona, com maior efetividade a problemática da diversidade exigindo ações inovadoras e concretas que há um tempo garantissem o acesso de afro descendentes ao ensino superior, mas também e principalmente se preocupassem com a manutenção dos acadêmicos nele. As ações afirmativas que nos últimos anos durante o governo do Presidente Luis Inácio da Silva se consolidaram como políticas de Estado, representaram o esforço do governo brasileiro em assumir posições que levem à eliminação do preconceito e racismo, assim como criem oportunidade para que se efetivem as reivindicações dos grupos sociais representativos de afro descendentes e demais grupos excluídos.

2.3. Políticas de ação afirmativa, de Estado, em andamento no Brasil.

A discussão sobre políticas afirmativas longe de tratar-se de um assunto de momento é resposta a um conjunto de antigas reivindicações, realizadas pelos movimentos sociais brasileiros. E aqui não deve ser esquecido que nem sempre estas queixas foram levadas em conta com a presteza que a realidade social exigia.

“lutar para que, enquanto não for gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.” Jornal: O Quilombo, 1948.

Esta notícia, transcrita de um exemplar do jornal “o Quilombo” editado por Abdias Nascimento (tradicional militante do movimento negro) em 1948, dá mostras do quanto é antiga a preocupação em garantir o acesso à educação. A preocupação de CARVALHO (2005, p. 95) ao registrar tal fato, deveu-se não só pela necessidade de garantir um resgate histórico, mas também e principalmente para fazer frente a teóricos e estudiosos que relacionam as políticas afirmativas a uma simples tentativa de copiar o modelo americano de ações afirmativas.

A idéia de ação afirmativa relata Brandão, surgiu nos Estados Unidos da América, buscando fazer frente à discriminação racial contra os negros. John Rawls, filósofo americano ao qual se deve a estruturação das bases teóricas dos princípios das ações afirmativas. Rawls era defensor da igualdade, mas admitia exceções desde que fosse a favor de indivíduos socialmente menos privilegiados. (BRANDÃO, 2005, p.5-18).

O posicionamento de países com base em ideologia anti racista é bastante recente, apesar de já se colherem experiências dos países onde foram implantadas, como a dos Estados Unidos, da Índia, Inglaterra, Canadá, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia e Malásia entre outros citados por MUNANGA (2004).

Jacques d’Adesky apud SISS (2003) afirma que a Índia, após 1947 adotou o sistema de cotas destinando um percentual de vagas na administração e no ensino público aos chamados “intocáveis”, com objetivo de corrigir desigualdades advindas do sistema de castas. Outra situação exemplar é relatada por Santos, apud SISS (2003) quando cita a situação da Malásia onde a etnia bhimputra recebeu tratamento etnicamente diferenciado com objetivo de que fosse promovido seu desenvolvimento econômico.

Para SANTOS, as políticas de ação afirmativa visam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devido à sua situação de vítima de racismo e outras formas de discriminação.

Como disse Habermas, o modernismo político nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. Dai a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação ou reparação para compensar as perdas [...] no processo de desenvolvimento entre brancos e negros (MUNANGA, 2004, p.119).

A implantação de ações afirmativas não é uma unanimidade entre os estudiosos, tanto assim que tem se dado de forma irregular comportando avanços e até alguns recuos. O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa Gomes apud Brandão (2005) analisa que o fundamento jurídico e filosófico da ação afirmativa é a busca da implementação do princípio da igualdade, com base em uma realidade que se apresenta como desigual. Ao assumir a introdução de políticas públicas de ação afirmativa o Estado passa a levar em conta fatores que diferenciam e prejudicam parcelas da população. É dele a seguinte conceituação:

As ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade (GOMES, 2001 apud BRANDÃO, 2005, p.37).

Cabe ressaltar que as políticas públicas de ação afirmativa, por si só não darão conta da problemática a qual se destinam, contudo como destaca SILVA, elas,

Tem um efeito pedagógico importante na medida em que forçam o reconhecimento do problema da desigualdade e a implementação de uma ação concreta que garanta os direitos (ao trabalho, à educação, à promoção profissional) às pessoas em situação de inferioridade social” (SILVA, 2002. p.108 apud BRANDÃO, 2005, p.47).

Outro aspecto que não pode deixar de constar neste estudo é o aspecto da discriminação positiva, que em termos do Brasil já consegue ser percebido nos índices pesquisados pelo IBGE, onde o número de afro descendentes auto declarados vem aumentando sensivelmente. Para reafirmar tal análise destaca-se o parecer de Sandro Cesar Sell que vê as políticas de ação afirmativa como políticas de discriminação positiva dispensada aos seguimentos populacionais que, devido ao preconceito que sofrem,

encontram-se em posição de desvantagem na disputa pelas oportunidades sociais. (SELL, 2002, p. 9 apud BRANDÃO, 2005, p. 48).

A preocupação do Estado brasileiro em alterar sua postura frente a grupos discriminados levou a criação de órgãos dentro da estrutura governamental que respondem pela implementação, acompanhamento e controle de políticas de ação afirmativa. Dentre eles encontra-se a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD. Cabe a esta secretaria formular e implementar políticas públicas de diversidade e inclusão educacional. Esta explicito no **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**, de 2008 que uma das características dessas políticas é que elas deverão favorecer o acesso e a permanência dos afro-brasileiros em todos os níveis da educação escolar fortalecendo e valorizando a diversidade étnico-racial brasileira.

Os baixos índices de participação da população afro descendente na educação superior, analisados anteriormente tem como resposta do Estado, programas que tentam favorecer o acesso de jovens e adultos aos bancos das universidades. A elaboração e implementação estes programas leva em conta não só a problemática de populações excluídas, mas também e principalmente o posicionamento internacional que ao incentivar o combate ao preconceito e racismo sinalizou com ações concretas que realmente possibilitassem transformações na realidade vivida individual e coletivamente.

O momento social vivido atualmente tem entre suas metas a universalização de bens e serviços a população. O acesso a educação superior tem recebido incentivos tanto no que se refere às instituições públicas de ensino, quanto nas instituições de ensino particulares. Há especial preocupação com o aumento de vagas nas instituições particulares, filantrópicas e similares para que se garanta a expansão do ensino.

As discussões sobre a revitalização do ensino nas universidades públicas, a necessidade em atender exigências das chamadas minorias formadas por afro descendentes e indígenas, assim como a preocupação com a qualidade de ensino a ser disponibilizado às novas gerações, tem gerado polêmicas entre os que se opõe à expansão da implantação de

instituições particulares de ensino. Em meio a este panorama e respondendo às necessidades de reformulação no quadro de oferta de vagas no ensino superior, o governo federal instituiu o “Programa Universidade para Todos”, o PROUNI cujas particularidades e características serão analisadas na sequência.

2.4. Programa Universidade para Todos.

Não é possível analisar o PROUNI sem que se perceba seu princípio básico que é o de assegurar a uma população historicamente excluída, a democratização do acesso e permanência no ensino superior. A implementação do PROUNI prevê ações afirmativas para alunos que tenham cursado a escola pública, negros e indígenas.

Ele vem no bojo de reivindicações e lutas que os movimentos sociais empreendem ao longo dos anos e representa um posicionamento governamental de assumir ações compensatórias que venham a beneficiar estas populações. É voz corrente entre os participantes dos movimentos sociais: “temos o direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.” Boaventura SOUZA SANTOS (1997) Apud Candau (2002, p. 35)

O programa em questão visa responder tanto às políticas de expansão do ensino superior, com foco na ampliação do acesso ao ensino com qualidade, quanto às políticas de ação afirmativa dirigidas a setores específicos da população. O Programa Universidade para todos – PROUNI foi criado em 10/09/2004, por meio da Medida Provisória nº 213, institucionalizada pela Lei nº 11.096/2005.

O PROUNI concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% e 25% em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de tributos federais.

[...] os aspectos mais importantes do PROUNI aqui na FSDB dizem respeito à inclusão de pessoas de baixa renda no ensino superior, no mercado de trabalho propiciando a realização pessoal (Assistente Social – AS da IES)

A contrapartida legal oferecida pelo governo federal isenta a instituição do pagamento de:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ);
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- c) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- d) Contribuição para Programa de Integração Social (PIS).

Segundo Mota (2008), o estabelecimento de contrapartida por parte de instituições particulares vem regularizar uma situação sobre a qual o Estado não tinha controle. De 1988 a 2004 as instituições de ensino sem fins lucrativos, que respondem por 85% das matrículas do setor privado gozavam de isenções fiscais sem nenhuma regulação do poder público. Cabe lembrar que no processo de expansão do ensino superior as instituições privadas passaram a responder por grande número das matrículas principalmente, respondendo à procura da população de mais baixa renda, que é onde se encontram, conseqüentemente, a maioria dos afro descendentes.

Assim, as bolsas concedidas eram necessárias, contudo, o fato de estarem vinculadas a critérios levantados pelas próprias instituições fazia com que, nem sempre os beneficiários, os cursos, o número de bolsas e os descontos concedidos, fossem os mais adequados para atender propósitos inclusivos. Conseqüentemente, a isenção fiscal não resultava em ampliação do acesso dos mais necessitados, ao ensino superior. (MOTA, 2008).

[...] outro aspecto importante do programa é o fato de ao isentar a instituição dos tributos, favorece seu funcionamento, na medida em que faz parte do percentual dos 20% para filantropia. Não podemos esquecer que estamos em uma instituição filantrópica (A.S. -IES).

Para habilitar-se às bolsas oferecidas pelo programa é preciso que o estudante não tenha diploma de curso superior, sua renda per capita seja de no máximo três salários mínimos e tenha feito seus estudos anteriores no ensino público ou como bolsista no ensino privado. Um percentual de bolsas de estudo é reservada para indígenas, afro descendentes e deficientes.

O PROUNI configura-se como parte de uma política de afirmação positiva, e tem por princípio a auto declaração da identidade étnica por parte dos indígenas e afro descendentes aos quais se destina. Dados de análise do sistema - PROUNI de dados referente novembro de 2007, informam que aproximadamente 138 mil bolsistas são afro descendentes, o que representa um percentual de cerca de 45% do contingente de estudantes atendidos pelo programa. Percebe-se por ai a relevância da inclusão de uma parcela de jovens que, historicamente, não tinham acesso ao ensino superior. (MELLO e SILVA, 2008, p.12-14).

Sem ter a pretensão de neste estudo aprofundar conceitos sobre multiculturalismo, cabe destacar a linha adotada por CANDAU, (2002) que expressa a necessidade de tomá-lo como uma estratégia para lidar com as diferenças, seja no âmbito político-social, cultural ou educativo. A autora valendo-se de diversas concepções sinaliza a importância do respeito e conhecimento, às diferentes culturas como forma de compreensão e valorização da diferença. Destaca ainda que ao assumir a abordagem intercultural se aproxima do multiculturalismo, analisado de forma crítica que admite a deliberada inter-relação entre diferentes grupos culturais.

Esta estratégia de ação pode reforçar os objetivos do programa universidade para todos, na medida em que prevê vivências interligadas, onde valores são re-conhecidos e reinventados, segundo novas influências, que levem em conta novas e velhas necessidades, não mais naturalizadas e sim vistas como passíveis de intervenção na busca de uma sociedade com relações mais equilibradas e justas.

De nada valerá uma legislação se ao operacionalizá-la os gestores não optarem pela participação, reflexão e incentivo ao exercício da cidadania como prática da re-construção da identidade étnica de boa parcela da população.

Se o princípio básico deste programa é o de universalizar o acesso ao ensino superior, considerando que no país existem além das barreiras econômicas, barreiras sociais calcadas no preconceito e no racismo, a implantação e o desenvolvimento do PROUNI deve prever ações que acompanhem os bolsistas contemplados por ele. Há que se identificar e analisar situações vivenciadas pelos bolsistas, que dificultem a continuidade no curso por condições econômicas ou bloqueios que interfiram nas condições de aprendizagem. Devem ser motivo de intervenção as situações de relacionamento interpessoais ou bloqueios que venham a dificultar o cotidiano entre diferentes, assim como a reflexão sobre as práticas na organização de ensino devem levar às adequações que visem a melhoria da mesma.

Lück ressalta que:

A gestão educacional constitui uma área importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente, mediante visão de conjunto, e se busca abranger, pela orientação com visão estratégica e ações interligadas, tal como em rede, pontos de atenção que, de fato, funcionam e se mantêm interconectados entre si, sistematicamente, reforçando-se reciprocamente (LÜCK, 2006, p.28)

Percebe-se que as transformações do momento atual estão a exigir intervenções que contemplem as novas expectativas de resposta. Novos paradigmas precisam ser estabelecidos de forma a alcançar os objetivos antes não imaginados, na medida em que situações de exclusão não são naturalizadas ou minimizadas. É importante que os esforços para implantar ações que levem às transformações necessárias estejam sendo percebidas pelos destinatários, os acadêmicos bolsistas do PROUNI devem saber que as intervenções da gestão em seu processo educativo, vão a médio prazo resultar em integração mais rápida nas classes políticas, econômicas e sociais brasileiras.

É interessante destacar como o processo vem se efetivando na IES, um acadêmico quando indagado sobre como a bolsa - PROUNI influenciaria o bolsista em seu papel na comunidade, relatou: [...] *tenho certeza que vai contribuir com a comunidade, pois abre possibilidades de formar uma nova elite com capacidade de abrir novos horizontes (acadêmico bolsista da IES).*

Assim, o hoje exige uma nova postura em consonância com a política de inclusão com qualidade, proposta e levada a efeito pelo governo federal.

O PROUNI como todos os programas federais possui um bem estruturado banco de dados que se vale de um site próprio, que informa que desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2009, cerca de 600 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais, foram atendidos. Ao serem selecionados através das avaliações do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, os estudantes bolsistas derrubam um fator de preocupação ressaltado pelos opositores do sistema de cotas para afro descendentes, o mérito.

Os resultados do ENAD demoliram definitivamente o preconceito que atribuía aos mais pobres, em particular aos negros, insuficiência de aprendizado ou de capacidade de superar os obstáculos próprios de uma educação tradicionalmente elitizada (Lázaro, 2008, p. 28).

Em entrevista ao jornal, Folha de São Paulo em 31/08/2006, o Ministro da Educação Fernando Haddad, destaca que a nota mínima para obtenção da bolsa foi fixada em 45 pontos, ainda assim os beneficiados conseguiram alcançar 67 pontos, isto é, bem mais que os 52 pontos conseguidos por alunos da escola privada no mesmo exame.

A tentativa de tornar a educação um fator de mobilidade social para afro descendentes e também configurar-se como fator de redução das desigualdades é o grande desafio a ser vencido.

Assim, o Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI a Universidade Aberta do Brasil e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de educação superior até 2011 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos. (MEC - PROUNI, 2010).

O PROUNI encontra-se nos seus anos iniciais, os resultados maiores carecem ainda de pesquisas e levantamentos, este estudo tenta conhecer os primeiros efeitos deste programa em uma instituição de ensino superior, que tem na sua cultura organizacional a

proposta educativa de formar profissionais que tenham um compromisso pessoal e coletivo com a sociedade.

[...] posso afirmar que é a FSDB, senão a única, é uma das pouquíssimas faculdades que tem o maior número de bolsas de estudo de sua própria filantropia, assim como a que maior aceitação possui do programa PROUNI, o qual tem possibilitado a qualificação profissional de muitos trabalhadores e trabalhadoras deste nosso Amazonas. Isto, evidentemente, mostra, e assim é reconhecida pela população manauara, a FSDB como uma instituição com uma marcada preocupação social, pelas minorias e por setores populacionais marcadamente considerados excluídos da sociedade (coordenador de curso da FSDB).

Os profissionais envolvidos no processo educativo da IES pesquisada, a exemplo da resposta do coordenador, percebem que há abertura para receber o diferente seja ele com baixa renda e ou afro descendente. O PROUNI configura-se como mais uma forma de fazer frente a bloqueios que historicamente tem atingido aos menos privilegiados socialmente, a análise de sua implantação na IES poderá demonstrar o quanto a organização será afetada e quais as mudanças que deverão ser estudadas para responder a nova realidade.

Os resultados levantados na pesquisa levada a efeito na IES estudada darão a visão do impacto sentido na organização, pela entrada de acadêmicos com características diferenciadas do público até então atendido. Para tanto foram selecionados para o levantamento de dados os atores que mais estavam relacionados com a problemática pesquisada, os dados levantados através da Assistente Social que acompanha os bolsistas do programa foram conseguidos em entrevistas formais e informais com o objetivo de conhecer o processo desencadeado, e o impacto no âmbito da organização da IES. Também foram pesquisados os gestores, considerados como elementos desencadeadores da reflexão sobre as diferenças e desequilíbrios sociais que estão vinculados às metas do PROUNI, estes foram entrevistados colaborando assim para a formação de um conjunto de dados indispensáveis ao conhecimento desta realidade. E por fim foram abordados através de entrevistas estruturadas, uma reunião e entrevistas informais, os acadêmicos afro descendentes bolsistas.

A metodologia adotada teve por função propiciar a triangulação de dados e conseqüentemente uma visão mais ampla e completa da realidade estudada. O próximo capítulo apresentará o trabalho com os dados, sua visualização através de gráficos e a análise dos mesmos levando-se em conta a realidade nacional e a da IES pesquisada.

CAPÍTULO III - IMPACTOS IDENTIFICADOS NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA IES, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROUNI PARA BOLSISTAS AFRO DESCENDENTES

Neste estudo foi focado o Programa Universidade para Todos - PROUNI, criado pelo Ministério da Educação - MEC como uma alternativa que funcione a um tempo como ação afirmativa positiva para afro descendentes e por outro lado garanta a todos o ingresso, a participação e a aprendizagem nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Sua particularidade de privilegiar a entrada de afro descendentes no ensino superior como forma de vencer desigualdades foi analisada como uma política cotas afirmativas cuja implantação teve impactos no âmbito da organização de uma IES de Manaus – Amazonas, no caso a FSDB.

As políticas afirmativas têm como foco principal criar mecanismos que funcionem como discriminação positiva fazendo com que as populações às quais elas se destinam sintam-se estimuladas a se auto-identificarem e conseqüentemente se auto-afirmarem, reconhecendo seus direitos sociais e de cidadania. Lopes destaca que as políticas afirmativas objetivam dar novo significado à noção de justiça social, garantindo um tratamento universal por parte do Estado a todos os seus cidadãos e cidadãs. “Na vida cotidiana pessoas com diferentes recursos, não apenas financeiros, acabam tendo oportunidades e acessos diferenciados a direitos e serviços” (LOPES, 2006, p.25).

O PROUNI ao considerar a diversidade étnica e cultural, prevê reserva de vagas para afro descendentes entre outros. LÁZARO (2008) analisa o papel do PROUNI em relação aos afro descendentes como um desafio, uma vez que tem como promessa tornar a educação um fator de mobilidade social para indivíduos e também um fator de redução das desigualdades da própria sociedade. “Ao estabelecer cotas para afro descendentes e indígenas o PROUNI indica o caminho a ser seguido: [...] a educação deve gerar oportunidades para vencer desigualdades” (LÁZARO, 2008, p.27).

É evidente que não se pode visualizar a Educação como o único caminho para as transformações sociais, contudo se forem alcançados neste campo, padrões mínimos de

equidade de acesso, permanência e sucesso, haverá mais vozes, mais atores que assegurarão a possibilidade de formação de elites intelectuais comprometidas com suas origens, visto que o sentimento de pertencimento a determinados grupos quer sejam afro descendentes quer sejam indígenas - é condição para acesso às bolsas (LÁZARO, 2008, p. 27).

Não se espera que a ação de um único programa venha a alterar o preconceito e a discriminação existente no país, contudo trata-se de um avanço na forma de avaliar, incentivar e criar oportunidades para parcelas da população que em razão de obstáculos objetivos ou subjetivos via-se impedida de ter acesso às instituições de ensino superior.

O princípio básico deste programa é o de universalizar o acesso ao ensino superior, considerando que no país existem além das barreiras econômicas, barreiras sociais calcadas no preconceito e no racismo, a implantação e desenvolvimento do PROUNI deve prever ações que acompanhem os bolsistas contemplados por ele. No cotidiano do acadêmico é necessário que sejam identificadas e analisadas situações que dificultem a continuidade no curso por condições econômicas ou falta de condições pedagógicas de ensino-aprendizagem, assim como as situações de relacionamento inter-pessoais ou bloqueios que venham a dificultar a convivência entre diferentes.

Cabe destacar que as transformações sociais, que se configuram como objetivos de médio prazo do PROUNI, só poderão ser alcançados se houver comprometimento por parte dos gestores, assim como conhecimento sobre a intencionalidade do governo federal em responder aos movimentos negros e suas formas de representação e controle social.

Lück ressalta que:

A gestão educacional constitui uma área importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e se interfere sobre as questões educacionais globalmente, mediante visão de conjunto, e se busca abranger, pela orientação com visão estratégica e ações interligadas, tal como em rede, pontos de atenção que, de fato, funcionam e se mantêm interconectados entre si, sistematicamente, reforçando-se reciprocamente (LÜCK, 2006, p.28).

Percebe-se que as transformações do momento exigem intervenções que contemplem novas expectativas de resposta. Novos paradigmas precisam ser estabelecidos de forma a alcançar os objetivos antes não imaginados. É preciso que os esforços por

implantar ações que levem às transformações necessárias sejam analisados pelos destinatários. É importante que os acadêmicos bolsistas do PROUNI tenham a percepção de como as intervenções da gestão interferem em seus processos educativos, que em médio prazo devem resultar em integração mais rápida nas classes políticas, econômicas e sociais brasileiras.

As questões sociais aqui abordadas, segundo Lück “[...] se referem a processos dinâmicos de relacionamento entre pessoas que se expressam em uma cultura organizacional, cuja prática de estudo e de esforço por entendê-la, para melhor nela atuar, não é corrente entre nós”(LÜCK, 2006,p 19).

O estudo do impacto da implantação de políticas afirmativas no âmbito da organização da FSDB é de substancial importância para a reafirmação de princípios trabalhados na instituição salesiana, assim como a adequação de currículo a uma nova realidade que percebe o respeito à diversidade como caminho para democratização do ensino, inclusão das chamadas minorias e melhoria da sociedade.

O quanto a organização da FSDB foi afetada e como a instituição respondeu a uma postura governamental e a uma legislação que visa atingir uma problemática que ultrapassa os limites do social e econômico e chama a sociedade como um todo e as instituições responsáveis pela educação superior em especial, a acolher diferentes parcelas da população; é o desafio da educação no momento atual. E para enfrentá-lo a investigação limitou a natureza do estudo, dando ênfase ao impacto que a implantação da política afirmativa de cotas para afro descendentes causou no âmbito da organização da FSDB percebido em seu cotidiano.

3.1. Aspectos Metodológicos.

A pesquisa desenvolvida não teve por função apresentar soluções para a problemática que se propôs analisar, contudo na investigação buscou o conhecimento e o crescimento que este proporciona para os envolvidos. A importância do processo é assinalada por Ghedin:

Um caminho investigativo é sempre uma trajetória construída pelos passos que nos induziram numa determinada direção. O horizonte desta interpretação nos permite explicar e justificar porque, apesar dos limites que nos impedem de chegar, somos capazes de demonstrar que construímos uma caminhada que nos enriqueceu enquanto portadores da humanidade (GHEDIN, 2007).

O processo do conhecimento procura responder indagações muitas vezes nascidas de observações casuais do cotidiano ou mesmo do contexto que nos cerca. Contudo conforme destaca Vianna “as informações científicas que obtemos são inteiramente diferentes das que conseguimos quando fazemos uma observação casual, a diferença centra-se, sobretudo, no fato de as observações científicas procurarem coletar dados que sejam válidos e confiáveis” (VIANNA, 2007, p.9).

Reafirmando, na medida em que esta pesquisa teve como proposta estudar o impacto da implantação da Política Afirmativa de Cotas para afro descendentes na organização da IES, optou por identificar através de seus gestores (coordenadores de curso) as facilidades e dificuldades que a direção da instituição teve nesta implantação. Valeu-se dos dados apresentados pela assistente social da instituição para identificar as facilidades e dificuldades vivenciadas pelo Setor de Serviço Social, responsável por promover o ingresso e acompanhamento dos acadêmicos afro descendentes na IES durante o processo.

Procurou também verificar o nível de aceitabilidade dos diferentes atores sociais envolvidos no processo (gestores, Assistente Social e acadêmicos afro descendentes) de implantação da Política Afirmativa de Cotas para Afro descendentes na IES via PROUNI e como isto afetou a organização da mesma (FSDB). O conjunto de dados obtidos neste processo dará indícios do quanto a IES foi afetada pela implantação do programa.

O caráter inovador do estudo, envolvendo descrição, explicação e análise dos dados fez com se optasse por uma abordagem tanto qualitativa, quanto quantitativa como método. Oliveira destaca na abordagem qualitativa,

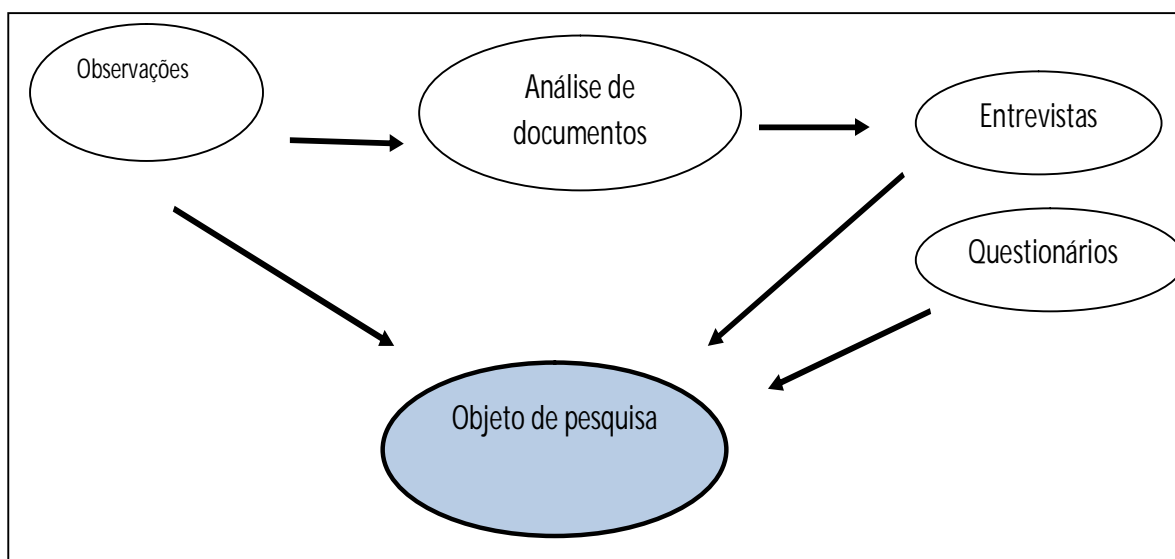
[...] se preocupa com uma visão sistêmica do problema [...] tenta explicar a totalidade da realidade, através do estudo da complexidade dos problemas sócio políticos, econômicos, educacionais, segundo determinadas peculiaridades de cada objeto de estudo. (OLIVEIRA, 2008).

Silvio Oliveira (1999, p.117) apud Oliveira (2008) reforça a importância da abordagem qualitativa para auxiliar a compreender e classificar processos sociais específicos, assim como interpretar particularidades, comportamentos e atitudes de indivíduos. Sendo assim, optou-se pelo máximo de aproximação do objeto pesquisado numa realidade delimitada, mas que pôde ser aprofundada.

Além dos cuidados citados, para permitir a análise da relevância dos dados pesquisados de forma a universalizá-los e compará-los com estatísticas e levantamentos foi de importância a abordagem quantitativa. Uma vez que através dela se garante maior precisão quanto à explicação quantitativa dos fenômenos, dos dados levantados e da correlação de variáveis. Cabe destacar que as diferentes abordagens não foram consideradas como disjuntas, muito pelo contrário, em várias oportunidades fenômenos, tais como auto identificação, incentivo a eventos específicos, nível de conhecimento da realidade foram explicados a partir de dados conseguidos na complementação entre as abordagens quantitativa e a qualitativa.

No tocante as técnicas utilizadas, a consulta a autores como Minayo (1994), Fazenda (2007) e Guimarães (1980) deram base para a escolha de técnicas que se complementavam ou mesmo permitiram um cruzamento de dados que dava a pesquisadora maior proximidade com a realidade pesquisada.

Figura 4. Abordagens na pesquisa – Quadro conceitual



Fonte: Adaptado pela pesquisadora em 2009\2010 de Oliveira, 2008, p.169.

O quadro conceitual proposto por Oliveira (2008, p.169), e adaptado a este estudo oportunizou conhecer o contexto sócio-histórico, através de análise documental, enquanto a observação, questionários e entrevistas ajudaram a completar o levantamento de dados de forma a apresentar uma realidade o mais próxima possível do cotidiano vivido pelos atores no momento-local pesquisado.

Analisar a situação do afro descendente frente à educação de nível superior exige a busca de dados validos e confiáveis obtidos através de diversas fontes, sendo assim a pesquisa bibliográfica foi um dos aspectos básicos para o desenvolvimento do atual trabalho, assim como a análise documental que se valeu prioritariamente dos arquivos do setor de Serviço Social da FSDB. NOGUEIRA (2007) alerta para cuidados necessários nesta fase da pesquisa, orientando para a importância da seleção do material a ser utilizado, assim como a de incluir os chamados clássicos e os últimos estudos e lançamentos sob forma de teses e publicações via *web*.

O estudo em questão resulta de uma pesquisa onde foram analisados dados relacionados à problemática selecionada, enfocando a descoberta e observação dos fenômenos que a envolvem. Após o levantamento de dados e identificação de fatos, a seleção e a classificação destes deu base à representação gráfica através de gráficos e quadros. O processo de interpretação foi básico para alcançar uma análise em profundidade da realidade pesquisada. Autores como Oliveira (2008), Silvio Oliveira (1997) e outros classificam este tipo de pesquisa como descritiva e consideram-na como a de maior abrangência para a análise inter-relacionada de problemas e seus condicionantes, assim como aquela que melhor oportuniza a compreensão de diferentes comportamentos que influenciam em determinado fenômeno.

Uma pesquisa descritiva exige um planejamento rigoroso quanto à definição de métodos e técnicas para coleta e análise de dados. É recomendável que nesse tipo de pesquisa se utilizem informações obtidas através de estudos exploratórios. Essas pesquisas não só explicam a relação entre variáveis, como procuram determinar a natureza dessa relação, fundamentando com precisão os pressupostos ou hipóteses do objeto de estudo (OLIVEIRA, 1997, apud OLIVEIRA, 2008).

No momento da pesquisa de campo, quando da oportunidade de contato direto com os sujeitos envolvidos, foram levantados dados quantitativos e qualitativos. Estes dados foram obtidos através de entrevistas com os atores do processo, relacionados em três seguimentos: a) assistente social responsável pelo programa na instituição; b) gestores da instituição, considerados os gestores dos cursos da IES e diretor; c) acadêmicos afro descendentes bolsistas do PROUNI. Para realização das entrevistas foram utilizados como base formulários pré-estruturados, contendo perguntas abertas e fechadas. A opção pela entrevista deu-se para que fosse garantida a preocupação de conhecer e interpretar as falas, expectativas e intenções do entrevistado frente ao tema e como destaca Szymanski,

A entrevista face a face é fundamentalmente uma situação de interação humana, em que estão em jogo as percepções do outro e de si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado. Quem entrevista tem informações e procura outras, assim como aquele que é entrevistado também processa um conjunto de conhecimentos e pré - conceitos sobre o entrevistador, organizando suas respostas para aquela situação. A intencionalidade do entrevistador vai além da mera busca de informações; pretende criar uma situação de confiabilidade para que o entrevistado se abra. Deseja instaurar credibilidade e quer que o interlocutor colabore, trazendo dados relevantes para seu trabalho. A concordância do entrevistado em colaborar na pesquisa já denota sua intencionalidade – pelo menos a de ser ouvido e considerado verdadeiro no que diz – o que caracteriza o caráter ativo de sua participação, levando-se em conta que também ele desenvolve atitudes de modo a influenciar o entrevistador (SZYMANSKI, 2008, p.12)

Ainda com base na mesma autora e na realidade vivenciada, a utilização da entrevista teve suas vantagens, assim como também levou em conta que o entrevistado é quem detém maior conhecimento sobre seu mundo e suas relações, colaborando, apresentando de informações. Contudo, pode ter havido ocultamentos e ou distorções, que são elementos possíveis de serem encontrados neste tipo de levantamento de informações, apesar de terem sido motivo de controle através de anotações ou novas entrevistas.

O processo de escuta foi motivo de cuidados especiais para que fosse garantida a fidelidade aos dados apresentados pelos entrevistados. A observação científica, outro dos instrumentos utilizados, na análise de Vianna exige cautelas, uma vez que não existem observadores totalmente isentos. O autor alerta para a necessidade de garantir a validade e a

confiabilidade dos dados obtidos, isto não só referente aos dados quantitativos, mas também e principalmente no que tange aos dados qualitativos. “A validade refere-se [...] ao significado e à utilidade das inferências feitas pelos pesquisadores a partir dos elementos que coletaram e a confiabilidade está ligada a consistência dessas inferências ao longo do tempo” (VIANNA, 2007, p.63).

Fraenkel e Wallen (1996) citados por Vianna, para fazer frente a estes problemas, sugerem: que sejam usados vários instrumentos de coleta de dados, a chamada triangulação, para checar a validade das informações; utilizar-se da comparação de diferentes fontes para analisar respostas obtidas; verificar possíveis divergências nas informações obtidas de diferentes fontes sobre um mesmo sujeito; compreender o sentido dado pelo grupo pesquisado à linguagem utilizada; garantir anotações ricas não só das respostas, mas também das questões propostas; valorizar comentários casuais, documentar fontes de observações evitando falsas interpretações posteriores; considerar inferências e descrever contextos do momento do levantamento de dados; tirar conclusões a partir de uma compreensão ampliada da situação observada além de valer-se do recurso de sempre que possível, entrevistar os indivíduos mais de uma vez, para detectar inconsistências e ou mudanças em intervalos de tempo. (VIANNA, 2007).

Na pesquisa em questão, tanto a discussão dos dados quanto a confirmação das informações foram utilizados como forma de controle, além da observação direta uma vez que o pesquisador por trabalhar na IES, lócus da pesquisa tem presença constante entre acadêmicos, coordenadores e assistente social, o que facilitou o acompanhamento de comentários, falas informais e gestuais. Para o maior controle das interferências ao fenômeno pesquisado, foi considerado imprescindível o estabelecimento de indicadores e técnicas que auxiliem na identificação de percepções, possíveis informações falsas, e ou distorções no ver ou ouvir.

O universo da pesquisa foi estabelecido com base nos dados quantitativos levantados em pesquisa documental na própria instituição; recebendo cuidado especial os que foram denominados primeiros bolsistas do PROUNI, isto é, aqueles que tiveram sua entrada nos anos iniciais da implantação do programa. Foram considerados os dados

referentes aos anos de 2005 a 2009, garantindo-se assim, acadêmicos em diferentes estágios dos respectivos cursos.

Da relação dos alunos contemplados com as bolsas do PROUNI foram selecionados os admitidos em cumprimento à lei de cotas para afro descendentes, dentre estes foi retirada amostra. Dos acadêmicos que se enquadraram nos critérios acima especificados foram retirados 30% sem novos critérios de escolha. Houve uma preocupação em coletar dados de acadêmicos dos diferentes cursos (Administração, Ciências contábeis, Filosofia, Pedagogia e Serviço social) da IES. Ao final deste processo de seleção da amostra, identificou-se assim aquele grupo de acadêmicos que participariam como sujeitos da pesquisa, isto é aqueles que foram os entrevistados e participaram de reunião com a assistente social e com a pesquisadora.

Na abordagem com os acadêmicos, foi utilizada uma reunião com acadêmicos bolsistas, dela participaram bolsistas independente de estarem incluídos nas cotas para negros, indígenas ou deficientes. Foram também analisados os dados decorrentes de entrevistas com acadêmicos, dos setenta e dois acadêmicos que receberam bolsas PROUNI, via cota para afro descendente foram entrevistados vinte e um acadêmicos bolsistas afro descendentes. As entrevistas foram realizadas com base em formulário pré-estabelecido e pré-testado. (APENDICE B). Quando da apresentação da análise das informações, os acadêmicos entrevistados foram denominados Acad.1, Acad.2 e etc.

O papel dos gestores como operacionalizadores da organização da IES é considerado de substancial importância na implantação e desenvolvimento do Programa considerando-se sua capacidade de análise no que se refere à adaptação e desempenho dos acadêmicos. LÜCK (2006) ressalta o caráter amplo e abrangente da gestão, uma vez que é por ela que se estabelece unidade, direcionamento, ímpeto e consistência à ação educacional que reflete na melhoria da aprendizagem e na formação dos alunos. Com base em tais fatos foram colhidos também os depoimentos dos gestores (diretor pedagógico e coordenadores de curso) e da Assistente Social que responde pela gestão do PROUNI, na IES. Os dados coletados ao serem inter-relacionados com dados da cultura organizacional, oportunizaram o enriquecimento do trabalho de análise realizado com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da IES pesquisada.

Foram trabalhados os dados resultantes das entrevistas com todos os gestores (coordenadores de curso e um deles respondendo por uma das direções), perfazendo um total de seis gestores, alguns dos quais entrevistados mais que uma vez. No trabalho efetivado com as informações dos coordenadores, estes serão denominados: Coord.1, Coord.2, Coord. 3, Coord.4, Coord.5 e Coord.6. Nas entrevistas foram utilizados formulários com perguntas abertas e fechadas. (APÊNDICE A)

Na IES a responsável direta pela gestão do programa, entrevistando, visitando e efetivando a renovação ou não das bolsas, segundo a situação do acadêmico, é a Assistente Social que aqui será denominada A.S. Considerando sua relevância a mesma foi entrevistada várias vezes, atuou na liberação de material para pesquisa documental, participou da reunião com acadêmicos e forneceu os dados formais sobre o programa. Os dados da entrevista base foram coletados seguindo-se o formulário específico (APÊNDICE C). Na apresentação da análise dos dados levantados na pesquisa será denominada A.S.

Em todos os seguimentos pesquisados partiu-se da caracterização ou perfil pessoal do entrevistado e após, através de perguntas abertas buscou-se conhecer o discurso sobre o tema pesquisado.

Os dados coletados nos diversos momentos discriminados receberam tratamento com base em Minayo (1992), Bardini (1979) e Richardson (1985) in GOMES (1999) que orienta a análise de dados e a relação com questões norteadoras da pesquisa. A interpretação de dados pautada no mesmo autor deu-se pela: 1- ordenação dos dados; 2- classificação de dados; e 3- análise final, na qual os dados passaram a ser interpretados através da articulação com os referenciais teóricos da pesquisa, as questões norteadoras e os objetivos da pesquisa.

Foram priorizados como aspectos a serem analisados com maior profundidade aqueles relacionados às principais facilidades e dificuldades do processo de implantação da Política Afirmativa de Cotas para afro descendentes, via PROUNI, na IES; nível de adequação aos requisitos exigidos pelo SECAD\MEC para o desenvolvimento do processo; o papel da gestão, representada pelos coordenadores, em trabalhar a questão étnica racial; o nível de sensibilização, aceitabilidade e entendimento dos atores sociais, no que se refere à

política afirmativa. Enfim quais os impactos que essa mudança ocasionou a IES, segundo a percepção dos atores sociais envolvidos no processo.

3.2. Resultados da Pesquisa: Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES

O estudo realizado apresenta como problema a dificuldade de acesso ao ensino superior pelos elementos pertencentes a classes sociais de baixa renda, e dentro delas privilegia a discussão da questão dos afro descendentes que, na sua maioria, historicamente tem sofrido bloqueios por racismo e preconceito, que fragilizam sua capacidade de se auto-identificarem com sua etnia. A questão foi analisada numa perspectiva histórica que coloca a atual posição do estado disponibilizando-se a desenvolver ações compensatórias que venham a favorecer esta parcela da população numa linha de resgate e auto-afirmação. Dois pressupostos são básicos: a educação superior é considerada como instrumento de inclusão e acesso social; a questão dos afro descendentes é algo que envolve a sociedade como um todo.

Cabe lembrar que sendo o pesquisador pertencente ao quadro de pessoal da IES pesquisada teve condições de valer-se da observação participante em vários momentos do processo, o que a um tempo facilitou a coleta dos dados, e a outro, exigiu uma preocupação em garantir o rigor científico necessário.

Ao estudar o PROUNI, como política afirmativa, fica claro que seus objetivos só serão plenamente atingidos se as instituições responsáveis por efetivá-las se dispuserem estabelecer mecanismos que levem o bolsista a refletir e assumir uma postura crítica sobre sua situação. Considerando estes aspectos foi analisado o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da IES pesquisada, uma vez que ele retrata a organização da instituição, ressaltando principalmente seu caráter que em principio deveria predispor-la(a IES) a trabalhar no sentido de diminuir as diferenças entre os que a procuram para dar continuidade em sua formação.

Por ser uma instituição de ensino superior, credenciada como associação civil, religiosa, de caráter beneficente, assistencial e educacional inscrita no Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, possuidora do Certificado de fins filantrópicos (PDI- IES), apresenta disponibilidade para atividades de formação que respondam a diversidade de pessoas da comunidade acadêmica e vislumbram os desequilíbrios sociais como desajustes que devem ser trabalhados.

O PDI da IES enuncia o papel da instituição em Manaus-Amazonas, assim como reafirma sua linha pedagógica pautada na salesianidade e na pedagogia de Dom Bosco deixa transparecer a preocupação com a reflexão sobre a realidade e a formação de consciência crítica entre os acadêmicos.

Um dos aspectos marcantes e que a distingue das demais faculdades particulares da cidade, é seu caráter não mercantilista que sempre procurou beneficiar também aqueles acadêmicos de mais baixa renda.

A filantropia na IES é comprovada pelo Programa de Assistência Educacional através da concessão do benefício da bolsa de estudos da IES (denominada Gratuidade) e do PROUNI (Programa Universidade para Todos – MEC). Ao mesmo tempo, implementa programas e projetos educacionais e assistenciais priorizando segmentos excluídos da população, em conformidade com os critérios da filantropia.(PDI- IES).

3.2.1. Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES, segundo depoimentos da gestora do programa

Considerando-se as características da IES, coube tradicionalmente ao setor de Serviço Social, dentre outras atribuições, o acompanhamento de acadêmicos com dificuldades sócio econômicas. A filantropia na IES ao responder pelas bolsas de estudo, com a implantação do PROUNI, passou a responder pela sua operacionalização, e conseqüentemente passou ao enfrentamento do atendimento de afro descendentes e indígenas, além de deficientes advindos através das cotas da legislação do novo programa.

A FSDB assinou o 1º termo de adesão do PROUNI no 1º semestre de 2005 com ingresso de sessenta e cinco acadêmicos. Não houve ingresso de bolsistas do PROUNI no 2º semestre de 2005. No 1º semestre de 2006, já com a minha atuação profissional a FSDB recebeu mais trinta e três bolsistas” (A.S-IES)

No depoimento da Assistente Social ressalta-se que a instituição apesar de já oferecer bolsas de estudos para acadêmicos de baixa renda, habilitou-se ao programa, assim que ele teve início, tentando não só receber as vantagens fiscais que o mesmo proporciona, mas também ampliar acesso de acadêmicos de baixa renda às bolsas de estudo. Cabe lembrar que o Programa Universidade para Todos - PROUNI foi criado pela Medida Provisória nº 213/2004 e institucionalizado pela lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Um aspecto importante e que influenciou na coleta de dados para a pesquisa, foi que condicionados pela mudança da A.S. responsável pelas bolsas filantrópicas, os dados levantados vincularam-se apenas ao período de implantação do PROUNI, que coincide com a entrada da atual A.S. na IES. Atualmente o controle de dados é acompanhado com maior rigidez pelas exigências de prestação de contas do próprio PROUNI.

Quadro 2. **Bolsistas PROUNI-IES**

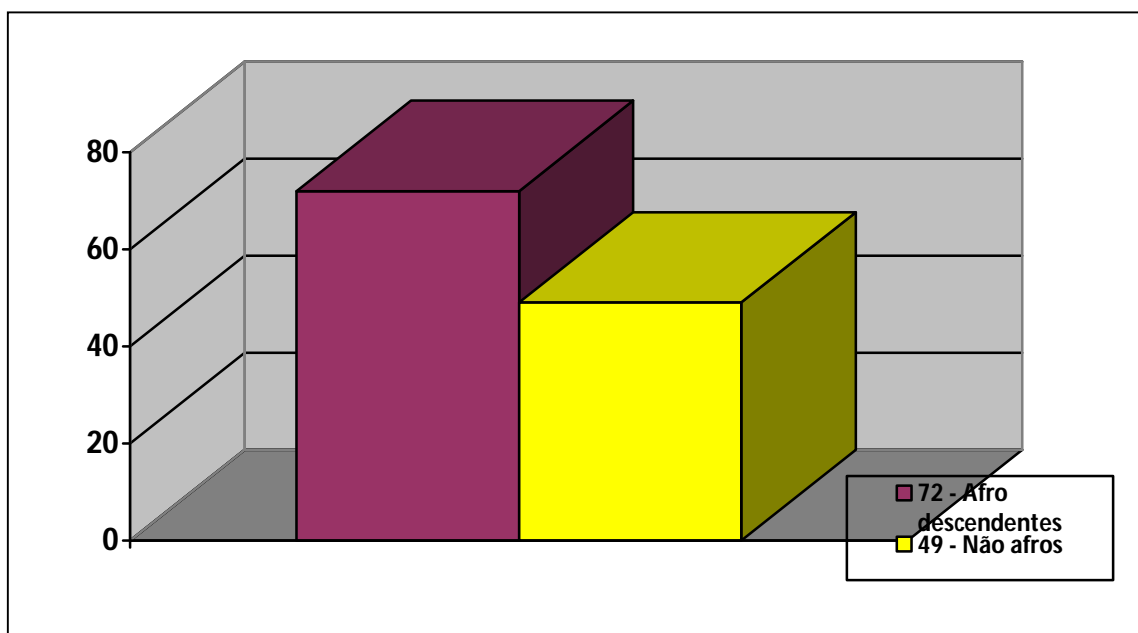
Ano	1º semestre	2º semestre	TOTAL
2005	65	-	65
2006	33	52	85
2007	129	-	129
2008	12	11	23
2009	11	11	22
Total	250	74	324

Fonte: pesquisa documental 2009\2010, IES

A análise do quadro que representa a adesão ao programa na IES mostra que o fato de apresentar no decorrer dos anos uma evolução no número de bolsistas PROUNI, apesar de paralelamente continuar a oferecer as bolsas de filantropia (cujos dados não tivemos acesso), demonstra um compromisso da instituição em oferecer aos acadêmicos de baixa renda, maior acesso ao ensino superior. Além de demonstrar, também a disponibilidade em incluir no ensino superior esta parcela da população, que em princípio, é formada por grande percentual de afro descendentes. Esta afirmativa baseia-se em dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2001), que destacam que “15% da população brasileira vivia abaixo da linha de indigência; do total da população negra, 22% era indigente, entre o total de brancos, esse percentual era de 8%; naquele ano, observou-se que era de 66% a proporção de negros entre a população que vivia abaixo da linha da indigência” (SEPPPIR, 2005).

A atuação do governo federal incentivando programas que privilegiem a população de baixa renda, fez com que houvesse melhora nos índices econômicos e na qualidade do nível de vida desta população, ainda assim, no Brasil a pobreza é negra.

GRÁFICO 1. BOLSISTAS PROUNI-IES

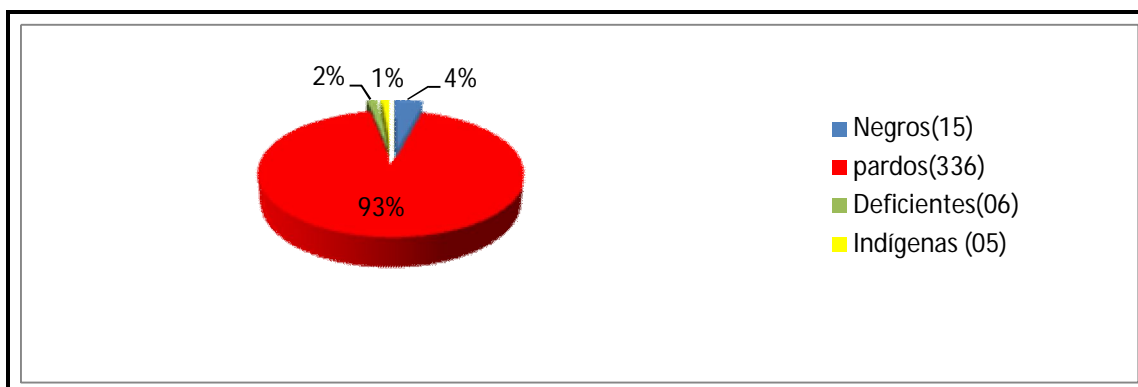


Fonte pesquisa documental: 2009/2010, IES

Um dos primeiros impactos sentidos na IES foi à percepção de que não havia dados sobre os acadêmicos, com a discriminação da variável etnia. A partir da preocupação em levantar tal variável relacionada aos acadêmicos bolsistas, a IES passou a incentivar em seus registros a auto-definição étnico-racial, passo inicial para a auto-identificação, auto-afirmação e reforço da auto-estima. Esta ação apresenta resultados não só no nível da pessoa individualmente, mas também reflete na invisibilidade com a qual se trata o afro descendente na sociedade manauara. A IES com isto passa a conviver com dados referentes à diversidade e multiculturalismo que terão que ser motivo de reflexão e intervenção.

Do grupo de bolsistas analisado 60% se auto-identificou como afro descendente, demonstrando uma resposta à discriminação positiva, representada pela política afirmativa de cotas, que reforça este grupo enquanto autonomia individual. O avanço no acompanhamento destas minorias deve estar aliado às reflexões que contemplem também as diversidades das culturas e a valorização destas como pontua MORIN (2007, p.55). “Cabe à educação do futuro cuidar para que a idéia de unidade da espécie humana não apague a idéia de diversidade e que a da sua diversidade não apague a unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana”.

GRÁFICO 2. ETNIA AUTO DECLARADA POR BOLSISTAS DA IES 2009



Fonte: pesquisa documental 2009\2010.

É importante destacar que no gráfico 2, a auto declaração de etnia, foi um dado considerado, como base para as cotas específicas para afro descendentes e indígenas. O fato de haver uma especificação de cotas para deficientes (assim designados na legislação que institui o PROUNI), fez com que os dados fossem agrupados erroneamente com os de etnia; considerou-se interessante mantê-lo tendo em vista a importância de visualizarem-se todos os excluídos que o PROUNI abrange.

O gráfico 2, apresenta um percentual de 4% de negros, frente a 93% de pardos, dados que devem ser analisados sobre dois aspectos: o primeiro considerando que para o IBGE, pardos podem ser considerados como afro descendentes. Nesta linha é alto o percentual de afro descendentes se somarmos negros e pardos. O segundo, foco de análise destaca o fato de grande numero de pessoas se considerarem morenos ou pardos em resposta ao costume local de todos se considerarem *morenos*. Tanto o primeiro quanto o segundo aspecto apontam para interrogações que devem ser motivo de novas pesquisas, que provavelmente irão mudar o perfil do Amazonas. Este estado vem sendo considerado por alguns como um estado com um percentual ínfimo de afro descendentes; estas pesquisas provavelmente desmistificarão uma realidade que esconde seu preconceito ressaltando a invisibilidade desta parcela da população.

Atualmente tem ocorrido no Brasil um aumento de afro descendentes e indígenas, segundo dados IBGE, tal fenômeno tem sido explicado pelas discussões que tem levado estas chamadas minorias a se assumirem como tal. O elevado número de acadêmicos que se auto identificam como afro descendentes pode ser explicado como resposta à política de discriminação positiva representada pelas cotas do PROUNI, ao qual o grupo se habilitava.

A identidade não se reduz somente a uma representação do individuo a distingui-lo de outros e, ao mesmo tempo, indicando uma semelhança sua em relação a determinado grupo de referencia, porém, mais do que isso – e o que é decisivo para o desenvolvimento da identidade do afro-descendente em uma comunidade hegemônica de valores brancos-a *identidade é uma referencia em torno da qual a pessoa se constitui* (FERREIRA, 2000, p.47).

Para LOPES (2004) e outros autores o fato de auto identificar-se como afro descendente envolve um posicionamento político frente à questão da diversidade étnico

racial, contra o preconceito e o racismo, na pesquisa realizada isto pode ser percebido em depoimentos tais como da Acad. 2: “[...] minha nota no Enem foi muito boa, eu entraria pelo PROUNI de qualquer jeito, mas fiz questão de me declarar negra como auto-afirmação”. Por outro lado a A.S. ressalta que solicita aos acadêmicos que comprovem ou demonstrem o parentesco que os faz identificarem-se como afro descendentes ou indígenas. "muitos não tem idéia de como fazer isso”(A.S.-IES)

A implantação do programa levou os envolvidos a um processo de levantamento de alternativas para fazer frente a uma nova forma de encarar as diferenças individuais e controlar preconceitos e discriminações, antes naturalizadas e que tiveram que ser desveladas para merecer intervenções inovadoras. Isto exige uma preocupação para alcançar resultados que ainda não são uma realidade na IES, apesar de ser destaque em seu PDI:

Sabe-se que a vivência de um currículo integrador, propiciador de experiências multiculturais, consiste na concepção e produção de um planejamento que articule o conhecimento técnico com a formação humana, associando continuamente teoria e prática, ética, reflexão, postura crítica e criativa. Este planejamento deve ser efetivado por meio de metodologias pertinentes e adequado à consecução dos objetivos essenciais para o alcance de resultados satisfatórios ao processo de aprendizagem (PDI-IES. 2008-2012).

No depoimento da A.S. da instituição verificou-se que: “o desafio consiste em tornar o programa conhecido e compreendido pelos acadêmicos beneficiados” (A.S. - IES). Sendo assim, o desafio é mais abrangente na medida em que necessita da participação e envolvimento de professores e gestores que levem a frente às propostas do PDI que privilegiam a diversidade étnico-racial. “[...] são realizadas algumas ações pontuais por alguns cursos, sem que a IES como um todo se envolva, por exemplo, o evento do índio ou consciência negra” (Coord.5)

A estrutura da IES, os aspectos destacados no PDI e a vivencia com bolsas de estudo através da filantropia facilitaram a adequação às exigências que o governo federal faz para o desenvolvimento do programa: a A.S. destaca que as bolsas não são gratuitas, o acadêmico paga indiretamente, uma vez que a instituição recebe isenções e imunidades

fiscais. A lei é bastante clara e a fiscalização é muito rígida. “a prestação de contas passa pela Receita Federal, vai para o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS que controla a filantropia e daí para o Ministério de Educação e Cultura-MEC.” (A.S.- IES).

Pela análise dos dados coletados com a responsável pela gestão do programa percebe-se que apesar de tratar-se de um programa federal este respeita os aspectos sócio-econômicos locais, respondendo à realidade daqueles aos quais se aplica. Isto pode ser percebido no presente relato: “fui procurada por um bolsista que se dizia receoso em ser tratado de forma diferente na IES, [...] depois que expliquei como funcionava o PROUNI, a pessoa resolveu matricular-se e hoje é uma pessoa realizada [...]” (A.S.-IES).

No caso do afro descendente, o preconceito e o racismo deixam marcas que se refletem em receio no enfrentar situações que venham a se configurar como constrangedoras ou que reforcem barreiras ou bloqueios baseados em razões étnico raciais. FERREIRA explica que pessoas em processo de construção de sua identidade, muitas vezes “evitam arriscar-se a questionar os estereótipos aos quais são submetidos por medo de perderem a aceitação, efetiva ou desejada”. (2000, p.74).

Outro desafio destacado é o da difícil compreensão apresentada pelo candidato beneficiado pelas cotas para afro descendente. “O candidato se inscreve nas cotas para afro descendentes e não tem consciência e nem conhecimento do direito adquirido e da luta do movimento social para tornar esse direito uma política pública”. (A.S.-IES).

Este que pode ser considerado um impacto negativo do programa na instituição, constitui-se como um elemento novo e como tal, demonstra a necessidade de sofrer intervenções que abranjam todos os envolvidos no processo. Levando-se em conta o PDI da instituição os dados deste estudo apontam para a importância de intensificar discussões que levem a um desvelamento crítico da realidade como pontua Freire. (FREIRE, 1996)

A IES desenvolve um processo de conhecimento no qual vai se adaptando às necessidades que vão sendo apresentadas individual e coletivamente pelos acadêmicos.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco organiza-se através de um modelo de gestão participativa, na qual os sujeitos da comunidade educativa são convidados ao envolvimento ativo nos processos de planejamento, execução e avaliação, em vista da consecução das metas e objetivos institucionais. Valoriza, portanto, a

participação dos múltiplos setores administrativos e os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, respeitando, contudo, os níveis de responsabilidade. O modelo de gestão adotado é considerado fator essencial da FSDB, pois encontra seu fundamento na tradição salesiana e se atualiza e/ou consolida numa prática administrativa e pedagógica que valoriza e estimula nos indivíduos a interiorização do “sentido de pertença a uma comunidade educativa”. Este modelo de gestão representa claramente uma marca dos salesianos e que diferencia, portanto, a FSDB de outras instituições educativas (PDI-IES, 2008\2012)

A análise das principais facilidades e dificuldades na implantação e acompanhamento do PROUNI, segundo o olhar da responsável pela sua gestão, permitiu uma síntese da realidade da instituição que será posteriormente complementada pelos dados de coordenadores e bolsistas.

A Assistente Social da Instituição, fonte de informações colhidas sob diversas circunstâncias, subsidiou o estudo disponibilizando inclusive documentos e relatórios que propiciaram uma visão ampla sobre como vem sendo desenvolvido o programa (de seu início ao momento atual, 2010). Os impactos traduzidos em facilidades e dificuldades em adequar-se às exigências do governo federal, a compatibilidade com a *pedagogia salesiana*¹² da IES, assim como os envolvidos responderam ao PROUNI, foram apresentados e analisados sob forma de depoimentos e ou aspectos do PDI ou ainda de teóricos que embasaram a análise realizada. O conjunto destes fatos devem representar o impacto sofrido na organização da IES pesquisada durante o processo de implantação do PROUNI, assim como o acompanhamento dos acadêmicos bolsistas afro descendentes por ele atendidos.

Optou-se por analisar os dados reunidos segundo o grupo que forneceu as informações e argumentos, assim a visão apresentada pela A.S é a primeira relatada por trazer elementos que envolvem tanto os gestores quanto os acadêmicos além do acompanhamento do processo como um todo. Posteriormente foram analisados os dados apresentados pelos gestores da IES representados pelos coordenadores e diretor, os dados dos acadêmicos bolsistas foram analisados em um terceiro bloco, a partir da inter-relação destas fontes, se estabeleceu o quadro de impacto sofrido pela IES neste processo. Optou-se por esta forma de apresentação para que fosse garantida a dinâmica e a complexidade do cenário pesquisado, que pode ser assim apresentado:

- percebeu-se facilidade aderir institucionalmente ao PROUNI, uma vez que o fato da IES ser filantrópica já fazia com que houvesse a preocupação em dar oportunidade de acesso ao ensino superior também a aquelas pessoas sem condições econômicas;

- houve dificuldade em identificar a variável etnia e sua importância na comunidade acadêmica, enquanto a variável sócio econômica fazia parte do histórico da instituição, não havia a preocupação com o negro ou com o indígena, sem que fosse considerada a situação de exclusão que envolve a ambos, a invisibilidade do afro descendente fazia com que os bloqueios que o racismo e o preconceito velado apresentado fosse naturalizado, inclusive pela falta de dados que envolviam a variável etnia ;

- constatou-se desconhecimento sobre características sócio-políticas do PROUNI, por parte dos envolvidos; provavelmente a forma como o PROUNI foi implantado a nível federal, sem privilegiar a reflexão deste como política afirmativa, fruto das lutas do movimento negro, condicionou o desconhecimento e falsa interpretação percebidos;

- identificou-se adesão à discriminação positiva por parte dos acadêmicos afro descendentes, o alto percentual de acadêmicos que se auto identificaram como pardos ou como negros;

- constatou-se dificuldades em interligar o PROUNI a luta por direitos e desconhecimento do processo histórico vivido e as lutas desencadeadas pelos afro descendentes;

- processo de conhecimento e adequação do programa às propostas da FSDB são teoricamente compatíveis e operacionalmente necessitam de maior discussão, reflexão e comprometimento;

- desconhecimento por parte dos envolvidos do papel das bolsas de estudo como instrumento de expansão do ensino superior e incentivo a inclusão de parcelas historicamente discriminadas.

Quadro Síntese 1

Síntese do impacto no âmbito da organização da FSDB a partir da implantação do PROUNI para afro descendentes, na visão da gestora do programa
--

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• A FSDB não apresentou dificuldades em atender os requisitos do PROUNI, uma |
|--|

vez que na estrutura organizacional já constava o atendimento filantrópico para acadêmicos de baixa renda. O Serviço Social que respondia por tal atendimento, assimilou a implantação do novo programa;

- A FSDB teve que reestruturar-se para controlar as vantagens fiscais advindas do PROUNI, ainda assim considera-se um impacto positivo;
- O PROUNI oportunizando as vagas para afro descendentes passou a atender conseqüentemente um maior grupo de acadêmicos de baixa renda, fazendo com que fosse introduzido na FSDB nova estrutura de acompanhamento de bolsistas e identificação étnica;
- Constatou-se necessidade privilegiar reflexões que contemplem também as diversidades das culturas e a valorização destas como pontua o programa e também o PDI;
- Um dos primeiros impactos sentidos no âmbito da organização da IES foi à percepção de que não havia dados sobre os acadêmicos, com a discriminação da variável etnia;
- A IES com isto passa a conviver com dados referentes à diversidade e multiculturalismo que terão que ser motivo de reflexão e intervenção.
- Os acadêmicos bolsistas estão em processo de auto identificação e desconhecem os objetivos do programa, exigindo da instituição maior comprometimento e mobilização coletiva para colocar em prática preceitos já estabelecidos no PDI;
- O PROUNI apesar de tratar-se de um programa federal, respeita os aspectos sócio-econômicos locais, respondendo à realidade daqueles aos quais se aplica, não servindo de obstáculo aos princípios que regem a FSDB;
- Os dados analisados apontam, não para mudanças estruturais mais sim, para a importância de intensificar discussões que levem a uma visão crítica da realidade

A síntese dos impactos desvelados nos argumentos apresentados pela A.S. nos momentos nos quais foi interpelada demonstram que o processo de implantação e acompanhamento dos acadêmicos afro descendentes bolsistas está em andamento necessitando de disponibilidade e interesse por parte de todos os envolvidos para que se estabeleça de forma significativa e perene na IES.

A postura do governo federal de atacar a problemática do afro descendente como algo que ultrapassa os limites do social e econômico e que exige de toda a sociedade uma nova postura frente o preconceito e o racismo, teve nesta pesquisa a oportunidade de uma análise de como isto se dá, na operacionalização da implantação de um programa específico. O momento no qual a pesquisa foi realizada suscitou na comunidade acadêmica reflexão sobre a diversidade étnica e o quanto ela deve ser trabalhada entre os acadêmicos de forma a fortalecê-los e incentivá-los à auto identificação e uma conseqüente inclusão social, preocupação esta assumida pela IES através do PDI e que deve ser melhor trabalhada na prática.

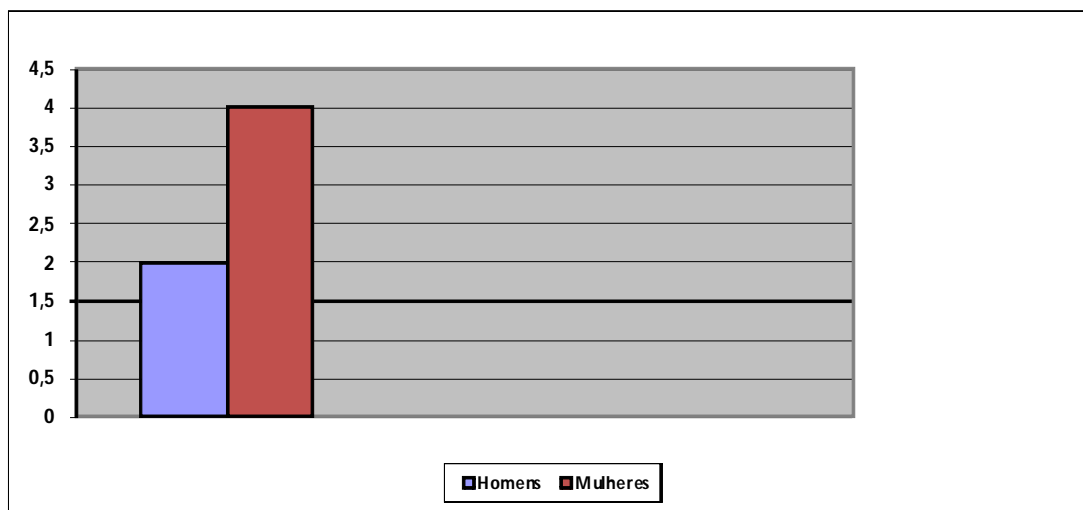
Neste sentido o papel dos gestores torna-se indispensável, na medida em que dependem do gestor a organização, mobilização e incentivo às mudanças e inovações no ambiente universitário. Lück ressalta o papel do gestor no enfrentamento das dificuldades do cotidiano e na busca de formas adequadas de superação e ou redefinição das ações... "essa superação ocorre nas circunstâncias em que se observa por parte dos gestores a atuação inspiradora e mobilizadora de energia e competência coletiva orientada para a efetividade" (LÜCK, 2006, p.24).

Considerando-se o papel e a importância dos gestores, no caso dos coordenadores de curso, cabe aqui analisar as respostas dadas pelos entrevistados, assim discriminados: seis gestores, dos quais cinco são coordenadores de curso da IES e um respondendo na ocasião, pela diretoria pedagógica.

3.2.2. Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES, segundo depoimentos de seus gestores

Inicialmente será apresentado o perfil do grupo entrevistado considerando-se que a partir disto há maior possibilidade de inferir a postura que tomam frente a questões relacionadas aos impactos que a implantação do PROUNI representou na instituição. Questões relacionadas à pedagogia salesiana, ao envolvimento com acadêmicos, ao conhecimento sobre o programa de bolsas de estudo e às cotas específicas para afro descendentes serão analisadas de forma a completar o quadro de transformações que serão necessárias a plena validade do programa.

GRÁFICO 3. GÊNERO DOS COORDENADORES X TITULAÇÃO ACADÊMICA



Fonte: pesquisa de campo 2009\2010.

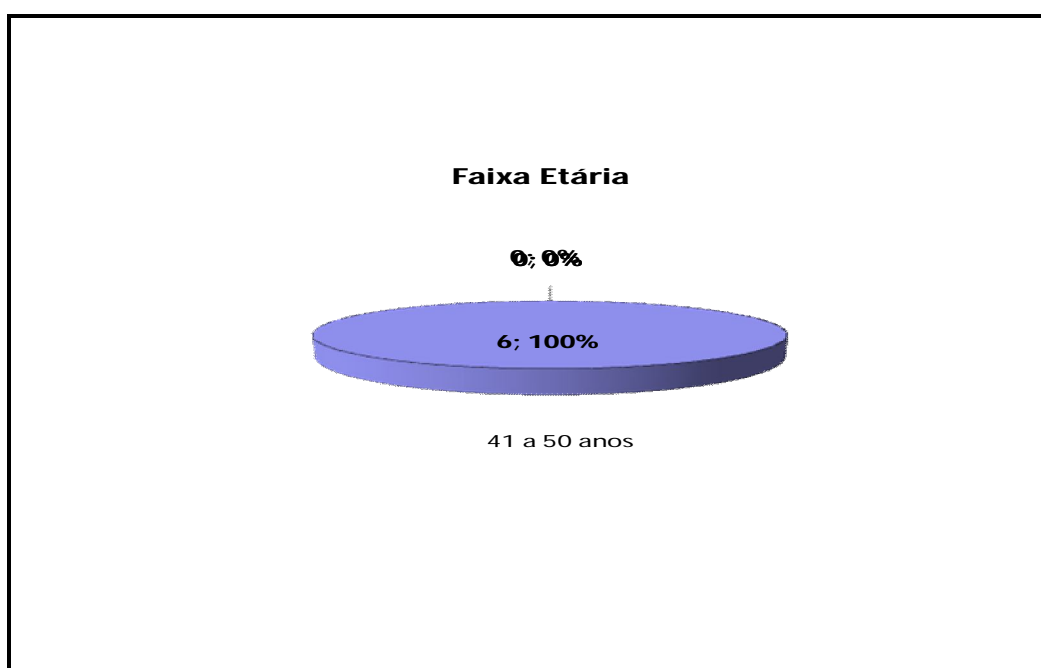
O grupo pesquisado é formado por gestores de ambos os sexos apresentado uma predominância de mulheres que, contudo não se diferenciam no tocante a titulação de Mestres. Tal titulação os habilita a dar continuidade a um processo de gestão que responde a exigências formais do MEC. Contudo, o processo educativo responde a mais que exigências formais, Paulo Freire lembra: “não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com idéias preponderantemente abstratas e intocáveis. [...] o que, sobretudo me move a ser ético é saber que sendo a educação, por sua própria natureza diretiva e política, eu devo, sem jamais negar meu sonho ou minha utopia aos educandos, respeitá-los” (FREIRE, 1992, p.78).

Esta reflexão de Paulo Freire na qual o respeito pelo educando e sua realidade tomam o ponto central da atuação do educador é algo que está presente no PDI da IES. E

que segundo o depoimento de um dos entrevistados: “é na discussão que as idéias surgem. Institucionalmente devemos realizar e buscar esclarecer, analisar pontos polêmicos para que a comunidade educativa entenda a importância dos programas” (coord. 1).

O depoimento denota predisposição para o novo na medida em que admite o conhecer, o informar e discutir situações que são apresentadas com nuances que exigem mais que simples informação.

GRÁFICO 4. IDADE DOS COORDENADORES X TITULAÇÃO ACADÊMICA

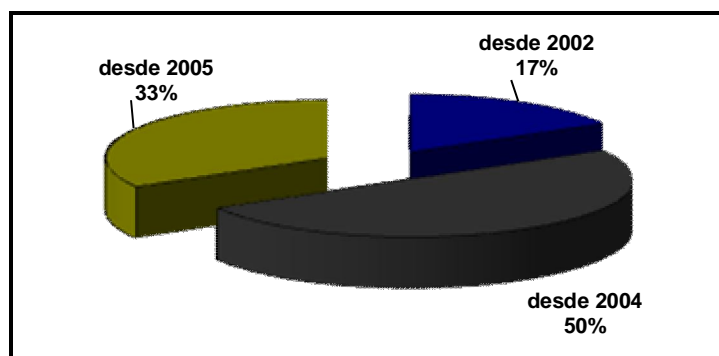


Fonte: pesquisa 2009/2010

Os coordenadores entrevistados encontram-se na faixa etária de 41 a 50 anos demonstrando tratar-se de um grupo, que em princípio pode dedicar-se a pesquisa e produção acadêmica, este pressuposto vem complementado pelo o fato de todos estarem envolvidos com o aperfeiçoamento profissional. Dentre os participantes do grupo há profissionais que atuam em nível de assessoramento de empresas (2), outros com projetos inovadores premiados (1), assim como artigos em publicações regionais (2). Cabe lembrar que a titulação torna-se motivo de destaque se for relacionada com as dificuldades de

acesso a estes cursos no contexto da cidade de Manaus. Muitos dos coordenadores desenvolveram seus cursos fora da cidade com grande esforço e empenho.

GRÁFICO 5. TEMPO DE TRABALHO NA IES



Fonte: pesquisa de campo 2009\2010.

Dos entrevistados a maioria, 67% pertence à IES desde 2004, destes 17% desde 2002 e os outros 50% desde 2004, isto demonstra que tiveram a oportunidade de acompanhar a implantação do PROUNI, desde seu início na instituição, além de terem tido a oportunidade de vivenciar a forma como o mesmo vem sendo implementado na IES.

O programa, a partir de 2004, estabelece com as instituições beneficiadas, por isenções fiscais um novo esquema de concessão de bolsas de estudo, no qual só há dois tipos de bolsas: integral e parcial de 50%, com o condicionante de proporcionalidade com alunos pagantes por curso e por turno. Regula também a forma de seleção e os critérios pelos quais os bolsistas são classificados.

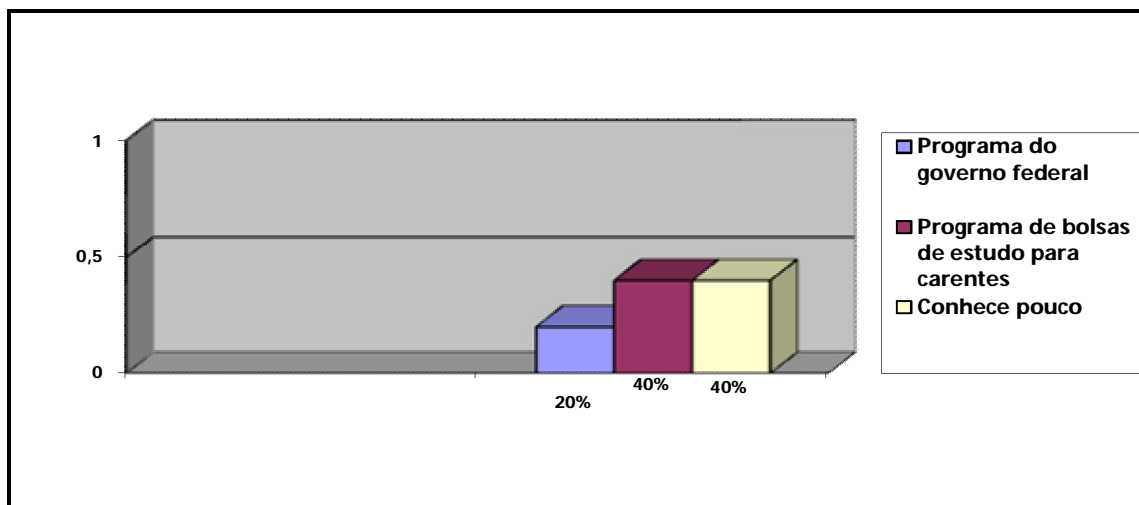
Segundo dados do Secretário de Educação Superior do Ministério de Educação e Cultura-MEC, o PROUNI “é dentre todos os programas, aquele que melhor sintetiza os pressupostos básicos da educação superior, uma vez que a Educação Superior baliza-se pelos seguintes princípios complementares entre si:

- expansão da oferta de vagas;
- garantia de qualidade, sendo que não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade;
- promoção de inclusão social pela educação minorando histórico de exclusão de jovens;
- ordenação territorial;

-desenvolvimento sócio econômico” (MOTA, 2008). Estes princípios aqui explicitamente reafirmados representam alterações no processo de expansão da educação superior sem os quais nenhum gestor pode tentar dar respostas às necessidades dos acadêmicos aos quais estão vinculados.

Os órgãos federais responsáveis pelo PROUNI estabelecem também formas de avaliação e controle, contudo cabe a instituição de ensino estrutura formas de acompanhamento que façam com que os acadêmicos bolsistas possam aproveitar plenamente o acesso a o ensino superior. No caso dos acadêmicos afro descendentes esta proposta é acrescida da intenção de se formar uma elite intelectual que possa atuar junto a sua comunidade étnica como propulsores de auto-afirmação, diminuição de racismo e preconceito étnico racial. É de substancial importância que estes pressupostos estejam explicitados, pois eles darão base para a análise do gráfico a seguir que apresenta o nível de conhecimento que os coordenadores de curso têm sobre este programa que tem acadêmicos em todos os cursos.

GRÁFICO 6: CONHECIMENTO SOBRE O PROGRAMA



Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010

O grupo pesquisado ao ser indagado sobre “o que conhece do programa” apresentou um conjunto de alternativas que foram classificadas, segundo seu grau de aproximação do

significado do programa e de seus princípios básicos. Sendo assim: a) 40% dos coordenadores destacaram como aspecto conhecido do PROUNI o fato de tratar-se de um programa federal, sem especificar se responde a uma política de governo ou de estado, ou a que necessidades reais ele responde; b) 40% dos entrevistados, vincularam o PROUNI apenas às bolsas de estudo para carentes sem, contudo chegar às especificidades das cotas para afro descendentes, indígenas ou deficientes, Isto é, não conseguem vincular o PROUNI as políticas de ação afirmativa, conseqüentemente não conseguem incentivar a auto identificação e pressupostamente não devem privilegiar as ações que tenham como foco a diversidade. c) Os 20% que alegaram conhecer pouco sobre o PROUNI, apresentaram os seguintes depoimentos:

“conheço muito pouco, pois o que se relaciona com este programa é tratado pela assistente social da faculdade, junto a cada acadêmico que solicita o tal” (coord.3);
ou ainda,

”não sei muito sobre o PROUNI, é um programa que oportuniza a entrada do aluno menos favorecido ao ensino superior” (coord.5).

Os argumentos apresentados pelos coordenadores demonstram desconhecimentos sobre o programa, sobretudo sobre a intencionalidade de tê-lo como instrumento de inclusão étnico social. Não se percebe interesse no que o PROUNI pode representar para o acadêmico, no tocante a sua identidade pessoal e sua participação na sociedade. Isto coloca em questão o quanto o educador, desta IES está preparado para comprometer-se com os objetivos e metas do PDI. E a partir das constatações apresentadas cabe especificar uma recomendação para que a IES, desenvolva um conjunto de discussões visando preparar a comunidade acadêmica para melhor envolver-se nas práticas que visem reconhecer a diversidade e o multiculturalismo como parte integrante da formação do povo brasileiro.

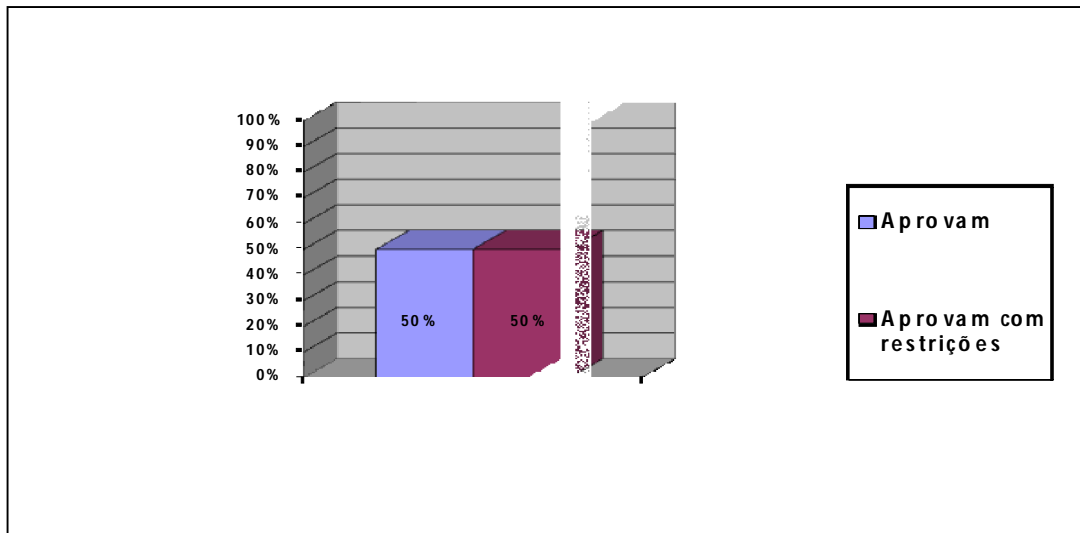
Ainda assim, mesmo aqueles que alegam desconhecer o programa não demonstram ter predisposição negativa frente ao mesmo, o que pode ser considerado positivo, podendo favorecer um possível trabalho futuro com os acadêmicos bolsistas que sem o incentivo e acompanhamento dos gestores e professores, talvez encontrem maior dificuldade em alcançar os propósitos de formar uma visão mais crítica e propositiva sobre sua realidade.

Outro aspecto relevante frente a isto é o fato de que as idéias precisam ser institucionalizadas para serem aceitas e difundidas na sociedade e a partir daí fazerem parte

da cultura dos diferentes grupos. Muller e Geertz vão mais além quando analisam a importância dos grupos tidos como poderosos, e a importância de assumirem as inovações como forma de difundi-las e legitimá-las. Na medida em que os grupos considerados lideranças na IES assumirem a atenção à diversidade como questão integral e transversal em todas as atividades dos cursos estará criado o espaço para discussão e reflexão sobre uma sociedade multicultural e aberta aos diferentes.

No ensino superior como já foi analisado anteriormente, o papel do gestor é o de propulsor de mudanças e dele se espera o incentivo e a divulgação de ações e atitudes que venham a exercer na sociedade um papel transformador, tanto a nível coletivo quanto individual. “as idéias tem que ser institucionalizadas para terem uma existência material na sociedade [...] devem ser apresentadas por grupos sociais poderosos para poderem ter efeitos sociais poderosos; alguém deve reverenciá-las, celebrá-las, impô-las” (Geertz, 1989 apud Muller, 2006).

GRÁFICO 7. VISÃO SOBRE O PROUNI NA IES



Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010

Os coordenadores entrevistados quando perguntados “quanto suas considerações sobre o PROUNI” fizeram relatos que deixavam transparecer seu grau de aceitação ou não sobre o programa. Demonstrando que 50% aprovam ação dele não percebendo dificuldades

ou bloqueios na sua implantação ou mesmo no trabalho com os bolsistas nos diferentes cursos.

“esta medida afirmativa e positiva de inclusão social favorece os jovens sem condições econômicas, que mesmo trabalhando durante o dia, podem cursar o ensino superior à noite, no caso da IES” (coord.3).

Os 50% que apresentam restrições ao programa, as fazem destacando:

“os mais necessitados não tem acesso, o programa precisa ser mais vigiado”. (coord.4) ou ainda,

“a educação básica deveria dar oportunidade para que o aluno entrasse no ensino superior por qualidade, competência e habilidade” (coord. 6).

Este depoimento de um dos coordenadores, trás implícito a defesa da meritocracia, comum entre alguns grupos que preferem fazer uma análise de realidade pautada em valores ou esforços individuais culpabilizando o indivíduo por insucessos que são resultados de condições sócio econômicas, nem sempre favoráveis aos que passam ou vivem em um processo de exclusão social.

Os relatos obtidos foram analisados inferindo-se de seus conteúdos que existe falta de discussão acumulada sobre o assunto o que faz com que muitos dos entrevistados não se aprofundem na análise dos fundamentos do programa e não o relacionem ao conceito e objetivo das políticas afirmativas. Minayo (2003) enfatiza que a análise de conteúdo visa verificar hipóteses e ou descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto. Ainda que com um nível de profundidade que deixe a desejar, por falta de discussão entre pares percebeu-se que o tema foi abordado pelos coordenadores com certa timidez ou insegurança, como um tema pouco aprofundado, talvez por necessidade de maior cuidado na operacionalização de algumas propostas do PDI que se refiram a maior incentivo à formação de capacidade de análise e criticidade entre os acadêmicos.

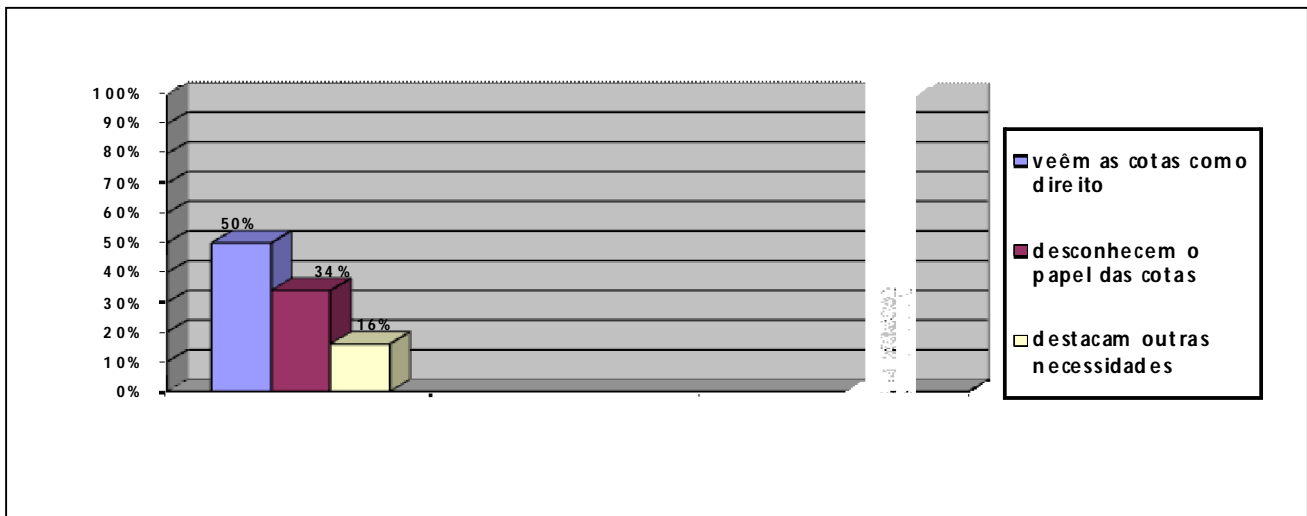
A afirmação anterior se explicita ainda mais se comparada com José Ivo Follmann em entrevista sobre impactos do programa na Unisinos:

A Unisinos é uma universidade, com longa tradição de programas de inclusão acadêmica, via bolsas filantropia, uma vez que a sua Mantenedora Associação Antônio Vieira - ASAV (Província dos Jesuítas do Brasil Meridional) é uma

entidade filantrópica. Somos uma universidade que se enquadra na categoria das comunitárias, confessionais e filantrópicas. Mais precisamente, instituições públicas não-estatais... A adesão ao PROUNI, que foi feita via Mantenedora, em finais de 2004, causou um impacto grande no programa de bolsas até então existente, pois aos poucos os recursos destinados às bolsas filantropias vão sendo canalizados para as bolsas PROUNI. Tínhamos um Programa bastante bem estruturado e democrático, de concessão de bolsas parciais com 50% a 80% de gratuidade, e, com o PROUNI, o principal peso passou para as bolsas integrais de 100%. Isto gerou muita discussão interna, no início, pois parecia que o PROUNI estava sendo menos inclusivo do que o programa, que tínhamos anteriormente. É verdade que se está conseguindo contemplar menos pessoas, no entanto, se olharmos pelo lado acadêmico, devemos dizer que houve um salto de qualidade com o PROUNI”.

Na IES pesquisada não foi possível constatar o nível de análise realizado na Unisinos, citada anteriormente, fica a impressão que o processo na primeira (IES pesquisada) encontra-se ainda em fase de consolidação, com os elementos envolvidos começando a tomar consciência sobre o que representa o processo desencadeado.

GRÁFICO 8: VISÃO SOBRE COTAS PARA AFRODESCENDENTES NO PROUNI.



Fonte de campo: 2009/2010

O PROUNI oferece bolsas de estudo para alunos de escola pública, privilegiando com um sistema de cotas (percentual) aos afro descendentes, aos indígenas e aos deficientes. Os pesquisados foram questionados sobre como sentem isto na IES.

Em 34% das falas percebe-se desconhecimento sobre a questão das cotas, levando os entrevistados a exporem necessidades gerais da educação superior, aspectos importantes, mas que não priorizam a diversidade.

“... o programa deveria atender mais pessoas, é exclusão, precisa atender todos independentes de raça ou cor”. (coord.4).

“é algo que acontece em função do modo como as políticas públicas atuam” (coord.2).

Os 16% dos entrevistados que responderam que se trata de uma questão estrutural da sociedade brasileira, também não destacaram os impactos das cotas para a faculdade. “os alunos mais pobres seguem na escola pública que não dá base para que entrem nas universidades públicas, há um desequilíbrio no ensino e nas possibilidades” (coord.6).

A naturalização da exclusão, desconhecimento do problema ou falta de interesse em enfrentar uma questão que mexe com valores, posturas e ainda estão presentes na sociedade, mesmo neste momento no qual em termos mundiais a população se coloca contra o racismo e o preconceito étnico racial.

“o pior preconceito e racismo que conheço é fingirmos uma igualdade que, por enquanto, sabemos não existir. As condições de acesso a vaga de trabalho, ao acesso ao nível universitário e outros, continuam desiguais. A conquista dessa igualdade de oportunidades está acontecendo quando conseguimos implementar ações e políticas públicas que garantam os direitos da população” (A.S.- IES).

O depoimento da A.S. levanta uma característica da sociedade brasileira que é o de negar a existência do racismo e preconceito ao mesmo tempo em que naturaliza bloqueios e impedimentos que atingem grande parcela da população. Mesmo que explicitadas nas finalidades da IES a formação de cidadãos comprometidos com a transformação estrutural da sociedade para que superem as discriminações na construção de uma convivência pluralista, a análise do conjunto dos depoimentos aponta que o maior impacto da implantação do PROUNI tem se dado pela discussão suscitada pela aplicação da pesquisa que fez com que o tema viesse a público como foco de reflexão.

CARDOSO (2005, p. 108) relata “que Immanuel Wallerstein afirmou recentemente que o racismo está disseminado por todo o sistema mundo. Nenhum canto do planeta está livre dele, como característica central das políticas locais, nacionais e mundiais. Daí ele propor fazer do anti-racismo a medida definidora da democracia. O modo mais eficaz para

começar a luta contra esse racismo que se globalizou é tentar erradicá-lo do espaço em que atuamos e onde ele tem se reproduzido secularmente: nas universidades públicas brasileiras e nos discursos das nossas Ciências Humanas e Sociais”.

É bastante significativo que 50% dos coordenadores entrevistados destaquem as cotas como direito e parte das políticas públicas demonstrando o quanto parte do grupo encontra-se em consonância com as discussões que estão acontecendo nas diferentes espaços do mundo.

Quadro 3. Ações institucionais sobre diversidade étnico racial, segundo os coordenadores.

Ações institucionais:	%
Seminário anual sobre povos indígenas;	85%
Seminário de antropologia indígena;	16%
Semana da Negritude;	50%
Introdução no currículo dos cursos de Pedagogia, Filosofia e Serviço Social;	50%
Publicações sobre o tema.	16%

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010.

Como questão aberta foi solicitado aos entrevistados que discorressem sobre ações institucionais que oportunizassem reflexão crítica por parte da comunidade educativa sobre diversidade etnicorracial, com isto buscou-se perceber as dificuldades e facilidades na operacionalização do PROUNI.

As respostas foram positivas e diretas por unanimidade no tocante a realização de atividades que envolveram alunos de diferentes cursos em determinados momentos.

A realização anual do Seminário sobre Povos Indígenas foi destacado por 85% dos coordenadores, deixando perceber preocupação em garantir espaço para discussão e reflexão sobre a diversidade existente no cotidiano. Ainda assim o grupo sinaliza certa dificuldade em envolver a instituição como um todo, há uma tendência em desenvolver

atividades que ficam restritas a cursos específicos e a estruturação da atividade depende da sensibilização do professor e do coordenador. Percebe-se aqui a necessidade de capacitação e ou conhecimento coletivo que sirva de linha de ação para todos os cursos. A escolha da abordagem coletiva deve preceder a ação e pautar-se pela intencionalidade que responde a uma postura educativa de formação de cidadãos mais participantes na transformação da sociedade. Segundo Freire “mudar é difícil, mas é possível, vamos programar nossa ação pedagógica não importa [se] o projeto com o qual nos comprometemos” (FREIRE, 2000, p.81).

A Semana da Consciência Negra, relatada como semana da negritude foi apontada por 50% dos entrevistados “ações institucionais promovem informação e sensibilização, as pessoas só mudarão a partir do momento em que conhecerem as necessidades do outro, do diferente. As chamadas minorias são as protagonistas dos eventos” (coord.5). Por outro lado um dos entrevistados lembra: “as ações desenvolvidas são pontuais e restritas aos cursos, é necessário que aja o envolvimento da IES como um todo” (coord.6).

Como orienta o AMMA¹¹ só um processo de sensibilização análise e reflexão sobre vivências levará a mudanças de atitude. “A mudança de atitude exige uma reorientação intelectual, um rompimento com os vínculos sociais. É uma reestruturação da experiência passada. A mudança de atitude causa uma desordem nas relações sociais” (BOSI, 2003. Apud AMMA s\data).

No ensino superior, assim como em outras etapas do ensino, a estrutura do currículo define a perspectiva de ensino da instituição influenciando e sendo influenciado pela dinâmica da realidade, as relações interpessoais e as áreas do conhecimento a serem trabalhadas. Neste estudo 50% dos coordenadores entrevistados ressaltam a introdução de conteúdos que favorecem a discussão sobre a diversidade, como facilitadores do processo de implantação e acompanhamento do PROUNI. Como esclarece um dos entrevistados: “[...] ocorre principalmente nos componentes como antropologia, ética, currículo, nos momentos de formação continuada na análise crítica da realidade a partir dos cadernos de campo, no processo de problematização em diferentes componentes” (coord.2).

A análise dos depoimentos dos coordenadores de curso considerados no estudo como gestores que respondem pelo planejamento conjunto, incentivo e motivação de docentes e discentes da IES pesquisada, dá um panorama das dificuldades e facilidades da

implantação do PROUNI, além de ressaltar sugestões que venham a tornar mais efetivos os resultados alcançados pela comunidade educativa.

A exemplo do que foi realizado quando da análise do depoimento da A.S. será apresentada uma síntese do conjunto de dificuldades e facilidades levantadas pelos gestores e que se configuram segundo o parecer deles no impacto sentido pela IES quando da implantação do PROUNI, enfocando prioritariamente os afro descendentes.

Os aspectos que melhor retratam o posicionamento dos gestores sobre a problemática pesquisada, foram assim sintetizados para melhor compreensão impacto provocado pelo tema na organização da IES pesquisada:

- os docentes não apresentam predisposição negativa frente à implantação e acompanhamento dos bolsistas afro descendentes;

- o fato de não ter havido um treinamento ou capacitação que preparasse a comunidade educativa para o programa faz com que a diversidade, enquanto questão da educação, não seja trabalhada com maior ênfase a nível individual ou mesmo no coletivo da comunidade educativa da IES estudada;

- os envolvidos no processo denotam desconhecimento do PROUNI como política pública de caráter afirmativo, principalmente no tocante as finalidades, causas e conseqüências vinculadas às cotas para afro descendentes, isto condiciona um processo de pouca discussão e reflexão crítica sobre o problema;

- apesar da IES teoricamente ter dentre seus objetivos o trabalho com a diversidade com a implantação do PROUNI teve que buscar alternativas para operacionalizar a ação com a diversidade, assim como sensibilização frente ao diferente;

- o preconceito e racismo começam a ser vistos como males existentes e que devem ser combatidos;

- há necessidade de possibilitar a participação de coordenadores e ou professores nas reuniões com bolsistas, e em outros eventos que visem o incentivo à reflexão sobre a diversidade;

- há necessidade incentivar pesquisas que dêem visibilidade a população afro descendente, para que estas venham embasar a implantação das demais políticas afirmativas e compensatórias voltadas as comunidades afro descendentes.

Quadro Síntese 2

Síntese do impactos no âmbito da organização da FSDB a partir da implantação do PROUNI para afro descendentes, na visão dos gestores da instituição

- Os argumentos apresentados pelos gestores-coordenadores demonstram desconhecimento sobre o programa, sobretudo sobre a intencionalidade de tê-lo como instrumento de inclusão étnico social, este é um impacto negativo na medida em que o papel do gestor, faz dele o mobilizador e motivador na operacionalização do PDI;
- A implantação demonstrou que há necessidade de desenvolver um conjunto de discussões visando preparar a comunidade acadêmica para melhor envolver-se nas práticas que visem reconhecer a diversidade e o multiculturalismo como parte integrante da formação do povo brasileiro;
- Ainda assim, mesmo aqueles que alegam desconhecer o programa não demonstram ter predisposição negativa frente ao mesmo, o que pode ser considerado positivo;
- Outro aspecto relevante frente a isto é o fato de que as idéias precisam ser institucionalizadas para serem aceitas e difundidas na sociedade e a partir daí fazerem parte da cultura dos diferentes grupos
- Na medida em que os grupos considerados lideranças na IES assumirem a atenção à diversidade como questão integral e transversal em todas as atividades dos cursos estará criado o espaço para discussão e reflexão sobre uma sociedade multicultural e aberta aos diferentes;
- 50% dos gestores que apresentam restrições ao programa, o fazem destacando: o processo de exclusão social, individualizando e culpabilizando as chamadas minorias impactando negativamente o desenvolvimento integral do programa;;
- A pesquisa desvelou bloqueios por parte dos gestores que podem interferir negativamente na operacionalização de algumas propostas do PDI que se refiram a maior incentivo à formação de capacidade de análise e criticidade entre os acadêmicos.
- Percebeu-se naturalização da exclusão, desconhecimento do problema ou falta de interesse em enfrentar uma questão que mexe com valores, posturas e preconceitos que ainda estão presentes na sociedade,

- A aplicação da pesquisa em si, suscitou discussões que fizeram com que o tema viesse a público como foco de reflexão.
- Apesar da IES teoricamente ter dentre seus objetivos o trabalho com a diversidade as ações são pontuais e restritas aos cursos, com a implantação do PROUNI teve que buscar alternativas para operacionalizar a ação com a diversidade, assim como sensibilização frente ao diferente;
- O preconceito e racismo começam a ser vistos como males existentes e que devem ser combatidos e enfrentados.

A visão da Assistente Social e dos gestores sobre os impactos do programa na IES representam de certa forma, a visão daqueles que detêm o poder na estrutura do ensino na instituição, ao juntar-se à visão dos discentes representarão a realidade vivida em meio a este processo que ainda se encontra em construção.

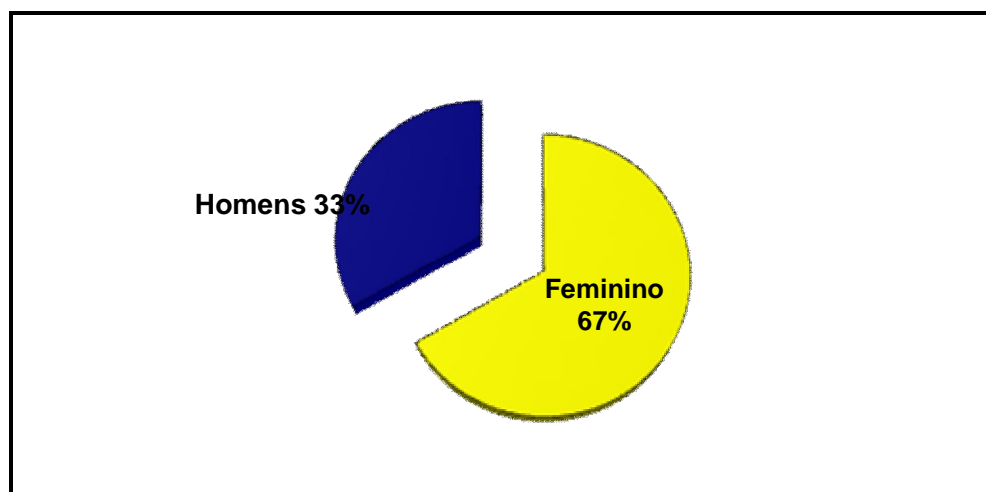
A pesquisa entre os acadêmicos bolsistas demonstra os impactos que afetam a IES e que forçarão a médio e longo prazo mudanças que darão respostas às novas necessidades advindas da busca de formação de profissionais realmente comprometidos com uma sociedade mais justa e equânime como almeja a sociedade brasileira signatária de acordos contra o racismo e o preconceito étnico racial.

3.2.3. Os bolsistas afro descendentes do PROUNI e a experiência na IES, segundo depoimentos dos acadêmicos bolsistas afro descendentes

Como foi destacado anteriormente, a amostra selecionada para a pesquisa em questão, envolveu 30% dos acadêmicos afro descendentes bolsistas do PROUNI, da IES pesquisada. A escolha privilegiou aqueles que preenchiam os critérios citados, independente do curso no qual estivessem matriculados. Considerando-se a importância do perfil do acadêmico para o presente estudo, foram trabalhadas as variáveis faixa etária, sexo, etnia, filiação, situação de trabalho, e renda.

Para a análise dos dados apresentados pelos acadêmicos bolsistas entrevistados foram utilizados além dos instrumentais demonstrativos das sínteses, isto é gráficos e quadros, também os depoimentos ilustrativos de diversos aspectos da questão trabalhada. A identificação dos depoimentos, para preservar a identidade dos entrevistados, valeu-se da seguinte designação: acadêmico entrevistado- **acad.1**; **acad.2** etc.

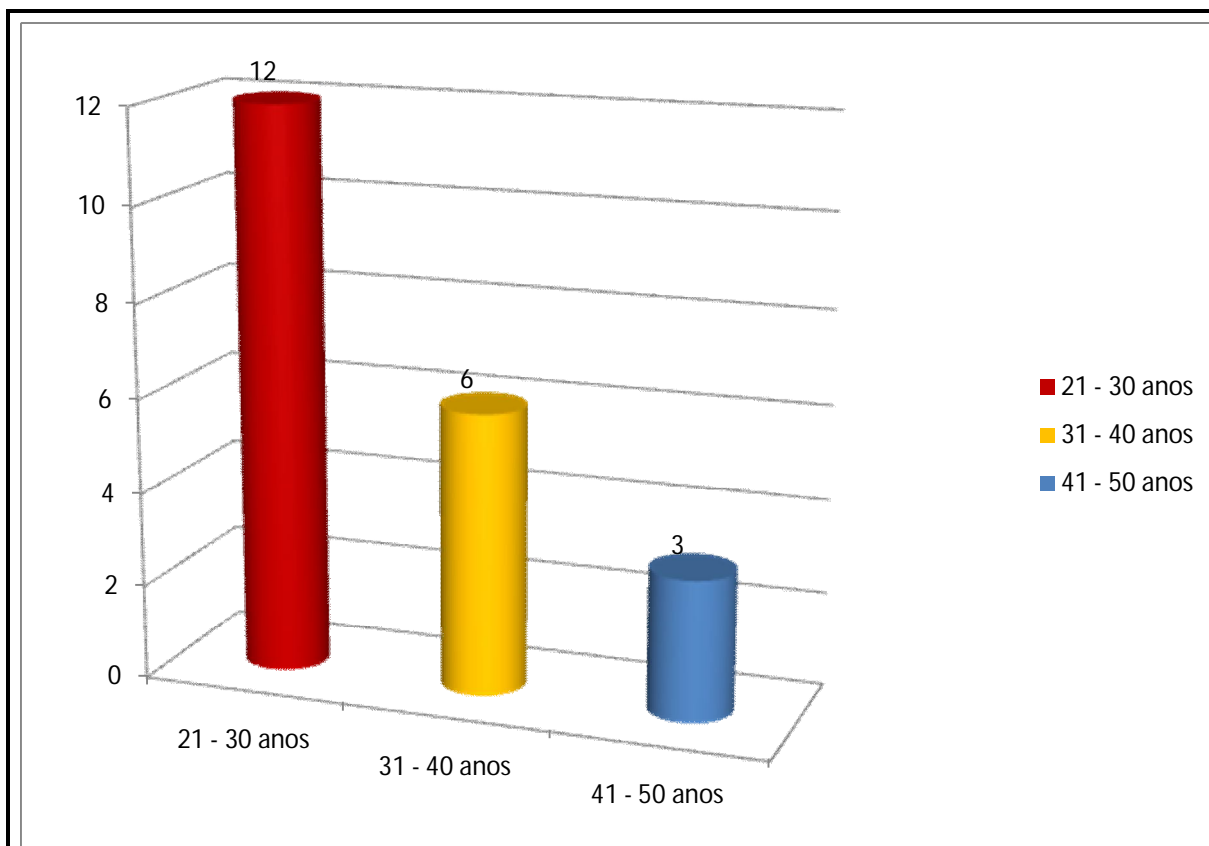
GRÁFICO 9. SEXO DOS ACADÊMICOS BOLSISTAS.



Fonte: pesquisa de campo 2009/2010.

Seguindo a tendência atual das faculdades brasileiras independente das cotas, percebe-se a maior presença feminina numa proporção de 67% de mulheres para 33% dos homens bolsistas do PROUNI na IES pesquisada. No caso específico dos afro descendentes as mulheres sempre tiveram uma presença mais marcante na educação superior, principalmente nos cursos da área de Ciências Humanas como é o caso dos cursos oferecidos pela instituição. Resende e Santos (2006), ao analisarem a experiência da implantação da Política Afirmativa de Cotas para Negros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ e Universidade do Norte Fluminense - UENF, as primeiras universidades a adotarem tais políticas, destacam que ao cruzarem as variáveis raça-etnia com gênero, percebe-se o fenômeno da feminização da pobreza.

GRÁFICO 10. FAIXA ETÁRIA DOS ACADEMICOS BOLSISTAS



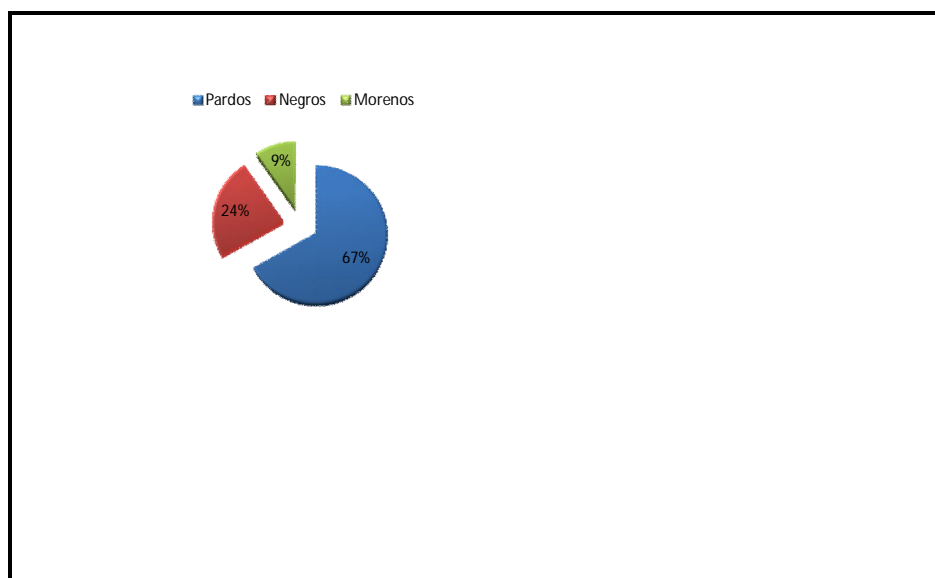
Fonte: pesquisa de campo 2009/2010.

Dos bolsistas pesquisados, 60% estão na faixa etária que vai de 21 a 30 anos denotando ser um grupo, que se comparado com os dados do IBGE encontra-se na faixa considerada compatível com o ensino superior. Estes bolsistas formam um grupo de jovens que com seu ingresso no curso superior, altera a característica dos cursos noturnos da IES que é formado, geralmente por pessoas de faixa etária mais elevada. Carvalho apresenta dados que denotam que, em termos de idade, existe uma distancia entre brancos e negros que justifica a necessidade de políticas compensatórias como forma de garantir a inclusão de jovens afro descendentes no ensino superior. “63% dos jovens brancos de 18 a 23 anos não completaram o ensino médio, enquanto 84% dos jovens negros não completaram o ensino médio” (CARVALHO, 2005, p. 24). Ao que se contrapõem Santos “o acesso qualitativo a educação [...] ainda sofre de condicionantes provocadores de desigualdades

baseadas em raça - ou seja, tal fenômeno é, evidentemente, resultante de algum fator (ou conjunto de fatores combinados) que interfere(m) diferentemente nas trajetórias escolares desses alunos definindo (grosso modo) as suas possibilidades de aproveitamento escolar-racismo, que interfere provocando desigualdades nas trajetórias escolares de brancos e negros.” (SANTOS, 2007, p.95-96)

O grupo de bolsistas de 31 a 40 anos representa 30% dos acadêmicos participantes da pesquisa e surpreendentemente apenas 10% estão na faixa que refere as maiores idades. Nestes 10% encontram-se os acadêmicos com cerca de quarenta anos que geralmente só nesta fase da vida conseguiram voltar estudar: “o PROUNI me ajudou em primeiro lugar a realizar o meu sonho, assim como o aprendizado que ao longo destes anos venho recebendo sem contar com a experiência profissional que consegui no ramo de estágio” (acad. 1).

GRÁFICO 11. AUTO IDENTIFICAÇÃO DOS BOLSISTAS



Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010

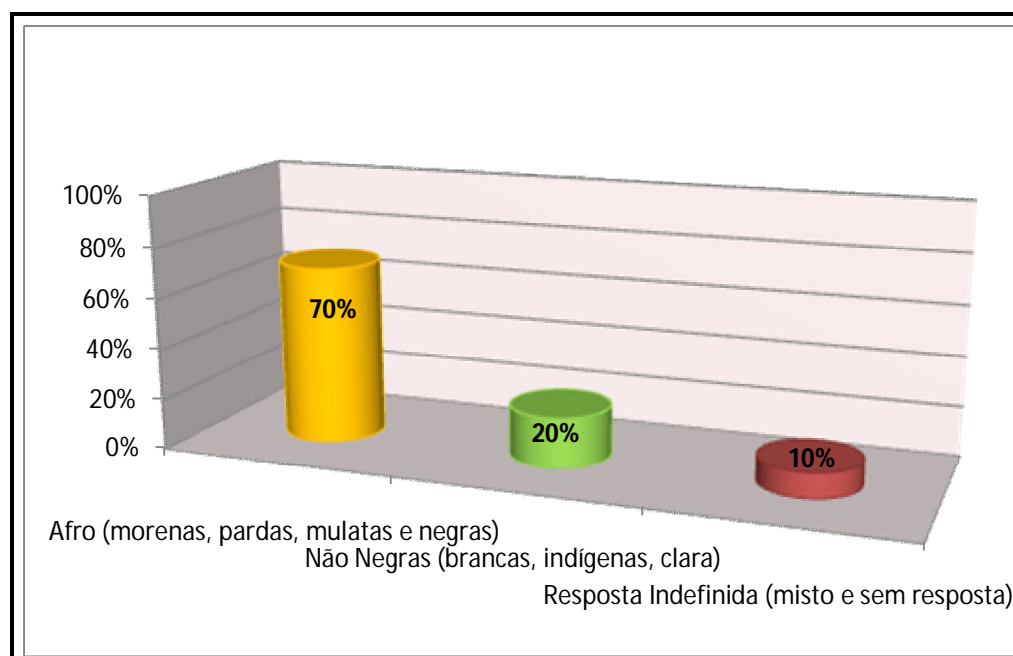
Ao questionamento sobre: como classifica sua cor, raça ou etnia, 67% dos bolsistas se auto identificaram como pardos que é uma das denominações utilizadas pelo IBGE para classificar os afro descendentes. Santos em análise da aplicação da lei de cotas no

vestibular de 2003 na UERJ destaca “o conceito de negros agora se tornou mais conciso e ao mesmo tempo abrangente não se fala mais de pardos e negros, mas somente em negros, que agora, em consonância com órgãos oficiais e com o Movimento Negro, unificam pretos e pardos. A vantagem argüida foi a de que, com esta nova denominação, aqueles brancos que poderiam se auto declarar pardos, mas que não possuem os traços fenotípicos mobilizados na discriminação racial, não se auto declarariam negros. Apenas o fariam aqueles pardos e pretos que efetivamente já foram ou têm a probabilidade de serem discriminados no padrão de relações raciais brasileiras” (SANTOS, 2006, p.120).

Os 24% dos entrevistados que se auto identificaram como negros tem a percepção de si como sujeito histórico diferenciado, com história, cultura e subjetividade próprias.

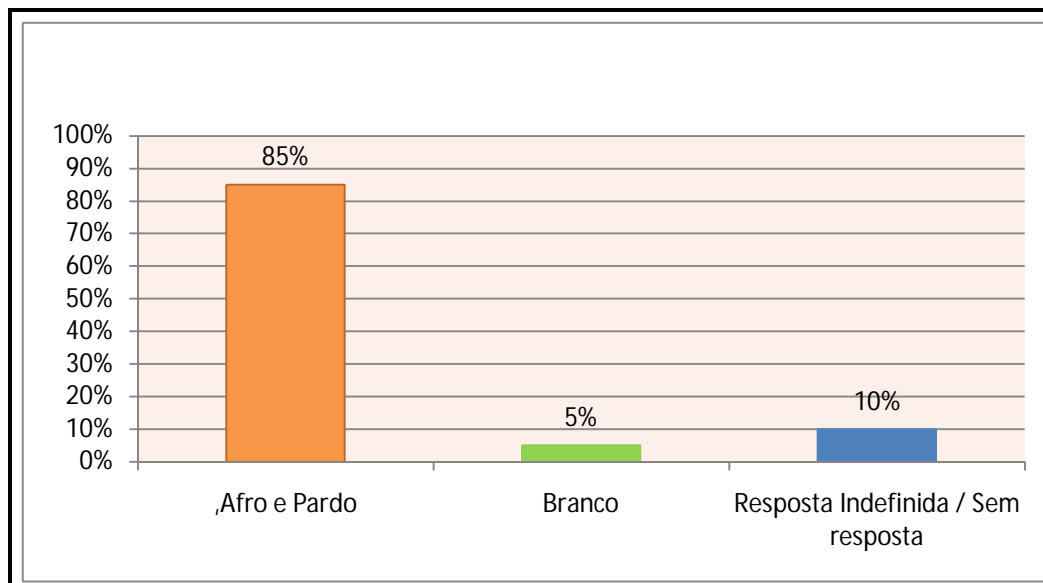
“[...] eu não precisava entrar pela cota, mas me declarei negra como auto-afirmação” (acad. 2).

GRÁFICO 12. SITUAÇÃO DE RAÇA, COR OU ETNIA DA MÃE DOS BOLSISTAS



Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010

GRÁFICO 13. SITUAÇÃO DE RAÇA, COR OU ETNIA DO PAI DOS BOLSISTAS



Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010

Os gráficos 12 e 13 foram analisados conjuntamente, pois se referem a como as famílias se classificam em termos étnicos. O questionamento sobre a situação familiar foi utilizada como uma confirmação do dado familiar, servindo de confirmação ou não da auto identificação individual.

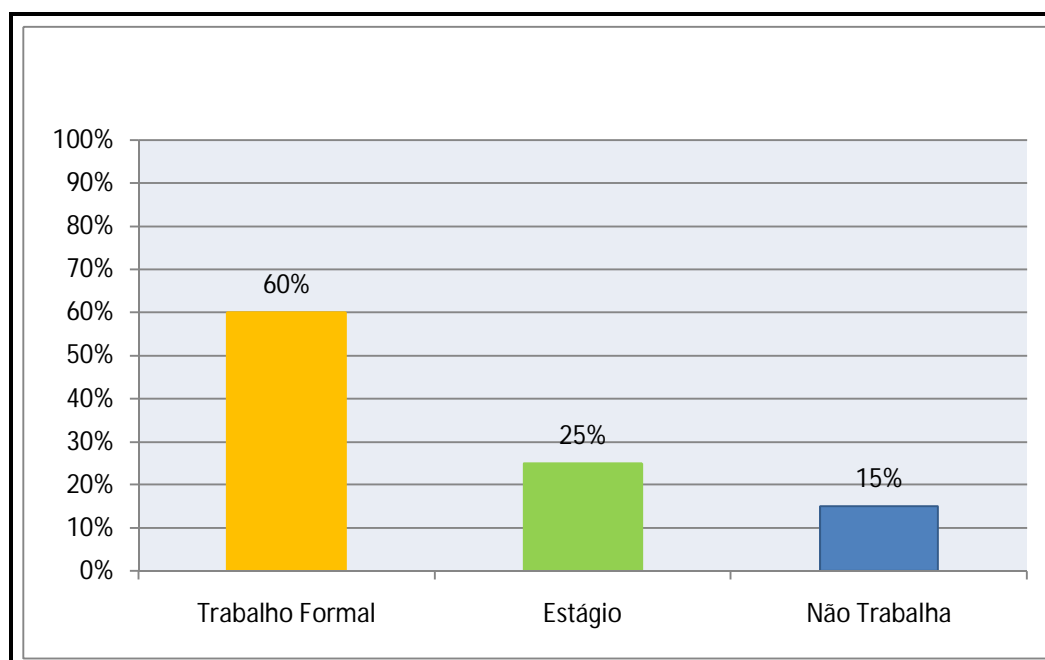
Hasenbalg e Silva (1992) apud BRANDÃO (2003, p. 43), “[...] a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD de 1982, mostram que os filhos de uniões inter-raciais no Brasil tendem a ser classificados pelos pais ou se auto classificar no grupo mais branco”.

No caso dos bolsistas da IES pesquisada, o percentual de pais não negros, isto é 30% das mães e 15% dos pais, não alterou o percentual de auto identificação dos entrevistados. Confirma-se assim: na análise do autor, quando individual ou grupalmente há vantagens em manipular ou escamotear a identidade étnica, as pessoas valem-se de tal expediente para fazer frente às pressões e ou barreiras que a sociedade lhes impõe. “[...] a situação vem corroborar que a manipulação da identidade étnica ocorre, quando escamoteá-la significa um ganho social ou um aumento de taxa de respeito” (CARDOSO de OLIVEIRA, 2006, p.45-46). Por outro lado, Feres Junior valendo-se de análises de estudos

de autores sobre dados do IBGE de 1998 diz: somente 2,1 % dos respondentes optou por identificar sua origem como africana. Se juntarmos a eles aqueles que optaram por origem negra (5,1%), o numero alcança 7,2%. Talvez mais importante que notar que entre pardos , o grupo mais significativo de não brancos [...] somente cerca de 10% identificam uma origem africana ou negra. É claro que parte dessa negação da afro descendência é produto da ideologia do branqueamento ainda forte em nossa sociedade, assim como a tentativa de fugir à discriminação que acompanha esta *marca*.(FERES, 2006, p. 57).

Na medida em que os bolsistas se vêm frente a algo (PROUNI) que funciona como discriminação positiva, iniciam o processo de auto identificação étnica, estas reações individuais apresentam repercussões coletivas que impactam o ambiente da IES reforçando-o como ambiente de acolhida e reforço ao diferente.

GRÁFICO 14. SITUAÇÃO DE TRABALHO DOS BOLSISTAS



Fonte: pesquisa de campo 2009/2010

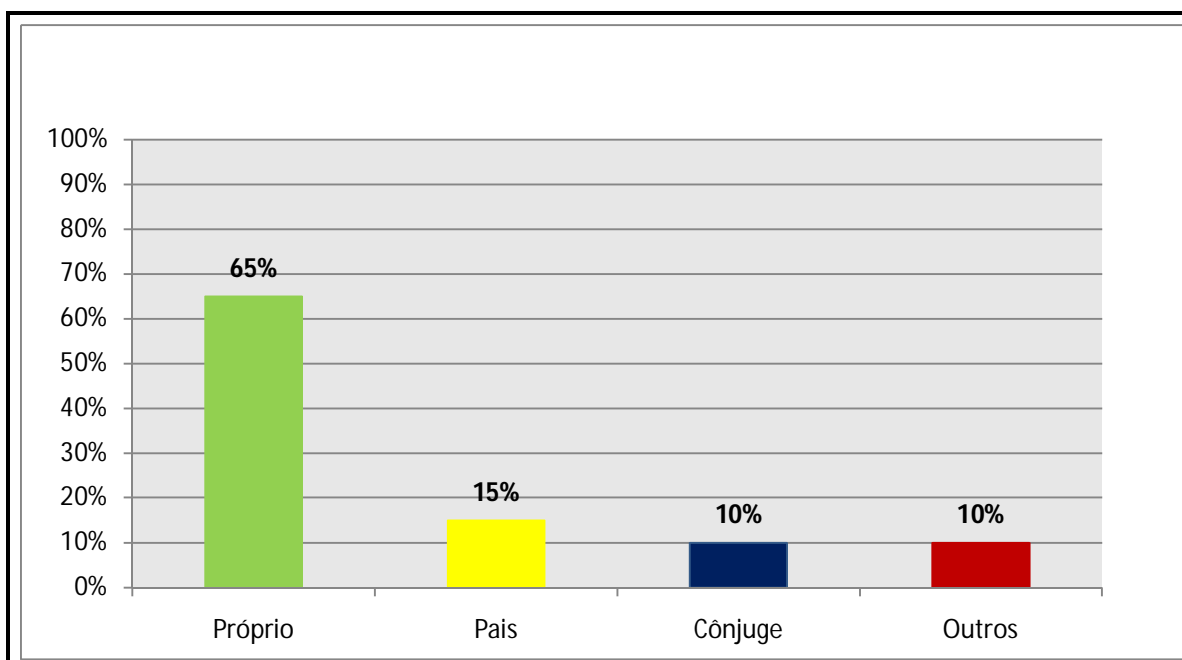
Considerando-se que os cursos da IES pesquisada, são noturnos percebe-se que existe uma tendência em abrigar um grande numero de estudantes trabalhadores. Tal

tendência se mantém também entre os bolsistas que apesar de receberem bolsas de estudo parciais ou integrais, buscam no trabalho formal ou em estágios remunerados a fonte para se sustento.

Apenas 15% alegam não estar no mercado de trabalho. Pela vivência da AS ela argumenta que: “alguns acadêmicos quando ingressam na IES, pelo PROUNI, encontravam-se desempregados, outros com uma remuneração baixa. Após alguns meses foram conquistando melhores cargos e salários. É perceptível o quanto estas pessoas conquistaram” (A.S.- IES).

Frente a este gráfico, percebe-se que mesmo entre os 15% dos acadêmicos que não trabalham, este dado não é indicativo de alta renda, mas muitas vezes, uma reafirmação da pobreza quase sempre aliada a um condicionante negativo. Uma situação exemplar é a acadêmica (acad.10) que é sustentada pela família, pois é ela quem se responsabiliza pelos cuidados com a avó idosa e doente.

GRÁFICO 15. RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DO BOLSISTA



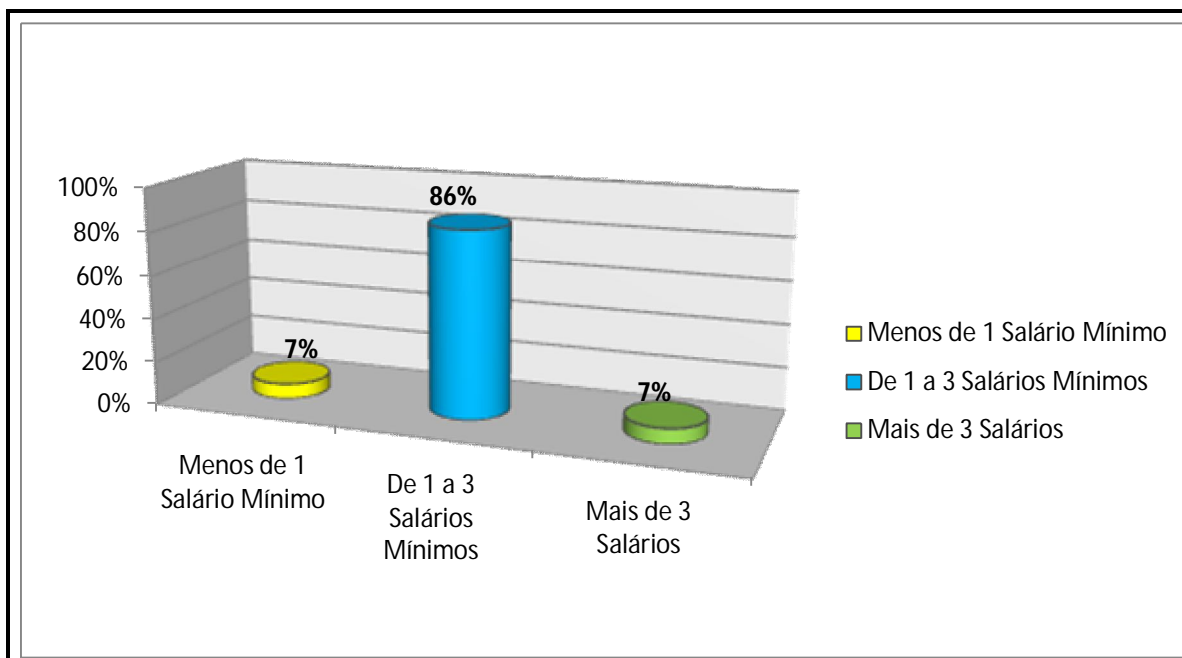
Fonte: pesquisa de campo 2009/2010

Uma das críticas que o programa recebia era da dificuldade que o bolsista tem em manter-se na faculdade; esta situação foi modificada pelo aprimoramento do financiamento estudantil FIES.

Questionados sobre quem responde pelo seu sustento, 65% dos acadêmicos são responsáveis pelo seu próprio sustento. Estes o fazem tanto através de emprego formal quanto por pequenos expedientes tais como: pesquisas de opinião, estágios não curriculares, pequenas vendas.

15% dos bolsistas contam com a ajuda dos pais. Considerando-se que o critério sócio econômico é de um salário e meio vigente para que o acadêmico receba o benefício integral, sem esquecer que o calculo é per capita, acredita-se que estas famílias façam grande esforço para arcar com o sustento dos acadêmicos, ainda que bolsistas.

GRÁFICO 16. RENDA FAMILIAR DOS BOLSISTAS



Fonte: pesquisa de campo 2009/2010

A maior incidência das famílias dos bolsistas da IES recai na faixa de 1 a 3 salários mínimos, caracterizando o grupo de bolsistas como os de classe social não privilegiada e

compatível com a avaliação do PROUNI em nível nacional que refere “que a concentração dos estudantes já atendidos pelo Programa encontra-se nas bolsas integrais que cobrem a totalidade da mensalidade e são ofertadas apenas àqueles com renda familiar *per capita* de um salário mínimo e meio” (MELLO e SILVA, 2008, p. 13).

Segundo o parecer dos acadêmicos todos tiveram acesso às bolsas PROUNI através do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, que é a via de acesso ao programa. Não tiveram dificuldades em inscrever-se ou habilitar-se o que denota ser um grupo com facilidade de acesso aos meios de comunicação e outros meios utilizados para divulgação deste programa federal.

Especificamente sobre as características do PROUNI os acadêmicos apresentaram respostas que o conceituaram “como programa do governo federal de inclusão, que oferece bolsas de estudo para pessoas sem condições de custear uma faculdade, porém o programa exige o cumprimento de alguns requisitos como renda, etnia ensino médio em escola pública e em alguns casos deficiência” (acad. 3).

“é uma política afirmativa de reparação para pobres e negros” (acad.2).

“é um sistema de bolsas do governo” (acad.4).

Estas respostas comparadas com o parecer da assistente social “o maior desafio consiste em tornar o programa conhecido pelos alunos beneficiados pelas cotas da política afirmativa para afro descendentes. O candidato se inscreve nas cotas e não tem consciência e nem conhecimento do direito adquirido e da luta de muitas pessoas (movimento social) para tornar esse direito uma política pública” (A.S. - IES) demonstram a necessidade de complementação do programa com ações que reforcem a reflexão e análise da questão negra no país.

Assim como analisaram os coordenadores e a A.S. também os acadêmicos bolsistas percebem a necessidade de aprofundar discussões e fazer com que a questão do afro descendente e do indígena, passe a fazer parte do currículo como forma de publicitar a discriminação e o preconceito existentes de forma camuflada, no meio universitário e na sociedade como um todo.

Quadro 4. Ações Institucionais que analisam a situação do afro descendente

Ações institucionais:	%
Discussão nas aulas\currículo	7,5%
Durante o Interdisciplinar	30%
Nos eventos sobre o tema	56%
Outros	6,5%

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010.

Ao serem interrogados sobre quais as ações da faculdade eram percebidas como mobilizadoras de discussão sobre a questão do afro descendente: 56% citaram evento sobre o tema, algo que nos últimos seis anos tem dado oportunidade de discutir a história, cultura e produção acadêmica, dos afro descendentes. O fato de conseguirem destacar a Semana da Consciência Negra como evento no qual a faculdade apresenta oportunidade de discussão e reflexão sobre a problemática é de substancial importância na medida em que do mesmo participam movimentos sociais da cidade e acadêmicos sensíveis para significado do tema. Ainda assim, se for considerado o fato do evento ser institucional pode-se destacar que é alta a parcela dos acadêmicos que não o vêem com a importância necessária;

As alterações e inovações introduzidas no currículo dos diversos cursos foram percebidas 7,5% dos acadêmicos, tal fato deve ser analisado com a participação dos docentes e gestores destacando principalmente, em que medida os acadêmicos tem participado das discussões que envolvem sua formação. Enquanto 30% destacam o Interdisciplinar, atividade pontual e ainda realizada na maioria das vezes, segundo as características do curso. Geralmente tal atividade é realizada com participação direta dos acadêmicos, daí o destaque apontado por eles. Ainda assim "institucionalmente devemos realizar e buscar esclarecer, analisar pontos polêmicos para que a comunidade entenda a importância dos programas." (coord.1).

"A rigor, o PROUNI inicia a possibilidade da formação de elites intelectuais comprometidas com suas origens, visto que o sentimento de pertencimento a determinados

grupos - quer sejam afro descendentes quer sejam indígenas é condição para acesso às bolsas” (LAZARO, 2008, p. 27).

O interesse pelo seu grupo étnico e a percepção de investiu-se no acadêmico foi investigada como uma forma de conhecimento e disponibilidade para ações concretas que a comunidade étnica poderia esperar.

Quadro 5. Possibilidade de contribuir com sua comunidade

Considerações		%
Acha viável, mas depende das circunstâncias	3	15%
Depende do ramo do trabalho e interesse do aluno	4	20%
Sem duvida é forma de retribuir o que recebeu	14	65%

Fonte: Pesquisa de campo 2009/2010.

O grupo de acadêmicos que percebe a possibilidade de devolver à comunidade aquilo que recebeu, é o maior dentre os bolsistas, 65%. Contudo não relacionam comunidade com grupo étnico. Um grupo envolvendo 15% dos acadêmicos deixa antever um distanciamento que reflete que desconhecem as políticas afirmativas como fruto de luta dos movimentos sociais. As respostas de 20% dos acadêmicos colocam os entrevistados como pertencentes a realidades independentes das dos afro descendentes dos quais em principio deveriam fazer parte.

- “tenho certeza que o estudante bolsista ao formar-se [...] poderá contribuir com sua comunidade, pois abre possibilidades de formar uma nova elite com capacidade de novos horizontes. Senti falta de outros encontros com o PROUNI” (acad.6). Com esta abordagem

o acadêmico sinaliza algo que não teve oportunidade de vivenciar com maior intensidade durante seu curso, isto é, mais reflexão e discussão sobre o que representa sua comunidade de origem, muitas vezes desconhecida ou até motivo de rejeição considerando-se o preconceito existente frente aos grupos étnicos.

- “depende de que ramo de trabalho e interesse que o aluno siga em sua vida” (acad.4).

Na medida em que não se dá oportunidade de vislumbrar a responsabilidade com seus pares o PROUNI alcança apenas os objetivos individuais sem que se perceba o enfoque coletivo.

- “considero que sim, pois uma bolsa PROUNI é vivência de cidadania” (acad.7)

O esperado crescimento do número de profissionais afro descendentes com formação superior virá seguramente desencadear um efeito multiplicador de melhoria nas condições econômicas, sociais e educacionais das famílias e comunidades que ainda hoje amargam os efeitos nefastos da escravidão e da discriminação racial (MATTOS, 2003, p.149).

Relembrando a fala de Milton Santos sobre a necessidade de o negro estar entre seus iguais e com eles discutir sobre as questões de seu cotidiano, o grupo de acadêmicos foi questionado sobre: conhecimento de grupos de Movimento Negro e se participavam dos mesmos. Curiosamente todos os acadêmicos demonstraram conhecer a existência de grupos do Movimento Negro independente do objetivo dos mesmos. Apenas um (1) acadêmico alegou pertencer ao Movimento Negro, participando do grupo de *capoeira* e *hip hop* dos jovens do bairro onde mora.

A análise sobre a visão que os acadêmicos têm dos impactos que a implantação e implementação do PROUNI causaram na IES deixa transparecer um grupo de afro descendentes que não se sente intimidado ou em desconforto na instituição, um grupo que conseguiu identificar as dificuldades e facilidades existentes, assim como bloqueios e barreiras que ainda precisam ser vencidos. Este conjunto de reflexões a exemplo do que foi realizado com o parecer de coordenadores e Assistente Social, pode ser assim sintetizado:

- o desconhecimento sobre o PROUNI por parte dos acadêmicos configura-se como complicador no desenvolvimento de maior número de atividades que tratem da diversidade;

- há necessidade de incentivo para que se desenvolvam atividades interdisciplinares que envolvam todos os cursos, favorecendo assim reflexões sobre identidade, diversidade e multiculturalismo;

-desenvolvimento de atividades que tratem da diversidade e que tenham acadêmicos como protagonistas favorecerá o desvelamento do papel que os mesmos deverão, em principio ter nas suas comunidades de origem sendo elas familiares ou de espaço, mais ainda se representarem movimentos sociais integrados a sociedade mais ampla;

- muitos acadêmicos iniciam seu processo de auto identificação, quando entram na instituição, exigindo da A.S. acompanhamento individual ou mesmo familiar, que ajude no enfrentamento de preconceitos e bloqueios que não favorecem o incentivo a auto-estima;

- a maior incidência de jovens que entram no ensino superior através do PROUNI alterou a característica de grupos mais idosos no ensino noturno, tornando-o mais dinâmico e exigindo um nível de discussão que crie expectativas mais adequadas ao novo mundo do trabalho que está na expectativa destes jovens;

- a diversidade das pessoas freqüentadoras dos cursos da instituição torna mais rica e criativa a vivencia universitária;

- reconhecimento do racismo e preconceito como elementos presentes na sociedade brasileira e o comprometimento com a luta contra os mesmos.

Quadro Síntese 3

Síntese dos impactos no âmbito da organização da FSDB, a partir da implantação do PROUNI para afro descendentes, na visão dos acadêmicos bolsistas entrevistados.

- Percebeu-se por parte dos acadêmicos, desconhecimento sobre Políticas afirmativas e o PDI da instituição, o que levou a FSDB a adequar o acompanhamento dado aos bolsistas;
- Uma parcela dos bolsistas vêem na auto identificação uma resposta à Política de ação afirmativa;
- A FSDB passou a receber um percentual de acadêmicos bolsistas que alterou a faixa etária atendida, reforçando a linha de formação apresentada no PDI;
- A aceitação e incentivo do jovem como protagonista de suas ações, deu-se em resposta a implantação do PROUNI e propiciou reorganização da forma de atendimento dos acadêmicos como u todo;

Os dados pesquisados e analisados no presente trabalho mostram uma realidade que apesar de vivenciada em uma IES de Manaus-Amazonas, refletem um momento em que o mundo se posiciona contra atitudes que estão em todas as partes acobertadas ou não por formas de exclusão que ao inviabilizar parte de sua população enfraquece a todos de uma mesma maneira. A educação superior ao seu tempo e modo, faz com que seus envolvidos reflitam sobre as possibilidades de uma nova configuração de sociedade onde a equidade seja a balizadora de oportunidades para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada numa IES de Manaus teve como intuito conhecer o impacto sofrido por esta quando da implantação do PROUNI, no que se refere à entrada de acadêmicos bolsistas afro descendentes. Levando-se em conta que historicamente a população afro descendente é excluída do ensino superior brasileiro foi relevante analisar quais foram os aspectos positivos e as dificuldades levantadas a partir da entrada deste grupo de bolsistas na IES pesquisada. Percebe-se que pelas características da problemática, a IES vem apresentando adaptações requeridas para que possa acompanhar as discussões que acontecem no país e no mundo sobre a diversidade entre os povos. Vive também um processo no qual a necessidade de respeito e conhecimento das diferenças étnicas que condicionaram e ainda condicionam os desequilíbrios sociais fazem com que as pessoas tenham que rever seus posicionamentos frente ao diferente.

O Brasil, a exemplo de outros países da América Latina, teve seu processo de colonização marcado pela exploração e destruição da cultura dos povos que habitavam suas terras antes da chegada dos portugueses, colonizadores. Efeitos históricos e sociais são percebidos até hoje nos desequilíbrios e diferenças que marcam a sociedade bloqueando oportunidades das chamadas minorias étnico raciais. Atualmente como signatário da 3ª Conferencia contra o racismo (2002-África do Sul) o país posicionou-se a favor da luta contra o preconceito, racismo e formas correlatas de discriminação, estabelecendo políticas compensatórias que resgatem a auto estima das vitimas de preconceito e assumindo o silencio histórico sobre o racismo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB e posteriormente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, deram base para que fossem estabelecidas decisões que respondessem às necessidades apontadas por dados que mostram desigualdades entre brancos e negros em várias áreas, prioritariamente são preocupantes os dados voltados à Educação.

A Educação constitui-se como um dos instrumentos básicos para a mudança de mentalidade de um povo. Cabe a escola como espaço de vivência crítica, de forma democrática e comprometida com a formação do ser humano na sua integralidade, estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias dos povos formadores da nação. A educação abre caminhos para a cidadania de um povo.

Neste estudo foi focado o Programa Universidade para Todos - PROUNI, criado pelo Ministério da Educação - MEC como uma alternativa pedagógico-educacional que garanta a todos o ingresso, a participação e a aprendizagem nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Sua particularidade de privilegiar a entrada de afro descendentes no ensino superior como forma de vencer desigualdades foi analisada como uma política de cotas afirmativas cuja implantação teve impacto numa IES de Manaus - Amazonas.

As políticas afirmativas têm como foco principal criar mecanismos que funcionem como discriminação positiva fazendo com que as populações às quais elas se destinam sintam-se estimuladas a se auto identificarem e, conseqüentemente, se auto afirmarem, reconhecendo seus direitos sociais e de cidadania.

A constatação que a educação constitui-se como instrumento de inclusão social, principalmente de camadas menos privilegiadas da sociedade, é uma realidade. Percebe-se que a adoção de políticas afirmativas constitui-se mais que benesses. Trata-se de um reconhecimento do governo brasileiro sobre as causas estruturais das desigualdades raciais e sociais que exigem como resposta ações compensatórias que permitam o acesso das pessoas negras à cursos profissionalizantes e à universidade. Cabe às universidades públicas e/ ou privadas criar mecanismos que favoreçam a entrada e manutenção de representantes deste seguimento (negros e/ ou afro descendentes) em instituições de ensino superior.

Numa análise simplista a formação universitária pode ser almejada apenas como status social e econômico ou ascensão profissional, mas o ser humano tem e pode oferecer uma contribuição mais substancial à sociedade em que vive. O acesso à escolarização, principalmente ao ensino superior abre novas perspectivas e possibilita o exercício de

profissões melhor remuneradas. Isto além de promover mobilidade social, contribui para construção e reforço da identidade, fazendo com que o convívio com as diferenças atue de modo efetivo no combate ao racismo e formas correlatas de discriminação.

Sem esta postura por parte das instituições de ensino os participantes das classes populares, principalmente aqueles com ancestralidade negra terão mais dificuldades em vencer as barreiras de classe, preconceito e de exclusão que cercam o ensino superior brasileiro.

O estudo do impacto da implantação de políticas afirmativas na IES foi de substancial importância para a reafirmação de princípios da pedagogia salesiana, assim como a adequação de currículo a uma nova realidade que percebe o respeito à diversidade como caminho para democratização do ensino e da sociedade.

Ao adotar o Programa Universidade para Todos – PROUNI criado pelo Governo Federal em 10/09/2004, por meio da Medida Provisória Nº 213, institucionalizada pela Lei nº11. 096/2005, a IES teve que alterar sua forma de selecionar os acadêmicos que deveriam receber bolsas de estudo, passando a receber bolsistas selecionados pelo Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM um sistema que conjuga à qualidade e mérito a possibilidade de auto identificação para indígenas, afro descendentes e às pessoas com deficiência como forma de inclusão e reparação social.

Num Estado como o Amazonas, onde sistematicamente se nega a presença de afro descendentes, aos poucos foi sendo dada visibilidade às pessoas que tiveram sua identidade sistematicamente negada. A IES pesquisada foi o primeiro estabelecimento de ensino a ter um grupo de estudantes afro descendentes, que pela primeira vez puderam discutir o que significava ser negro em uma sociedade racista e preconceituosa. É também neste espaço que de forma também pioneira, ocorrem atividades curriculares que marcam a Semana da Consciência Negra, onde acadêmicos negros e brancos discutem a importância de se lutar por uma sociedade mais justa e equilibrada.

Estes dados aparentemente simples representam um espaço aberto para reflexão e desvelamento sobre quais impactos (dificuldades e facilidades) estiveram presentes neste processo e de que forma afetaram os atores envolvidos. A forma como a Assistente Social

gestora do programa tem percebido o acompanhamento dos acadêmicos bolsistas, assim como as dificuldades sentidas para a implantação do mesmo deixam bem claro por um lado a predisposição positiva em enfrentar as discussões, dúvidas e desafios que vem como consequência de situações às vezes desconfortáveis nas quais têm que se mexer em feridas e medos escondidos causados por erros culturalmente aprendidos; e por outro as dificuldades em lidar com desconhecimento e incompreensões sobre o processo vivido pelos movimentos sociais até a chegada às políticas afirmativas.

Um desafio identificado é a difícil compreensão apresentada pelo candidato beneficiado pelas cotas para afro descendente, que não tem consciência nem conhecimento do direito adquirido e da luta do movimento social para tornar esse direito uma política pública, este pode ser considerado um impacto negativo na medida em que a IES, apesar de ter a diversidade como elemento em seu PDI, precisa propor-se a intensificar as reflexões e discussões sobre o assunto, facilitando assim a auto identificação de muitos de seus acadêmicos e uma melhor visão sobre a sociedade como um todo.

As respostas dadas pelos coordenadores de cada um dos cursos da instituição representaram não só posicionamentos pessoais, mas também a disponibilidade em enfrentar o desafio que ainda representa o colocar-se contra o racismo e o preconceito, através de atitudes e ações que priorizem o ensino e o aprendizado a favor de mudanças de atitudes e formação de visão crítica sobre o cotidiano de diferentes estratos da população. Muitos se disponibilizaram em trazer para dentro dos muros da instituição as contradições que envolvem a diversidade, outros se dispuseram a aprender sobre as novas culturas historicamente invisibilizadas.

O estudo realizado refletiu um momento de transição vivido não somente pela instituição, mas também pela sociedade manauara que através de fóruns e conferências se ver forçada a dar visibilidade à população afro descendente. O preconceito e o racismo admitidos no outro, ainda se configuram como *vergonhas* não admitidas em si próprio; mas que pelo processo desencadeado a nível mundial, começam a fazer parte do cotidiano, a exemplo dos países que agora passam a perceber os seus diferentes como dignos de serem ouvidos e melhor conhecidos.

As mudanças substanciais necessárias, não ocorrerão em curto prazo, contudo, é indispensável que institucionalmente a IES assuma o compromisso com o PROUNI considerando integralmente os objetivos do programa, que envolvem a reflexão, formação e incentivo para que o acadêmico bolsista tenha um papel de relevância em sua comunidade. Hoje a IES não pode naturalizar a pequena participação de afro descendente na vida universitária.

Os coordenadores apresentaram como maiores dificuldades o desconhecimento sobre o programa e a forma como são estruturadas as grandes atividades (interdisciplinar e eventos) muito voltadas para cursos específicos e ainda sem atingir a faculdade como um todo. Foi destacada também a necessidade de maior discussão sobre a introdução de mudanças curriculares realizadas nos cursos, prioritariamente aprofundando temas como diversidade, multiculturalismo e políticas afirmativas.

O impacto visto sob o foco dos acadêmicos denota uma confiança e segurança na IES como instituição onde não transparece discriminação, contudo a maioria não consegue perceber o PROUNI como parte de uma política pública de inclusão de chamadas minorias. Desenvolvem um processo de auto identificação que está em fase de reflexão, tanto que apenas um dos entrevistados participa de movimentos sociais e sente-se como elemento que poderá influir junto a seus pares.

Quanto ao nível de aceitabilidade, todos os envolvidos alegam tratar-se de um programa com alto valor social e que dá resposta necessária a uma problemática que afeta grandes parcelas da população. A Assistente Social destaca o fato da contrapartida oferecida à instituição pelo governo federal ser uma forma de pagamento que isenta os acadêmicos bolsistas de constrangimentos ou situações nos quais se sintam intimidados ou humilhados e dá à instituição aporte financeiro que faz com que o acadêmico bolsista PROUNI seja mais uma fonte de renda.

A presença dos alunos do PROUNI fez com que a instituição alterasse a faixa etária prioritária, que se caracterizava por ser de acadêmicos mais velhos. Os novos acadêmicos estão dentro da faixa considerada esperada para alunos do ensino superior regular. Percebe-se que a IES continua como uma faculdade com nível de qualidade de ensino que não foi

alterado pela entrada de acadêmicos bolsistas, fator este que em algumas faculdades pesquisadas é colocado como prejudicial ao nível da instituição de ensino. O convívio com o novo e o diferente abre para todos, a perspectiva de aprendizado e de vivências que levam ao crescimento intelectual e pessoal que findam por alterar positivamente a sociedade onde a IES está inserida .

Os objetivos propostos para o estudo foram alcançados, e fizeram com que os acadêmicos identificados como afro descendentes bolsistas tivessem a oportunidade de sentirem-se como parte de um grupo que tem uma historia a partir da qual pode construir sua identidade pessoal e coletiva, com poder de influencia e participação cidadã nesta sociedade.

RECOMENDAÇÕES À IES

As sugestões que são apresentadas baseiam-se no estudo realizado, assim como em experiências similares analisadas durante o período da pesquisa, e com elas pretende-se que a IES continue a construir uma experiência de educação que responda às necessidades da sociedade manauara. Para tanto considera-se fundamental que:

- o PDI da instituição seja analisado pelos docentes com maior profundidade;
- se garanta como norma institucional a transversalidade das ações que reforcem o conhecimento e a valorização da diversidade da sociedade;
- o PROUNI seja conhecido não só pelos bolsistas, mas pela instituição como um todo, como programa que faz parte de uma política pública de ação afirmativa;
- a pedagogia salesiana esteja disseminada de forma concreta nos currículos dos cursos;
- sejam incentivadas pesquisas ressaltando aspectos étnicos raciais da população regional;
- seja trabalhado com o corpo docente alternativas de intervenção que favoreçam a reflexão sobre diversidade, reparação, justiça distributiva e inclusão em todos os níveis;
- se intensifique o acompanhamento dos bolsistas reforçando-os para garantir acesso e permanência destes no ensino superior e incentivando-os a uma participação transformadora em suas comunidades de origem.

A pesquisa demonstrou que o PROUNI ao introduzir as cotas para os afro descendentes na IES pesquisada fez com que a problemática desta população tivesse que ser enfrentada admitindo-se todos os bloqueios naturalizados pela sociedade, assim como o preconceito e a invisibilidade a qual o negro no Amazonas tem sido relegado.

REFERÊNCIAS

AMMA. **Identificação e Abordagem do Racismo Institucional. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Apoio Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** S/ data.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo. **Discutindo a Escolarização da População Negra em São Paulo entre o Final do Século XIX e Início do XX.** In **História da Educação do Negro e outras histórias.** Jeruse Romão (org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD. - Brasília: Ministério da Educação. 2005

BARBOSA DA SILVA, Jose Filho. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

BENTO, M. Aparecida S. **Branqueamento e Branquitude no Brasil.** In **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil/org.** Iracy Carone e M. Aparecida S. Bento - Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BRANDÃO, A. A. Pereira. **Raça, demografia e indicadores sociais.** In **Relações Raciais e Educação novos desafios.** Iolanda de Oliveira (org.)-Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRANDÃO, C. da Fonseca. **As cotas na Universidade pública brasileira: será esse o caminho?** –Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.**

_____ **Lei 10639. Brasília. 2003.**

_____ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 213, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004.**

BRASIL. **Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial. Texto base da 1ª Conferencia Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-CONAPIR. Secretaria Especial- SEPPIR, 2005.**

CANDAU, Vera M. Ferrão. **Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s). Educação & Sociedade.** Volume 23, nº79. Campinas, 2002. <http://www.scielo.php>, consulta em 27/06/2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da Identidade: Ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Paralelo 15. 2006.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior.** São Paulo: Attar Editorial, 2005.

CASTELLS, Manuel – **La crises de La sociedad de La rede global: 2001 y después..**

COLOMBO, S. **Gestão Educacional.** Porto Alegre- ARTMED. 2004

CONRAD, Robert Edgard. Tumbeiros. São Paulo. Brasiliense, 1985. **In Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** Nei Lopes. São Paulo: Selo Negro, 2004.

COSTA, Emilia Viotti. **História, Metáfora e Memória: A revolta dos escravos de 1823.** In Da interdição escolar às ações educacionais de Sucesso. Geraldo da Silva e Márcia Araujo. História da Educação do Negro e outras histórias. Brasília: MEC/SECAD, 2005

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. **Algumas reflexões sobre a Pesquisa Histórico-Sociológica Tendo como Objeto a Educação da População Brasileira.** In História e história da Educação/ Demerval Saviani, José Claudinei Lombardi, José Luis Sanfelice (orgs)- 3.ed.- Campinas, SP; Autores Associados: HISTEDBR, 2006.

FAZZI, R. de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras – Socialização entre pares e preconceito.** Belo Horizonte: Autentica, 2004.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afro-descendente identidade em construção.** São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FOLLMANN, J. Ivo. **Ensino superior: ainda há muito o que fazer. Em entrevista à IHU On-Line.** Fonte: Instituto Humanitas Unisinos – <http://www.unisinos.br/ihu/> consulta em 03/06/09.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____ **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____ **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. 7ª reimpressão.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1984. Apud Muller, M. L.R. Produção dos Sentidos e Institucionalização de idéias sobre Mulheres Negras. Cadernos Negros. - Periódico do P. de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. nº 8 dez. 2006.

GHEDIN, Evandro. **O conhecimento resultante da pesquisa como experiência fundante do ensino superior.** Material digitado. 2007.

GOMES, Romeu. **A Análise de dados em pesquisa qualitativa.** In Minayo, M. C. de S.(org.). Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade. 22ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

GONÇALVES e Silva, Petronilha B. **Negros na Universidade e produção do conhecimento.** In Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Gonçalves e Silvério org.-Brasília: Instituto N. de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

HADDAD, Fernando. **O impacto do Prouni**. O impacto do Prouni sobre a qualidade da educação de nível médio e superior no curto prazo. Fonte Folha de São Paulo, texto resumido-31/08/06. <http://www.prouni.com.br> consulta em 10/12/2009.

HERINGER, Rosana. **Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: Um balanço do período 2001- 2004**. In Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas/J. Feres Junior e Jonas Zoninsein (org.). - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. Apud Discutindo a escolarização da População negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX. Surya A.P.de Barros. Artigo.

IGLESIAS, Francisco. **Constituintes e Constituições Brasileiras**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A.,1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais, SIS 2009, coord. Ana Lúcia Sabóia, 2009**.

LAZARO ANDRÉ. **Educação e Desigualdade: O papel do PROUNI**. In Revista PROUNI-MEC/SESu. Edição 01/2008.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARIN, José. **Anotações do módulo de mestrado**. Globalizacion, Educacion y Diversidad cultural. 2007.

MELLO, P.B. e Silva, F.M. **PROUNI – Quatro anos de história**. In Revista PROUNI-MEC/SESu. Edição 01/2008.

MINAYO, M. C. de S.(org.). **Pesquisa Social Teoria, Método e Criatividade**. 22ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 12 ed.-São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

MOTA, Ronaldo. **PROUNI - Porta aberta para a inclusão**. In Revista PROUNI-MEC/SESu. Edição 01/2008.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil - Um ponto de vista em defesa das cotas**. In, Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Gonçalves e Silva, Petronilha Beatriz; Silvério, V. Roberto. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

NOGUEIRA, J. Barbosa. **Metodologia da Pesquisa em Saúde**. Manaus: FSDB. Editora, 2007.

OLIVEIRA, D. J. da Silva. **O ser negro no Brasil hoje**. In, Afirmado direitos – acesso e permanência de jovens negros na universidade/org. Nilma L. Gomes e Aracy A. Martins-Belo Horizonte: Autentica, 2004.

OLIVEIRA, M. Marly. **Projetos, Relatórios e Textos na Educação Básica- como fazer**. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PADILHA, Paulo Roberto. **Currículo intertranscultural: novos itinerários para a educação**. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

PINTO, P. G. H. da Rocha. **Ação Afirmativa, fronteiras raciais e identidades acadêmicas**. In Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas. J. Feres e J. Zoninsein (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. - São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. -(Biblioteca básica).

REZENDE, M. Alice e Santos, R. **Educação, gênero, pobreza e a pertinência das ações afirmativas**. In Democracia Viva. Edição Especial nº34, jan/mar 2007. Instituto Brasileiro de Análises Social e Econômico- IBASE.

RISTOFF, Dilvo I. **A tríplice crise da universidade brasileira**. In Universidade em ruínas: na república dos professores / Helgio Trindade (organizador). - Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDDES, 1999.

ROSAR, **Maria de Fátima Felix**. Existem Novos Paradigmas na Política e na Administração da Educação? In Política e Gestão da Educação/Dalila Andrade Oliveira e Maria de Fátima Felix Rosar-2.ed.-Belo Horizonte : Autentica, 2008.

SANTIAGO, Isabel. C. Escócio. **Impactos da Implantação do Modelo de Estrutura Curricular por competências em cursos técnicos no CEFET-AM**. Dissertação de Mestrado. UFMG 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade**. 10ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, R. Emerson. **Por uma Educação Anti-racista: desafios aos cursos pré-vestibulares populares para negros**. In O Programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista. Braga, M. L. de S. e Silveira, M. H. V.(org.)- Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.

Política de Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras – O caso UERJ. In Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas. J. Feres e J. Zoninsein (org.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional.** 2ª edição revista e ampliada- Campinas, SP: Autores Associados, 2008 (Coleção Educação Contemporânea).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Racismo no Brasil.**-São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, G. da e Araujo, M. – **Da interdição e do acesso do negro à educação.** In História da educação do negro e outras histórias. Jeruse Romão (org.). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade-SECAD. - Brasília: Ministério da Educação. 2005

SILVA, José de Souza. Uma época de mudanças ou uma mudança de época? - <http://www.sol.edu/contenidos>. 2007

SILVA, Maria do Socorro. **Educação como Direito.** In Direitos Humanos no Brasil - Diagnóstico e Perspectivas / Claudio Moser e Daniel Rech (orgs.). Coletânea CERIS, Ano 1,n.1(2003).Rio de Janeiro: CERIS/Manaud, 2003.

SISS, Ahyas. **Afro brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas.**-Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** - Brasília: Líber Livro Editora, 2004. 2º edição, 2008.

TRINDADE, Hélgio (org.). **Universidade em ruínas na república dos professores.** 2ed- Petrópolis RJ:Vozes.Rio grande do Sul:CIPEDS, 1999.

UNIVERSIDAD POLITÈCNICA SALESIANA. **Texto base do Tema: Teoria da Gestão Educativa, 2008.**

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em Educação: A Observação.** Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

VILLANUEVA, Pascual Chávez. **Estreia 2009.** Tradução: José Antenor Velho. São Paulo: Editora Salesiana.

ZONINSEIN, Jonas. **Minorias Étnicas e a Economia Política do Desenvolvimento.** In Ação Afirmativa e Universidade: experiências nacionais comparadas/J. Feres Junior e Jonas Zoninsein (org.). - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

INTERNET:

-<http://icci.nativewes.org/boletim/25/Souza-html>

consulta em 14/05/2007

-<http://www.sol.edu/contenidos/mgev/ve003aula1>

consulta em 17/05/2007

-<http://www.negritude@tude@yahoo.com.br>

consulta em 17/03/2009

-<http://www.mec.gov.br/prouni>

consulta dez.2009.

NOTAS

1- Globalização. Autores como Manuel Castells, Amartya Sen, Akyra Goto, Brendan Barren, Ryzard Rozaga, James Petras y Eduardo Aninat, trabalhados no módulo Región y globalización www.sol.edu/contenidos/mgev_consultaem_03/04/2007, desenvolvem o processo como uma nova revolução, ligada as mudanças tecnológicas. Outros autores como Adolfo Ferrer, Inmanuel Walerstein e outros analisam o processo pelo foco das mudanças político-econômicas que estabeleceram uma nova ordem econômica mundial. Boaventura Sousa Santos destaca o fenômeno como multifacetado com dimensões econômicas sociais... interligadas de modo complexo.

2- Boçal. Na época, boçal queria dizer “aquele que não conhece a língua” e era o termo oposto a ladino, que se referia aos cativos já ambientados ou nascidos no país. (SCHWARCZ, 2001).

3- Escravizado. Segundo VIANNA no livro Consciência Negra (2007) é aquele que foi privado da sua liberdade, porém não aceita a vontade absoluta de um senhor, o africano escravizado na colonização do Brasil, apresentou inúmeras formas de resistência à esta condição.

4- Art.179, inciso XXXII. A primeira constituição brasileira refere-se a educação em seu ultimo artigo no inciso XXXII que estipula “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.(CAMPANHOLE & CAMPANHOLE 1983, p.653 apud Saviani, 2008).

5- Lei Nº 1, de 4 de janeiro de 1837, que no seu artigo 3º rezava:

Art.3º São proibidos de freqüentar as escolas públicas:

1º Todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas.

2º Os escravos e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.

Dados fornecidos por PERSES CANELLAS apud Siss, 2003.

6- Pretos. O IBGE em seus censos vale-se do vocábulo preto e pardo para designar o afro descendente, quando de seu processo de auto identificação. Para LOPES (2004) preto é “denominação que recebe no Brasil o negro de pele mais pigmentada que o mulato. A época da escravidão, o vocábulo era sinônimo de escravo”. O movimento negro conseguiu que no censo de 2010 a auto identificação privilegie o vocábulo negro ou afro descendente. Neste estudo os dados do IBGE serão apresentados seguindo-se a designação considerada como oficial na época do censo.

7- Os conceitos de inclusão e exclusão social referem-se geralmente à posição do individuo ou grupo frente a sociedade. São conceitos estreitamente ligados a cidadania e garantia de direitos. Na sociedade brasileira, principalmente após a Constituição de 1988 a discussão sobre em que tipo de sociedade se quer ser incluído é uma das bases da participação democrática.

8- Afro descendente. No presente estudo optou-se por utilizar afro descendente e negro como sinônimos, seguindo a linha do pesquisador Barbosa Filho que lembra que os mesmos são foco de discussões entre estudiosos, para alguns significando uma cópia dos negros norte americanos e para outros uma afirmação de nossa brasilidade e africanidade (SISS, 2003; Nascimento, 2003; Barbosa, Silva e Silvério, 2003, apud Barbosa Filho, 2006, p.19).

9- Raça e Etnia. Neste estudo não coube entrar nas diferenciações entre os termos raça e etnia, cabe destacar que a linha teórica adotada segue a postura de estudiosos que aceitam a existência de uma única raça “a grande raça humana” (LOPES, 2004, p.557). Deixando de levar em consideração as teorias de Gobineau, Le Bon e Taine que viam nos atributos físicos traços de distorções morais ou mesmo as teorias de Nina Rodrigues, Silvio Romero e João Batista Lacerda que tanto repudiavam a miscigenação e seus efeitos negativos para a nação. O projeto de branqueamento por eles defendido, previa que gradativamente o país se tornaria ocidental e branco, na medida em que por assimilação e dizimação desapareceriam os negros e índios. Hoje a *diversidade étnico-racial* é um conceito trabalhado e difundido pelos movimentos sociais e aceito pelas esferas governamentais responsáveis pela implementação de leis de promoção de igualdade racial

10- Democracia racial, considerada por estudiosos como “mito”, na medida em que considerava a convivência de três povos formadores da sociedade brasileira como ordeira e pacífica; sem levar em conta os conflitos e desigualdades que marcam as relações sociais. E sem destacar também que os indígenas e negros ocupam as piores posições na pirâmide social que representa o país. (CONAPIR, 2005). Sob esta expressão repousa a falsa idéia da não existência de racismo no Brasil, é considerada por lideranças negras como um obstáculo à conscientização e enfrentamento ao preconceito etnocracial no país.

11- AMMA, é o Instituto AMMA Psique e Negritude, responsável pela coordenação do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), criado em 2001, tem por objetivo “contribuir para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento e redução de pobreza por meio do enfrentamento das desigualdades que a determinam”.

12- Pedagogia Salesiana. Entendida como sistema educativo criado por São João Bosco. Fundamentada na antropologia cristã e no humanismo otimista, tem no sistema preventivo sua expressão. "consiste em tornar conhecidas as prescrições e as regras de uma instituição e depois vigiar de modo que os alunos estejam sempre sob os olhares atentos do diretor ou dos assistentes, como pais carinhosos, falem, sirvam de guia em todas as circunstancias, dêem conselhos e corrijam com bondade. Consiste, pois em colocar os alunos na impossibilidade de cometerem faltas. O sistema apóia-se todo inteiro na razão, na religião e na bondade”. (A pedagogia de Dom Bosco, em seus escritos, 2004, p.8-transcrito de Constituições e regulamentos da Sociedade de São Francisco de Sales 2ª edição, 2003, p.266-274).

ANEXO 1. LEGISLAÇÃO DO PROUNI

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 213, DE 10 DE SETEMBRO DE 2004.

Institui o Programa Universidade para Todos
- PROUNI, regula a atuação de entidades
beneficentes de assistência social no ensino
superior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio.

§ 2º A bolsa de estudo parcial de cinquenta por cento será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos.

§ 3º Para os efeitos desta Medida Provisória, bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.

§ 4º Para os efeitos desta Medida Provisória, a bolsa de estudo parcial de cinquenta por cento (meia-bolsa) deverá ser concedida, considerando-se todos os descontos regulares oferecidos pela instituição, inclusive aqueles dados em virtude do pagamento pontual das mensalidades.

Art. 2º A bolsa será destinada:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II - a estudante portador de necessidades especiais, nos termos da lei;

III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se refere os §§ 1º e 2º do art. 1º.

Parágrafo único. A manutenção da bolsa pelo beneficiário, observado o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou seqüencial de formação específica,

dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo do Ministério da Educação.

Art. 3º O estudante a ser beneficiado pelo PROUNI será pré selecionado pelos resultados e pelo perfil socioeconômico do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM ou outros critérios a serem definidos pelo Ministério da Educação, e, na etapa final, selecionado pela instituição de ensino superior, segundo seus próprios critérios, às quais competirá, também, aferir as informações prestadas pelo candidato.

Parágrafo único. O beneficiário do PROUNI responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

Art. 4º Todos os alunos da instituição, inclusive os beneficiários do PROUNI, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

Parágrafo único. O estudante beneficiário do PROUNI poderá prestar serviços comunitários, nos termos de normas expedidas pelo Ministério da Educação, aplicando-se à atividade o disposto na Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não-beneficente, poderá aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, uma bolsa integral para cada nove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Medida Provisória, até atingir as proporções estabelecidas para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição.

§ 2º O termo de adesão terá prazo de vigência de dez anos, contado da data de sua assinatura, renovável por iguais períodos e observado o disposto nesta Medida Provisória.

§ 3º O termo de adesão poderá prever a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

§ 4º O termo de adesão poderá prever que até metade das bolsas integrais oferecidas pela instituição poderá ser convertido em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral, observado o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 5º A desvinculação do termo de adesão, por iniciativa da instituição privada, não implicará ônus para o Poder Público nem prejuízo para o estudante beneficiado pelo

PROUNI, que gozará do benefício concedido até a conclusão do curso, respeitadas as normas internas da instituição, inclusive disciplinares, e observado o disposto no art. 4o.

§ 6o A instituição privada de ensino superior sem fins lucrativos não-beneficente poderá, alternativamente, em substituição a requisito do caput e ao disposto no § 4º, oferecer uma bolsa integral para cada dezenove estudantes pagantes regularmente matriculados em cursos efetivamente nela instalados, desde que ofereça, adicionalmente, quantidade de bolsas parciais de cinquenta por cento na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos na forma desta Medida Provisória atinja o equivalente a dez por cento da sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 1999, em cursos de graduação ou seqüencial de formação específica, considerados, neste cálculo, os descontos de que trata o § 4o do art. 1º e as proporções estabelecidas nos §§ 2o e 3o do mesmo artigo.

Art. 6o Verificado o desequilíbrio na proporção originalmente ajustada no termo de adesão, a instituição deverá restabelecer a referida proporção, oferecendo novas bolsas a cada processo seletivo, respeitando-se o disposto no art. 5o.

Art. 7o As obrigações a serem cumpridas pela instituição de ensino superior serão previstas no termo de adesão ao PROUNI, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias:

I - proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade, respeitados os parâmetros estabelecidos no art. 5o;

II - percentual de bolsas de estudo destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de auto declarados negros e indígenas.

§ 1o O percentual de que trata o inciso II deverá ser, no mínimo, igual ao percentual de cidadãos auto declarados pretos, pardos e indígenas na respectiva unidade da Federação, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2o No caso de não-preenchimento das vagas segundo os critérios do § 1o, as vagas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que se enquadrem em um dos critérios do art. 2o.

§ 3o As instituições de ensino superior que não gozam de autonomia ficam autorizadas a ampliar, a partir da assinatura do termo de adesão, o número de vagas em seus cursos, no limite da proporção de bolsas integrais oferecidas por curso e turno, na forma do regulamento.

§ 4o O Ministério da Educação desvinculará do PROUNI o curso considerado insuficiente, segundo os critérios de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, por três avaliações consecutivas, situação em que as bolsas de estudo do curso desvinculado, nos processos seletivos seguintes, deverão ser redistribuídas proporcionalmente pelos demais cursos da instituição, respeitado o disposto no art. 5o.

Art. 8º A instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão:

I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;

II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988;

III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social, instituída pela Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e

IV - Contribuição para o Programa de Integração Social, instituída pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

§ 1º A isenção de que trata o caput recairá sobre o valor da receita auferida, em decorrência da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica.

§ 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de trinta dias.

Art. 9º O descumprimento das obrigações assumidas no termo de adesão sujeita a instituição às seguintes penalidades:

I - restabelecimento do número de bolsas a serem oferecidas gratuitamente, que será determinado, a cada processo seletivo, sempre que a instituição descumprir o percentual estabelecido no art. 5º e que deverá ser suficiente para manter o percentual nele estabelecido, com acréscimo de um quinto sobre a diferença apurada;

II - desvinculação do PROUNI, determinada em caso de reincidência, na hipótese de falta grave, sem prejuízo para os estudantes beneficiados e sem ônus para o Poder Público.

§ 1º As penas previstas no caput deste artigo serão aplicadas pelo Ministério da Educação, nos termos do disposto em regulamento, após a instauração de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e direito de defesa.

§ 2º Na hipótese do inciso II do caput, a suspensão da isenção dos impostos e contribuições de que trata o art. 8º terá como termo inicial a data de ocorrência da falta que deu causa à desvinculação do PROUNI, aplicando-se o disposto nos arts. 32 e 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, no que couber.

§ 3º As penas previstas no caput não poderão ser aplicadas quando o descumprimento das obrigações assumidas se derem em face de razões a que a instituição não deu causa.

Art. 10. A instituição de ensino superior, ainda que atue no ensino básico ou em área distinta da educação, somente poderá ser considerada entidade beneficente de

assistência social se oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou seqüencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de cursos de graduação ou seqüencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, e atender às demais exigências legais.

§ 1o A instituição de que trata o caput deverá aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeira, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde.

§ 2o Para o cumprimento do que dispõe o § 1o, serão contabilizadas, além das bolsas integrais de que trata o caput, as bolsas parciais de cinquenta por cento e a assistência social em programas extracurriculares.

§ 3o Aplica-se o disposto no caput às turmas iniciais de cada curso e turno efetivamente instalados a partir do primeiro processo seletivo posterior à publicação desta Medida Provisória.

§ 4o Assim que atingida a proporção estabelecida no caput para o conjunto dos estudantes de cursos de graduação e seqüencial de formação específica da instituição, sempre que a evasão dos estudantes beneficiados apresentar discrepância em relação à evasão dos demais estudantes matriculados, a instituição, a cada processo seletivo, oferecerá bolsas de estudo integral na proporção necessária para restabelecer aquela proporção.

§ 5o É permitida a permuta de bolsas entre cursos e turnos, restrita a um quinto das bolsas oferecidas para cada curso e cada turno.

Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão junto ao Ministério da Educação, adotar as regras do PROUNI para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de cinquenta por cento, em especial as regras previstas no art. 3o e no inciso II e §§ 1o e 2o do art. 7o, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a dez anos renovável por iguais períodos e respeitado o disposto no art. 10, ao atendimento das seguintes condições:

I - oferecer vinte por cento, em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 1999, ficando dispensada do cumprimento da exigência do § 1o do art. 10, desde que sejam respeitadas, quando couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes de assistência social na área da saúde;

II - para cumprimento do disposto no inciso I, a instituição:

a) deverá oferecer, no mínimo, uma bolsa de estudo integral para estudante de curso de graduação ou sequencial de formação específica, sem diploma de curso superior, com renda familiar per capita que não exceda o valor da mensalidade do curso pretendido, limitada a três salários mínimos, para cada nove estudantes pagantes de curso de graduação

ou sequencial de formação específica regulares da instituição, matriculados em cursos efetivamente instalados, observado o disposto nos §§ 3o, 4o e 5o do art. 10;

b) poderá destinar até dois por cento da receita, auferida nos termos da Lei no 9.870, de 1999, à concessão de bolsas de estudo integral ou parcial em decorrência de acordo coletivo de trabalho;

c) poderá contabilizar os valores gastos em bolsas integrais e parciais de cinquenta por cento e o montante direcionado para a assistência social em programas extracurriculares;

III - gozar do benefício previsto no § 3o do art. 7o.

§ 1o Durante o prazo de vigência do termo de adesão, fica a instituição sujeita exclusivamente à fiscalização do Ministério da Educação para efeito da verificação das exigências, bem como da manutenção da isenção, de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, ouvido, quando for o caso, o Ministério da Saúde.

§ 2o As entidades beneficentes de assistência social que adotarem as regras do PROUNI, nos termos do caput, poderão, mediante pedido expresso, solicitar ao Ministro de Estado da Previdência Social o reexame de seus processos, com a eventual restauração do

certificado de entidade beneficente de assistência social e restabelecimento da isenção de contribuições sociais, desde que o indeferimento ou o cancelamento da isenção, ocorridos nos últimos dois triênios, não tenha sido em razão do descumprimento dos requisitos previstos nos incisos III, IV e V do art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 3o Aplica-se ao termo de adesão de que trata o caput o disposto nos incisos I e II e §§ 1o e 3o do art. 9o.

Art. 12. As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem fins lucrativos, que estejam no gozo da isenção da contribuição para a seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal, que optarem, a partir da data de publicação desta Medida Provisória, por transformar sua natureza jurídica em sociedade de fins econômicos, na forma facultada pelo art. 7º-A da Lei no 9.131, de 1995, passarão a pagar a quota patronal para a previdência social de forma gradual, durante o prazo de cinco anos, na razão de vinte por cento do valor devido a cada ano, cumulativamente, até atingir o valor integral das contribuições devidas.

Art. 13. Terão prioridade na distribuição dos recursos disponíveis no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior- FIES, as instituições que aderirem ao PROUNI na forma do art. 5º ou adotarem as regras de seleção de estudantes bolsistas a que

se refere o art. 11.

Art. 14. O processo de deferimento do termo de adesão pelo Ministério da Educação, nos termos do art. 5º, será instruído com a estimativa da renúncia fiscal, no exercício de deferimento e nos dois subsequentes, a ser usufruída pela respectiva instituição, na forma do art. 9º, bem assim com demonstrativo da compensação da referida renúncia, do crescimento da arrecadação de impostos e contribuições federais no mesmo segmento econômico ou da prévia redução de despesas de caráter continuado.

Parágrafo único. A evolução da arrecadação e da renúncia fiscal das instituições privadas de ensino superior será acompanhada por grupo interministerial, composto por um representante do Ministério da Educação, um do Ministério da Fazenda e um do Ministério da Previdência Social, que fornecerá os subsídios necessários à execução do disposto no caput.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 16. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de setembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DASILVA

Antonio PalocciFilho

Tarso Genro

ANEXO 2. A Faculdade Salesiana Dom Bosco, uma obra salesiana em Manaus.

Os propósitos e missão da Faculdade Salesiana Dom Bosco, no Município de Manaus ficaria sub apresentada se não se destacasse a figura de Dom Bosco, fundador das obras salesianas que estão presentes em vários países do mundo, sempre tendo como objetivo cuidar e acolher os jovens, nos primórdios, considerados pelas elites: marginalizados e hoje vistos como crianças e jovens em situação de risco.

A pedagogia salesiana estruturada por Dom Bosco, continua nos dias atuais, com o “propósito de entregar à sociedade sujeitos compromissados, éticos, proativos e com responsabilidades sociais, dotados de espírito empreendedor, capazes de interagir com os outros profissionais de forma produtiva e eficaz” (guia do acadêmico - FSDB, 2009).

Do início da sua obra até hoje o que se destaca na FSDB é a preocupação em acompanhar e acolher os mais pobres, os diferentes, dando oportunidade aos que a sociedade injustiçou. Aliado a isto se encontra a busca pela qualidade na educação superior, objetivo perseguido e sem o qual o perfil do egresso não se completará no nível de exigência destacada pela instituição.

A preocupação em acolher as diversas camadas da população dá a FSDB uma posição peculiar, se for considerado o enfoque da educação como mais uma forma de comercio, tão comum entre as faculdades particulares mais voltadas para aos lucros do esquema empresarial. O caráter filantrópico da instituição tornou comum o convívio com bolsistas, geralmente introduzidos através de análises da situação sócio econômica das famílias de jovens pobres que sonhavam ocupar os bancos do ensino superior.

Partindo dos pressupostos apresentados reafirma-se que a FSDB lócus da pesquisa tem sua atuação pautada no sistema Preventivo de Dom Bosco, fundada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, tem por missão *Promover o Desenvolvimento Integral da Pessoa Humana e do Patrimônio Cultural da Sociedade através da Produção e Difusão do Conhecimento e do Compromisso Ético e Político com a Região Amazônica.*

A IES, observadas as finalidades da educação superior, definidas no art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem ainda por finalidade enriquecer a

sociedade com um número crescente de cidadãos comprometidos com a sua transformação estrutural para que se:

- Construa maior igualdade de partilha e de justiça dentro de uma dimensão cristã;
- Busque uma sociedade livre, democrática e participativa;
- Superem as discriminações na construção de uma convivência pluralista (Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI- IES, 2008/2012).

OBJETIVOS DO PDI DA IES PESQUISADA

Objetivos Institucionais

- Formar pessoas em níveis de Graduação e Pós-Graduação, com espírito científico e pensamento reflexivo, aptas à inserção profissional e comprometidas com o desenvolvimento regional;
- Promover o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos científicos, culturais e técnicos, através do Ensino, da Pesquisa e da Extensão conforme as áreas de sua atuação;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Incentivar as várias formas de manifestações culturais e religiosas que propiciem o pleno desenvolvimento humano.

Descrição dos objetivos estratégicos e quantificação das metas

1. Implantar novas estratégias administrativas que ofereçam condições para a consecução da Missão e da Visão Institucional.

1.1 Construção da sede própria para a Faculdade Salesiana Dom Bosco de 2008 a 2012.

1.2 Reestruturação do setor administrativo da FSDB, a partir de 2008.

1.3 Criação e/ou consolidação dos setores de Gestão de Pessoas e Financeiro, a partir de 2008;

1.4 Reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos docentes e técnicos administrativos, a partir de 2008;

1.5 Implementação de programas de formação e treinamento para docentes, técnico-administrativo e pessoal terceirizado, a partir de 2008.

- 1.6 Implantação do plano orçamentário anual para as Vice-Diretorias, Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação e Assessoria de Comunicação e Marketing, a partir de 2008;
 - 1.7 Consolidação de programa de gerenciamento de informação que integre e atenda os setores acadêmico e financeiro da FSDB, a partir de 2008.
- 2 Promover a formação profissional do pessoal técnico-administrativo e docente da FSDB.
 - 2.1 Celebração de parcerias com instituições públicas e privadas que favoreçam a formação continuada do quadro funcional da FSDB, a partir de 2008;
 - 2.2 Atualização da política de apoio a formação e capacitação de docentes em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a partir de 2008;
 - 2.3 Consolidação de programas de formação continuada de gestores, docentes e técnicos administrativos, a partir de 2008;
- 3 Promover a consolidação da identidade e dos valores da Pedagogia Salesiana.
 - 3.1 Propor Programa de Formação Salesiana a todos os docentes e técnico-administrativos da FSDB, até 2010;
 - 3.2 Inserção de indicadores de qualidade relacionados aos valores da pedagogia salesiana na avaliação institucional, a partir de 2008.
 - 3.3. Publicação de ao menos uma produção bibliográfica sobre a pedagogia salesiana no ensino superior, até 2009.
 - 3.4. Estabelecimento de intercâmbios de profissionais de outras IUS (Instituições Universitárias Salesianas) em vista da solidificação do Carisma Salesiano na educação superior, a partir de 2008.
- 4 Consolidar os cursos de Graduação e Pós-Graduação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
 - 4.1 Celebração de parcerias interinstitucionais, em especial com as IUS, para o oferecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a partir de 2008;
 - 4.2 Realização de convênios com outras IUS para o oferecimento de componentes curriculares da Graduação na modalidade à distância, a partir de 2008;
 - 4.3 Definição e aplicação de indicadores de qualidade que assegurem a alta *performance* nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, a partir de 2008;
 - 4.4 Complementação de cursos tecnológicos para bacharelado ou licenciatura
- 5 Promover a produção e difusão do conhecimento em vista do desenvolvimento da ciência e da sociedade.

- 5.1 Criação do setor de Editoração e Publicação da FSDB, a partir 2009;
- 5.2 Publicação de ao menos dois livros por ano, como forma de incentivo a docentes, acadêmicos e técnico-administrativos, a partir de 2008;
- 5.3 Indexação da Revista *Ethos e Epísteme*, até 2009;

- 5.4 Criação da Revista Eletrônica da FSDB em 2009;
- 5.5 Incorporação do Centro de Documentação Etnográfica e Missionária - CEDEM - à FSDB, até 2010;
- 5.6 Publicação dos Anais dos trabalhos de Conclusão de Cursos, a partir de 2008;
- 5.7 Publicação do Relatório Anual das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da FSDB, a partir de 2008;

- 5.8 Realização de ao menos um Congresso Anual que trate de questões relevantes para a Região, a partir de 2009;

- 6 Transformar a Faculdade Salesiana Dom Bosco em Centro Universitário.
 - 6.1 Criação de novos cursos de Graduação, Tecnológicos e Pós-Graduação, a partir de 2009;
 - 6.2 Constituição de quadro profissional com 20% de docentes com carga horária integral, destinadas ao ensino, pesquisa e extensão, até 2010
 - 6.3.. Constituição de quadro profissional com 33% de docentes com titulação de mestre e doutores, até 2010;
 - 6.4.Solicitação de Credenciamento da FSDB como Centro Universitário, junto ao Ministério da Educação, até 2011;
 - 6.5 Realização de estudo sobre as demandas e potencialidades de outros centros urbanos da região para a viabilização da expansão da instituição, até 2012;

- 7 Incentivar a articulação entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Ações Comunitárias.
 - 7.1 Execução de no mínimo três projetos institucionais anuais que assegurem a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de 2009;
 - 7.2 Captação de recursos financeiros juntos às instituições locais, nacionais e internacionais que visem o apoio à Pesquisa, Extensão e Ações Comunitárias a partir de 2009;
 - 7.3 Execução de dois projetos de Pesquisa que visem ao conhecimento da realidade da Educação Escolar Indígena, a partir de 2009;
 - 7.4 Ampliação do envolvimento e participação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em atividades de Pesquisa, Extensão e Ações Comunitárias, a partir de 2008;

- 8 Fortalecer interna e externamente a marca FSDB.

- 8.1. Criação de Políticas e Planos de comunicação e marketing interno e externo da FSDB, constituindo equipe própria, até 2009;
- 8.2. Divulgação da missão e visão da FSDB a comunidade acadêmica, a partir de 2008;
- 8.3. Veiculação nos diversos meios de comunicação dos resultados positivos da *performance* da FSDB durante o ano, a partir de 2008;

APÊNDICE A

Formulário para Entrevista com Gestores

Caro colega, o presente formulário faz parte de pesquisa acadêmica sobre a realidade vivida por estudantes bolsistas do PROUNI, na FSDB. Peço sua colaboração em respondê-lo, assim como solicito autorização para utilizar-me dos dados para fins unicamente científicos.

Agradeço antecipadamente.

1) IDENTIFICAÇÃO.

1.1 - Idade: até 30 anos ()

31 a 40 anos ()

41 a 50 anos ()

Acima de 50 a ()

1.2 - Cargo: Vice diretor acadêmica ()

Coordenador de curso ()

1.3 - Última titulação acadêmica: Especialista ()

Mestrado ()

Doutorado ()

1.4 - Há quanto tempo trabalha na FSDB: Desde 2002 ()

A partir de 2004 ()

Menos de 1 ano ()

1.5 - Há quanto tempo é gestor na FSDB: ()

2) Programa Universidade para Todos – PROUNI.

2.1 - O que conhece sobre o PROUNI:

2.2 - Quais suas considerações sobre o PROUNI:

2.3 - O PROUNI privilegia com bolsas de estudo estudantes de escola pública, indígenas e afrodescendentes, dê seu parecer sobre isto:

2.4 - Quais as ações institucionais voltadas para oportunizar reflexão crítica, da comunidade educativa, sobre a diversidade étnica e sócio-cultural:

2.5 - Em que aspectos o PROUNI alterou a trajetória da FSDB?

*para vice diretora e coordenadores de curso (6).

APÊNDICE B

Formulário para Entrevista com Bolsistas

A presente entrevista serve à pesquisa acadêmica sobre estudantes afrodescendentes bolsistas do PROUNI, na FSDB. Sua colaboração será essencial, assim como sua autorização para utilização destes dados em trabalho científico. Necessariamente você não precisa identificar-se, mas se o fizer, posso manter sua identidade em sigilo.

1) IDENTIFICAÇÃO;

1.1 - Qual sua idade? ()

1.2 - Qual sua cor, raça ou etnia? _____

1.3 - Como você classifica a cor, raça ou etnia de seu pai? _____

1.4 - E de sua mãe? _____

1.5 - Você trabalha? _____

1.6 - Quem é responsável pelo seu sustento? - o próprio ()

- os pais ()

- conjuge ()

- outros. ()

1.7 - A renda per capita de sua família é de : - menos de 1sm ()

- mais de 1sm a 3sm ()

- mais de 3 sm ()

1.8- Qual o último período cursado? _____

2) Programa Universidade para Todos – PROUNI

2.1 - Como você conseguiu a bolsa do PROUNI? _____

2.2- O que você conhece sobre o PROUNI? _____

2.3- Estudiosos do PROUNI consideram que o estudante bolsista ao formar-se fará parte de uma elite que poderá contribuir com sua comunidade, O que você pensa sobre isto?

2.4- Destaque em que situações na FSDB, você teve oportunidade de analisar a situação dos afrodescendentes; - nas aulas (currículo) ()

- no interdisciplinar ()

- em eventos ()

- outros ()

2.5- Você participa de algum movimento de afro descendentes? _____ Quais? _____

APÊNDICE C

Formulário para Entrevista com Assistente Social da FSDB

Cara colega, o presente formulário faz parte de pesquisa acadêmica sobre a realidade vivida por estudantes bolsistas do PROUNI, na FSDB. Peço sua colaboração em respondê-lo, assim como solicito autorização para utilizar-me dos dados para fins unicamente científicos.

Agradeço antecipadamente.

1- IDENTIFICAÇÃO.

- 1.1 Quanto tempo tem de formada?
- 1.2 Há quanto tempo exerce a profissão?
- 1.3 Há quanto tempo trabalha na FSDB?

2- POLITICAS AFIRMATIVAS.

- 2.1.- Para voce o que são e o que representam as Políticas Afirmativas?
- 2.2.- Quais os aspectos mais importantes do PROUNI na FSDB?
- 2.3.- Voce esta desde o início do programa? Quais os maiores desafios enfrentados?
- 2.4.- Relate situações de preconceito e ou racismo que voce conhece?

3- PROUNI

- 3.1.-Voce considera que o Programa pode alterar a realidade de estudantes afro-descendentes? Tem algum caso exemplar?
- 3.2- Das ações que a FSDB realiza para cumprir o programa, qual a mais eficiente ?